

(Re)Pensar a Exposição e o Impacto da Violência Doméstica nas Crianças e Jovens, em Santa Maria da Feira

Ana Rita Ramos Santos Silva

Relatório de estágio apresentado ao Instituto Superior de Serviço Social do
Porto para a obtenção do Grau de Mestre em Intervenção Social na Infância
e Juventude em Risco de Exclusão Social, sob orientação da Professora
Doutora Sara Melo

ISSSP

setembro de 2021

(Re)Pensar a Exposição e o Impacto da Violência Doméstica nas Crianças e Jovens, em Santa Maria da Feira

Ana Rita Ramos Santos Silva

ISSSP, setembro de 2021

Resumo

A expressão popular “*entre marido e mulher não se mete a colher*”, está cada vez mais em desuso, uma vez que, a violência doméstica é considerada crime público, como se pode verificar no artigo 152º do Código Penal. Contudo, a violência doméstica afeta não só os progenitores, mas também, as crianças e os jovens que vivenciam e assistem a estes comportamentos.

A violência doméstica é crime, independentemente da forma como é praticada pelo(a) agressor(a).

Conhecer esta realidade, através da elaboração de diagnósticos, é, por isso, crucial para a definição de estratégias de intervenção, necessárias e adequadas a quem sofre este flagelo. Nesse sentido, este relatório de estágio contempla uma análise, baseada num conjunto de dados relativos a Processos de Promoção e Proteção de violência doméstica, referentes ao ano de 2019, bem como, dados do presente ano, recolhidos através de inquéritos aplicados online aos gestores de caso da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Santa Maria da Feira.

Salienta-se que, tendo por base todos os dados apresentados, foi desenvolvido um projeto de intervenção denominado “*Sentir o Amor*”, que conta com um total de 15 ações. Este projeto tem como principal objetivo, prevenir a violência doméstica junto das crianças e dos jovens residentes no concelho de Santa Maria da Feira. Informa-se que, o mesmo não foi aplicado devido às especificidades do local de estágio, nomeadamente, o facto de ser facultativo a deslocação de crianças (até aos 12 anos), e quando sucedia eram acompanhadas pelos seus progenitores.

Palavras-chave: crianças/jovens; direitos; promoção; proteção; violência doméstica

Abstract

The popular portuguese expression “*don’t put the spoon between husband and wife*”, is increasingly out of use, since domestic violence is considered a public crime, as can be seen in article 152º, of the Penal Code. However, it affects not only parents, but also children and young people who experience and watch these behaviors.

This kind of violence is a crime, regardless of how it is practiced by the aggressor.

Knowing this reality, a diagnosis elaboration, is, therefore, crucial for the definition of necessary and adequate intervention strategies for those who suffer from this scourge. In this sense, this internship report includes an analysis, based on a set of data relating to Promotion and Protection of Domestic Violence Processes, from 2019, as well as data from this year, collected through online surveys applied to Children and Young People Protection case managers of Santa Maria da Feira.

It should be noted that, based on all the data presented, an intervention project called “*Fell the Love*” was developed, which includes a total of 15 actions. This project’s main objective is to prevent domestic violence among children and young people living in Santa Maria da Feira’s country. Please be informed that the same was not applied due to the specifics of the internship location, mostly, due to the fact that children’s trips (up to 12 years old) was optional, and when this happened, they went along with their parents.

Keywords: children/young people; rights; promotion; protection; domestic violence

Agradecimentos

“Aos que a felicidade é Sol, virá a noite, mas ao que nada espera, tudo o que vem é grato.”
(Ricardo Reis)

Esta nova etapa da minha vida foi essencial, para o meu desenvolvimento, quer a nível pessoal como profissional. Cada dia, e cada obstáculo que vivenciei, foram sem margem para dúvidas: aprendizagens! Mas não estive sozinha nesta jornada e a todas as pessoas que direta ou indiretamente me apoiaram, o meu muito obrigada!

Em primeiro lugar tenho que agradecer aos meus pais, por serem o meu apoio e porto de abrigo, por ouvirem os meus desabafos e por me incentivarem sempre a continuar e ir em frente. A vocês o meu muito obrigado! Prometo tentar dar sempre o meu melhor!

Em segundo lugar, agradeço à minha família (aos meus avós, aos meus tios e aos meus pequenos), a paciência que tiveram comigo, por me escutarem, incentivarem e acompanharem mais uma etapa da minha vida. Também agradeço aos meus anjinhos que apesar de não estarem presentes fisicamente, estão sempre comigo e sem dúvida foram, são e serão sempre o meu pilar e acompanharão o meu futuro, para eles, o meu muito obrigada e espero nunca vos desiludir.

Também tenho que te agradecer, pela paciência, companheirismo, incentivo, carinho, e por me dares força e apoio para continuar.

Aos meus amigos tenho que lhes agradecer, por sempre me apoiarem, nos bons e nos maus momentos e por estarem sempre lá para mim!

Aos meus colegas de curso e amigos que a faculdade me trouxe, obrigada por fazerem desta jornada uma experiência única e por me tornarem uma melhor pessoa.

Não podia deixar de agradecer aos professores e a todo o pessoal não docente do ISSSP, em especial à professora Sara Melo, orientadora e excelente profissional, pelo incentivo e força que me deu, no decorrer deste caminho por vezes sinuoso.

Por fim e não menos importante, muito obrigada aos profissionais da CPCJ de Santa Maria da Feira! Todos marcam o meu percurso enquanto aí estive, obrigada por me acolherem tão bem e por me ensinarem tanto! Obrigada também, por manterem o espírito de equipa e de entreaajuda, e por tentarem dar o melhor às nossas crianças! Foi sem dúvida uma experiência única!

Índice Geral

Resumo.....	I
Abstract.....	II
Agradecimentos.....	III
Índice de gráficos.....	VI
Índice de figuras	VI
Índice de tabelas	VII
Abreviações	VIII
Notas introdutórias	1
Capítulo 1 – A exposição e o impacto da violência doméstica em crianças e jovens	
residentes no concelho de Santa Maria da Feira	4
1.1.O enquadramento teórico	4
1.1.1.O papel da família	4
1.1.2.O perigo vs. o risco	7
1.1.3.A violência doméstica.....	11
1.1.4.A exposição das crianças e dos jovens à violência doméstica.....	19
1.1.5.O impacto da violência doméstica nas crianças e nos jovens	20
1.2.O enquadramento do contexto de estudo.....	24
1.2.1.O município de Santa Maria da Feira.....	24
1.2.1.1. Caracterização da população residente no município de Santa Maria da Feira.....	24
1.2.1.2. As respostas sociais na área da infância e juventude no município ..	25
1.2.2.O contexto institucional: CPCJ de Santa Maria da Feira	28
1.2.2.1. A CPCJ de Santa Maria da Feira	28
1.2.2.2. A atividade de estágio.....	33
Capítulo 2 – Métodos e técnicas utilizadas na investigação.....	34
2.1. O inquérito	36
2.2. Análise documental.....	40
Capítulo 3 – Da teoria à prática: apresentação e análise dos resultados recolhidos.....	42
3.1. Os processos de promoção e proteção de exposição à violência doméstica e a sua incidência no concelho de Santa Maria da Feira.....	42
3.2. Os gestores de caso da CPCJ de Santa Maria da Feira e os processos de promoção e proteção de exposição à violência doméstica.....	46

3.2.1. Formação académica.....	46
3.2.2. Gestor de caso	47
3.2.3. Sinais de alerta e fatores de risco	51
3.2.4. Potenciais impactos de exposição à violência doméstica	53
3.2.5. Atendimentos	54
3.2.6. Características do gestor de caso	61
3.2.7. Prevenção	62
3.3. Os processos de promoção e proteção de crianças e jovens expostos à violência doméstica.....	64
O caso da “Clara”	64
O caso da “Filipa”	65
O caso do “João”	70
O caso do “Rodrigo”	72
O caso do “Pedro”	74
Capítulo 4 – Projeto de intervenção: “ <i>Sentir o Amor</i> ”	80
4.1. Necessidades/problemas encontrados	81
4.2. Objetivo geral e objetivos específicos	82
4.3. Programa de ação	84
4.4. Avaliação	91
Capítulo 5 – Considerações finais	92
Bibliografia.....	96
Anexos.....	99
Anexo 1. Respostas sociais na área da infância e juventude no concelho de Santa Maria da Feira.....	99
Anexo 2. Declaração de consentimento	103
Anexo 3. Declaração de não oposição.....	104
Anexo 4. Relatório social	105
Anexo 5. Acordo de promoção e proteção	108
Anexo 6. Autodiagnóstico da CPCJ de Santa Maria da Feira	110
Anexo 7. Descrição das tarefas/atividades desempenhadas no estágio.....	148
Anexo 8. Inquérito aplicado aos gestores de caso	152
Anexo 9. Os casos de VD por freguesia.....	160
Anexo 10. PPP’s de exposição à VD (irmãos)	163

Índice de gráficos

Gráfico 1. Crianças e jovens expostos à VD.....	12
Gráfico 2. Dados do Relatório Anual de Atividades da CPCJ de exposição à VD (2016-2019).....	13
Gráfico 3. Situação de perigo: VD e ofensas em contexto de VD (2015-2020).....	14
Gráfico 4. População residente no concelho de Santa Maria da Feira, por grupo etário.....	24
Gráfico 5. Número total de respostas sociais na área da infância e juventude – concelho de Santa Maria da Feira.....	27
Gráfico 6. Episódios de agressão são praticados por:.....	50

Índice de figuras

Figura 1. Ciclo da VD.....	16
Figura 2. Pirâmide de intervenção no sistema de promoção e proteção.....	28
Figura 3. Necessidades/problemas encontrados.....	81

Índice de tabelas

Tabela 1. Potenciais impactos da VD mediante a idade das crianças e jovens.....	22
Tabela 2. Dimensões do inquérito por questionário.....	37
Tabela 3. Freguesias de Santa Maria da Feira e os PPP's de VD.....	42
Tabela 4. PPP's de exposição à VD (irmãos).....	44
Tabela 5. Caracterização dos PPP's e de exposição à VD, no ano de 2019.....	44
Tabela 6. Formação académica dos gestores de caso.....	46
Tabela 7. Gestor de caso.....	48
Tabela 8. Articulação com ECMIJ'S em PPP's de VD.....	50
Tabela 9. Atendimentos em PPP's de VD.....	55
Tabela 10. Caracterização dos profissionais para interagir e trabalhar com crianças e jovens em risco/perigo.....	61
Tabela 11. O papel da CPCJ de Santa Maria da Feira na prevenção da VD.....	62
Tabela 12. Objetivos (gerais e específicos)	83

Abreviações

APAV - Associação Portuguesa de Apoio à Vítima

APP – Acordo de Promoção e Proteção

CAT – Centro de Acolhimento Temporário

CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens

CNPDPJ – Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens

CRP – Constituição da República Portuguesa

ECMIJ – Entidades com Competência em Matéria de Infância e Juventude

GNR – Guarda Nacional Republicana

LIJ – Lar de Infância e Juventude

LPCJP – Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo

PPP – Processo de Promoção e Proteção

PSP – Polícia de Segurança Pública

SS – Segurança Social

UNICEF – Fundo de Emergência Internacional das Nações Unidas para a Infância

VD – Violência Doméstica

Notas introdutórias

O presente trabalho, intitulado de “*(Re)Pensar a Exposição e o Impacto da Violência Doméstica¹ nas Crianças e Jovens, em Santa Maria da Feira*”, tem por base um estágio realizado na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens² de Santa Maria da Feira, que teve por objetivo compreender a exposição das crianças e dos jovens à VD e o impacto que esta tem nas suas vidas e no seu desenvolvimento.

O estágio decorreu entre novembro de 2019 e março de 2021.

Desde o primeiro dia de estágio, constatou-se que a VD é umas das categorias de perigo mais comunicadas nesta CPCJ. As entidades que mais sinalizam são o Ministério Público, as entidades policiais (nomeadamente a Polícia de Segurança Pública³ e a Guarda Nacional Republicana⁴), e o Ministério da Educação.

Assim importa ainda referir que, segundo o *Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ*, no ano de 2019, a categoria de perigo mais sinalizada era a VD, com aproximadamente 29% dos casos. Para além disso, no que toca à categoria de perigo diagnosticada, a VD assume o segundo lugar, com aproximadamente 22% dos casos (CNPDPJ, 2020). Outra das fontes pertinentes para fundamentar a necessidade de se trabalhar este tema e de reforçar a escolha do mesmo, reside nos dados expressos no *Relatório de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens 2019*⁵. Neste relatório encontra-se presente que, no ano de 2019, foram sinalizados 16.304 casos de perigo. Destes, 1.632 (o que corresponde a aproximadamente 10%) referem-se a situações de maus tratos psicológicos. Por sua vez, 689 (ou seja, aproximadamente 42,20%) correspondem a sinalizações de crianças e jovens expostos à VD⁶ (Macedo, Silva, & Banhudo, 2020).

Através destas estatísticas mais recentes, considera-se relevante trabalhar a prevenção da VD no âmbito de uma CPCJ e nas escolas, local onde as crianças passam grande parte do seu tempo.

Importa ainda referir que a VD nem sempre foi considerada como um crime. Este paradigma tem sofrido alterações ao longo dos anos. Ou seja, tem-se feito um trabalho no

¹A violência doméstica, doravante será denominada, no presente relatório, por “VD”.

²A Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, doravante será denominada, no presente relatório, por “CPCJ”.

³A Polícia de Segurança Pública, doravante será denominada, no presente relatório, por “PSP”.

⁴A Guarda Nacional Republicana, doravante será denominada, no presente relatório, por “GNR”.

⁵O Relatório de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens, doravante será denominado, no presente relatório, por Relatório CASA.

⁶A exposição das crianças e dos jovens à VD, encontra-se inserida nos maus tratos psicológicos.

sentido de romper com ideia de que é um tema tabu na sociedade, contudo, ainda existe um número elevado de casos de VD.

Como já foi referido, esta problemática nem sempre foi considerada como crime, no entanto, a partir de 1995, encontra-se presente no artigo 152º do Código Penal, sendo também considerado como um crime público (Decreto-Lei n.º 48/95, 1995).

Neste relatório pretende-se abordar o conceito de VD, bem como, o impacto da mesma nas crianças e nos jovens.

Pretende-se ainda abordar, de forma mais detalhada, o conceito de exposição à VD, assim como, a definição do conceito de VD contra crianças.

É certo que, quando as crianças e os jovens estão expostos e são vítimas deste tipo de crime, este terá um impacto significativo no seu desenvolvimento e no seu futuro.

As crianças, bem como, os jovens podem não ter consciência dos seus direitos e da gravidade desta situação, daí ser tão importante a prevenção e a consciencialização o mais cedo possível, para que a mesma não seja considerada como um ato normal e aceitável (APAV, 2015). Tendo por base esta ideia, também torna-se importante abordar os sinais de alerta e os fatores de risco, bem como, perceber que impacto tem este problema social mediante a idade das crianças e dos jovens, até porque, podem desenvolver medo de expor as situações de perigo que vivenciam, devido às pressões exercidas por parte dos agressores. Desta forma, os profissionais que estejam em contacto com esta população têm um papel importante para identificar e apoiar nestes casos. Este, certamente, será outro aspeto a abordar no relatório, isto é, o papel do técnico num Processo de Promoção e Proteção⁷ de VD.

Para além disso, e uma vez que, a maioria dos episódios de VD decorrem em casa e no seio da família, será abordado o conceito de família, bem como, o conceito de segurança nas crianças e nos jovens. Também é importante evidenciar o trabalho desenvolvido pela CPCJ e como devem ser as práticas dos técnicos neste tema.

Face a tudo o que foi exposto anteriormente, o objetivo principal deste relatório é informar o público em geral, para a problemática da VD e o impacto que esta tem junto das crianças e dos jovens residentes no concelho de Santa Maria da Feira.

Devemos prevenir a VD o mais cedo possível ou em mais tenra idade possível, com o intuito de que a mesma não se reproduza mais tarde na vida destas crianças e destes jovens. É imprescindível trabalhar na prevenção junto desta população, de forma a minimizar as consequências que esta pode causar (nomeadamente, ao nível psicológico, emocional,

⁷O Processo de Promoção e Proteção, doravante será denominado, no presente relatório, por “PPP”.

educativo e social, etc). Também é importante que todos os intervenientes neste processo, tenham conhecimento dos direitos e deveres das crianças e jovens, bem como, dos fatores risco e dos sinais de alerta.

Também será analisado o concelho de Santa Maria da Feira, com a finalidade de se identificar em que zonas a VD tem maior incidência e perceber os motivos para tal acontecer. Isto será realizado através da análise dos PPP's arquivados na CPCJ de Santa Maria da Feira, referentes ao ano de 2019.

Por fim, este relatório encontra-se dividido em cinco grandes grupos. O primeiro grupo, integra o enquadramento teórico sobre o tema e o enquadramento do contexto de estudo, mais concretamente a CPCJ de Santa Maria da Feira. No segundo grupo, irão ser apresentados e abordados os métodos utilizados, mais concretamente a análise documental e o inquérito por questionário. A análise documental é referente aos PPP's arquivados, relativos ao ano de 2019, e que tenham sido sinalizados por VD. Por sua vez, o inquérito por questionário, foi aplicado aos gestores de caso da referida CPCJ, de forma online. No terceiro grupo serão apresentados e analisados os dados recolhidos durante o período de estágio. No quarto grupo será apresentado o projeto de intervenção "*Sentir o Amor*". Salienta-se desde já que, devido às especificidades da CPCJ, não foi possível aplicar este projeto de intervenção. Por fim, o último grupo conta com as considerações finais, onde é feita uma avaliação do estágio e de todo o trabalho desenvolvido.

Capítulo 1 – A exposição e o impacto da violência doméstica em crianças e jovens residentes no concelho de Santa Maria da Feira

O primeiro capítulo deste relatório de estágio é intitulado de “*A exposição e o impacto da violência doméstica em crianças e jovens residentes no concelho de Santa Maria da Feira*” e encontra-se dividido em duas grandes partes. A primeira é referente ao enquadramento teórico onde será abordado o papel da família e como esta pode tornar um ambiente seguro, num ambiente de violência, uma vez que, os episódios de VD, na sua maioria decorrem em casa, no seio familiar. Para além disso, e uma vez que falamos em crianças e jovens em situações de perigo, considera-se pertinente abordar os conceitos de perigo e de risco. Outro aspeto presente neste enquadramento teórico é o conceito de VD e alguns dados associados, a exposição de crianças e jovens a este flagelo e por fim, o impacto que tem no desenvolvimento deste público-alvo.

Relativamente à segunda parte, aqui podemos encontrar o enquadramento do contexto de estudo. Ou seja, estará presente a caracterização da população residente no concelho de Santa Maria da Feira, bem como, as respostas sociais existentes para as crianças e jovens residentes neste concelho. Para além disso, será também abordado o contexto institucional, isto é, o local de estágio – CPCJ de Santa Maria da Feira – e tudo o que o envolve, mais concretamente: a missão, a finalidade, os princípios da intervenção, a composição da CPCJ, o volume processual, e as atividades/tarefas desenvolvidas no estágio, para além da recolha de informação.

1.1. O enquadramento teórico

1.1.1. O papel da família

A família tem um papel fundamental ao longo do desenvolvimento das crianças e dos jovens. Contudo, o facto da criança e do jovem viver num ambiente seguro e usufruir da presença de uma figura vinculativa não se demonstra suficiente. Ou seja, este facto não é sinónimo de que a criança e o jovem não apresentem mais nenhuma necessidade. A criança deve assim, crescer num ambiente harmonioso, com afeto e amor (Unicef, 2019).

Face ao exposto, colocam-se as seguintes questões: o que é ser progenitor nos dias de hoje? Será que é só respeitar e assegurar as necessidades e os seus direitos? Quais são efetivamente as competências parentais?

Com o intuito de responder a esta última questão, indicamos as competências parentais presentes no estudo intitulado de *“Competências parentais: construção de um instrumento de avaliação”* (Cardoso, Marín, & Silva, 2014): preparar a casa para o recém-nascido; amamentar; assegurar a higiene e manter a pele saudável (recém-nascido); preparar o enxoval para o recém-nascido; alimentar a criança; saber lidar com o choro; vestuário; garantir a segurança e prevenir acidentes; reconhecer o padrão de crescimento e desenvolvimento normais; promover e vigiar a saúde da criança, entre outros (Cardoso, Marín, & Silva, 2014). Dito por outras palavras, os pais devem garantir os cuidados básicos às crianças e jovens, transmitindo-lhes um sentimento de segurança; dando-lhes afeto; estimulando-as; estabelecendo regras e limites e dando estabilidade. Importa ainda referir que, o estudo mencionado acima, centra-se nas necessidades dos recém-nascidos, mas algumas das medidas também podem ser aplicadas ao longo do crescimento/desenvolvimento das crianças.

Assim, quando estas necessidades não são asseguradas, quando os seus direitos não são protegidos, e quando os pais têm dificuldades nas suas competências (ou até desconhecem-nas) a criança e o jovem encontram-se em situação de perigo, surgindo a necessidade de intervenção do sistema de proteção de crianças e jovens.

Após tudo o que foi referido até ao momento, levanta-se a questão do que é uma família? O que significa esse conceito?

O conceito de família tem várias definições associadas. É na família que existe inicialmente a criação de relações e interações entre as pessoas, bem como, o começo de aprendizagens significativas. Pode-se aludir que, os conhecimentos que se adquire no meio familiar, podem ser considerados como “alicerces” fundamentais para a vida das pessoas.

Deste modo, é imperativo refletir sobre este pequeno excerto: *“(...) é evidentemente a família que funciona como importante correia de transmissão direta na difusão dos padrões culturais, em relação à geração seguinte”* (Merton, 1970, p. 232). Este processo vai fazer com que, a criança vá aprendendo e interiorizando hábitos, costumes, regras, valores e culturas (Berger & Luckman, 2004). Assim, a socialização *“é o processo pelo qual as crianças indefesas se tornam gradualmente seres autoconscientes, com saberes e capacidades, treinadas nas formas de cultura em que nasceram. (...) A socialização liga as diferentes gerações entre si. O nascimento de uma criança modifica a vida daqueles que são responsáveis pela sua educação – e eles próprios consequentemente passam por novas*

experiências de aprendizagem” (Giddens, 2002, p. 44). Desta forma, se a criança cresce num ambiente onde existe violência, para além de, interiorizar esses hábitos, sofrerá consequências desagradáveis a nível físico, mental, emocional, social, e quando partir para o mundo exterior (ex: escola) será confrontada com outras realidades.

É importante ainda ter em consideração alguns artigos que defendem os direitos das crianças e dos jovens. Como por exemplo, o artigo 69^o (Infância) e o art.70^o (Juventude) da Constituição da República Portuguesa⁹. Desta forma, é pedido não só às suas famílias, mas também, à sociedade onde esta se insere, e ainda ao Estado, que assegurem o seu saudável desenvolvimento (Constituição da República Portuguesa, 2015).

Ao abordar o conceito de família, é pertinente perceber qual o papel da criança e do jovem no seio da mesma, e como esse papel pode estar em causa quando se encontra em exposição à VD. Para além de entender qual o papel da criança e do jovem, é crucial refletir sobre os papéis associados à família, que tipo de vinculação e comportamentos devem existir ao longo do desenvolvimento da criança e do jovem.

O conceito de família tem sofrido alterações ao longo dos tempos, devido também à entrada da mulher no mercado de trabalho, desenvolvendo outras funções para além das de “mãe” e “dona de casa”. Para além disso, os conceitos de criança e de jovem têm sofrido também mudanças ao longo dos anos. Anteriormente, eram vistas como uma força de trabalho, mais mão-de-obra, “mini” adultos, nos dias de hoje, as crianças têm uma vida escolar obrigatória, várias atividades extracurriculares, podem e devem brincar, entre outras características.

A família também foi considerada de *“refúgio seguro de qualquer pessoa (...) Todavia, atualmente, os estudos têm vindo a demonstrar que a violência na família e maus-tratos às crianças/jovens dentro da própria instituição familiar é um facto”* (Sousa, 2013, p. 17). Importa ainda referir que a violência no seio familiar ocorre independentemente da raça, da etnia, do espaço geográfico e dos recursos quer económicos, quer culturais (Sousa, 2013).

É preciso ainda, ter em conta que, com a entrada da mulher no mercado de trabalho e com a deslocação das famílias para locais (como por exemplo: de uma zona rural para uma zona urbana) com melhores condições, também influenciou a mudança do conceito de família.

Também devido às mudanças sociais, verifica-se uma multiplicidade de tipologias de família, nomeadamente: nuclear (quer com filhos biológicos, quer com filhos adotados);

⁸A palavra artigo, doravante será denominada, no presente relatório, por “art.”.

⁹A Constituição da República Portuguesa, doravante será denominada, no presente relatório, por “CRP”.

monoparental (Krause, 2006); consanguínea ou alargada; recomposta ou reconstituída e, famílias compostas por elementos do mesmo sexo (Caparrós, 1992).

Por fim, importa ainda referir que na família devem existir “(...) *condições apropriadas ao nível da sua funcionalidade, em relação à adaptabilidade (como capacidade de ultrapassar situações de crise), de coesão (definição evidente dos papéis familiares) e de padrões de comunicação*” (Sousa, 2013, p. 21). Quando as famílias não conseguem ultrapassar momentos de crise, com que se vão deparando ao longo da vida, as emoções nesta altura estarão mais à flor da pele, levando por vezes, a situações de violência, devido a, por exemplo, perda de paciência, stress, entre outros.

Alguns autores e profissionais da área, referem que as crianças e os jovens são vítimas diretas e/ou indiretas, da violência. Esta situação depende se vivenciam ou presenciam situações de violência.

1.1.2. O perigo vs. o risco

Como foi evidenciado no ponto anterior, é no seio familiar que se verifica maioritariamente, os episódios de violência.

Uma vez que se aborda a VD e as consequências que a mesma tem e terá no futuro da criança e do jovem, quando estes são confrontados com uma situação de VD, é relevante refletir também, sobre os conceitos de risco e de perigo.

Importa referir que, com o passar dos anos e com as alterações que a sociedade tem vindo a sofrer, o papel das crianças e dos jovens mudou dentro da família. Assim, a criança é vista como uma pessoa que necessita de cuidados específicos e redobrados (como por exemplo: alimentação, vestuário, habitação, higiene, educação, amor, afeto, carinho, entre outros). A criança também precisa de brincar, uma vez que é através das brincadeiras que a criança interage com os outros e desenvolve competências tanto a nível cognitivo, como social e psicológico. Tanto a criança como o jovem devem crescer num ambiente onde possam brincar, onde têm as suas necessidades básicas asseguradas, e que os adultos promovam um desenvolvimento saudável e integral das mesmas (Bellany, 2005). Para além disso, estes adultos devem também assegurar os seus direitos (Loulé, 2010).

Importa ainda referir que, ser criança e ser jovem, ou seja, o conceito em si, varia mediante a cultura, as leis, a sociedade, o estrato social, os capitais (cultural, económico, simbólico), o local onde este está inserido e ainda varia ao longo dos anos (Loulé, 2010).

A nível mundial, os países têm-se sensibilizado relativamente ao(s) tema(s) da infância e juventude, e têm criado sistemas de proteção, com o intuito de promover o crescimento e desenvolvimento saudável e integral das crianças e dos jovens. Estes sistemas de proteção também são criados devido à maior consciencialização dos maus-tratos, e como estes podem ter impacto na vida adulta destas crianças e jovens. Foram criados também organismos e leis, como por exemplo, a “*União Internacional de Socorros às Crianças*”, a “*Carta dos Direitos da Criança ou Declaração de Genebra*”, a “*UNICEF*¹⁰”, a “*Declaração Universal dos Direitos Humanos*”, a “*Declaração dos Direitos da Criança*”, e a “*Convenção dos Direitos da Criança*”, aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas.

No caso particular de Portugal, verifica-se que, a partir de 1950, tanto a criança como o jovem são vistos como um “ser social”. Ou seja, é um cidadão com direitos (que devem ser salvaguardados e respeitados) e com deveres (que devem de ser cumpridos) (Loulé, 2010). Para além disso, é importante mencionar que, em 1990, Portugal ratificou a *Convenção dos Direitos da Criança*. Mais um passo dado para a defesa dos direitos das crianças e dos jovens. Contudo ainda há muito a fazer, como por exemplo, prevenir a VD, junto das crianças e dos jovens, com o intuito de mudarmos mentalidades.

Apesar desta evolução e conhecimento dos direitos, muitas crianças e jovens ainda sofrem e vivenciam maus-tratos (como por exemplo, a violência). Assim, os profissionais que trabalham nesta área, deparam-se com situações de risco e, em certos casos, com situações de perigo.

Face ao exposto, coloca-se a seguinte questão: o que é uma situação de perigo e o que é uma situação de risco?

Começa-se por referir que a Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens¹¹ considera como risco uma(s) situação/situações que implica(m) perigo. Por outras palavras, o perigo pode surgir de “situações de crise” e que não sejam programadas, como por exemplo, o divórcio, a morte de um familiar. Por sua vez, o conceito de risco é visto como uma situação/acontecimento que pode se tornar num perigo para o cumprimento dos direitos das crianças e dos jovens (CNPDP CJ, 2020).

É importante refletirmos que qualquer profissional que trabalhe na intervenção com crianças e jovens em risco, tem que trabalhar na prevenção de possíveis situações de perigo.

¹⁰A UNICEF significa “Fundo de Emergência Nacional das Nações Unidas para a Infância”.

¹¹A Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens, doravante será denominada, no presente relatório, por “CNPDP CJ”.

É pertinente ainda referir que podem existir diversos fatores de risco, dependendo, mais uma vez, do contexto sociocultural, económico e político, onde a criança e o jovem está inserido. Podemos considerar como fatores de risco, o insucesso escolar, o temperamento desajustado dos progenitores, entre outros (Magalhães, 2005).

Por sua vez, no art.3º, nº 2 da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo¹² encontram-se presentes, algumas situações de perigo, e é quando se verifica este género de situações que a CPCJ intervém:

“2-Considera-se que a criança ou o jovem está em perigo quando, designadamente, se encontra numa das seguintes situações¹³: a) Está abandonada ou vive entregue a si própria; b) Sofre maus tratos físicos ou psíquicos ou é vítima de abusos sexuais; c) Não recebe os cuidados ou a afeição adequados à sua idade e situação pessoal; d) Está aos cuidados de terceiros, durante período de tempo em que se observou o estabelecimento com estes de forte relação de vinculação e em simultâneo com o não exercício pelos pais das suas funções parentais; e) É obrigada a atividades ou trabalhos excessivos ou inadequados à sua idade, dignidade e situação pessoal ou prejudiciais à sua formação ou desenvolvimento; f) Está sujeita, de forma direta ou indireta, a comportamentos que afetem gravemente a sua segurança ou o seu equilíbrio emocional; g) Assume comportamentos ou se entrega a atividades ou consumos que afetem gravemente a sua saúde, segurança, formação, educação ou desenvolvimento sem que os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de facto se lhes oponham de modo adequado a remover essa situação; h) Tem nacionalidade estrangeira e está acolhida em instituição pública, cooperativa, social ou privada com acordo de cooperação com o Estado, sem autorização de residência em território nacional” (Guerra, 2021, p. 29).

Face ao exposto, importa referir que as Entidades com Competência em Matéria de Infância e Juventude¹⁴ intervêm em situações de risco, enquanto as CPCJ's intervêm em situações de perigo. Ambas intervêm junto das crianças e dos jovens, bem como, das suas famílias. Por vezes, as CPCJ's pedem apoio na intervenção a estas entidades, que

¹²A Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, doravante será denominada, no presente relatório, por “LPCJP”.

¹³A alínea d) foi integrada na Lei nº142/2015 e a alínea h) foi integrada na Lei nº26/2018.

¹⁴As Entidades com Competência em Matéria de Infância e Juventude, doravante serão denominadas, no presente relatório, por “ECMIJ”.

desenvolvem uma prática mais próxima deste público. A título de exemplo, a CPCJ pode pedir apoio ao Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental¹⁵, para intervir de uma forma mais próxima, uma vez que, a CPCJ tem limitações na sua intervenção.

Assim, falar do perigo, é falar também do papel da CPCJ e dos seus profissionais. Destaque para o facto de, só intervirem quando a situação de perigo existe e/ou se agrava, colocando a criança e o jovem em situações onde a sua segurança, a saúde, o bem-estar, a educação e as necessidades básicas ao seu desenvolvimento sejam postas em causa.

Após tudo o que foi referido anteriormente, colocam-se as seguintes questões: Deve um profissional na área da infância e juventude trabalhar apenas para “remediar”, o risco e/ou o perigo? Onde fica a prevenção?

A autora deste relatório pôde verificar que, por vezes, os progenitores das crianças e jovens que chegam à CPCJ, já tiveram PPP’s nesta entidade. Face ao exposto, os técnicos já conhecem o contexto familiar, bem como, as suas especificidades, problemas, entre outros aspetos importantes a ter em conta na intervenção. Contudo, a situação volta-se a repetir. Ou seja, às vezes os filhos são sinalizados pelo mesmo motivo que os pais já tinham sido. Então, se os técnicos sabem, porque não preveniram, ou trabalharam no sentido da prevenção, para que as situações não se repetissem nem se repercutissem no tempo? Que trabalho há para fazer junto dos técnicos para que estas situações sejam evitadas? Que tipos de apoios existem para acompanhar a família que teve uma sinalização? Quando termina o acompanhamento, o que é que acontece a estas famílias?

Em suma, uma criança ou jovem que se encontra numa situação de risco é *“aquela que pelas suas características biológicas ou enquadramento sociofamiliar, apresenta maior probabilidade de ser alvo de dificuldades que comprometem a satisfação das suas necessidades e o seu processo de desenvolvimento”* (Penha, 1996, cit in Sousa & Carvalho, 2015, p. 170). Estas crianças e jovens podem estar integradas em famílias multiproblemáticas, a título de exemplo, com problemas de: desemprego, impossibilidade de manter uma habitação, problemas económicos, de saúde (quer física, quer mental), de comportamentos aditivos (associado sobretudo ao consumo de álcool e de estupefacientes), entre outros aspetos. Devido às situações elencadas acima, as famílias têm uma maior probabilidade de negligenciar as crianças e jovens em causa, não lhes dar a devida atenção e acompanhamento, bem como, podem não proporcionar os cuidados básicos necessários (Delgado, 2006).

¹⁵O Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental, doravante será denominado, no presente relatório, por CAFAP.

De ressaltar ainda que, é considerado crime público qualquer tipo de mau trato infligido contra uma criança e um jovem, estando presente no art.152ºA, do Código Penal. Sendo assim, é imperativo que todos nós, quer enquanto profissionais na área da infância e juventude, quer enquanto cidadãos, comuniquemos este tipo de situações às entidades competentes. Temos o dever de salvaguardar o interesse superior da criança, bem como, proporcionar-lhes um desenvolvimento saudável, num ambiente seguro, repleto de amor, afeto, carinho.

1.1.3. A violência doméstica

Antes de definir este conceito, é importante referir que a VD nem sempre foi considerada como um crime. Tem-se vindo a verificar uma evolução tanto a nível de legislação, como das representações da própria sociedade sobre este tema. Para além disso, em algumas situações, a VD era vista como algo natural e aceitável na sociedade – como se costumava ouvir *“entre marido e mulher ninguém mete a colher”*. Nos últimos anos tem-se assistido a um aumento da consciencialização pública acerca da necessidade de mudança de paradigma, apesar de, ainda existir um número elevado de casos de VD.

Assim, é necessário destacar que a VD é considerada como um crime público¹⁶, e desta forma qualquer pessoa pode fazer uma denúncia. No artigo 152º do Código Penal, a pessoa que praticar comportamentos verbais ou físicos dirigidos a outra pessoa (que, por norma, vive no mesmo agregado) é punida perante a lei, com uma pena entre os 2 e os 5 anos, dependendo da gravidade e do contexto em si (Decreto-Lei n.º 48/95, 1995).

Uma vez que, irá ser abordado o tema da VD é imprescindível apresentar alguns dados, que justifiquem a escolha deste tema e a pertinência de análise do mesmo. Importa desde já destacar que, vão ser apresentados dados até à data corrente, contudo, a análise dos mesmos, será centrada no ano de 2019, ano escolhido para a recolha de informação no contexto de estágio.

Assim, segundo a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima¹⁷, no ano de 2019, registaram-se 23.586 casos de VD, o que equivale a aproximadamente 79,10%, do total de crimes registados. Para além disso, a percentagem mais significativa de indivíduos vítimas de

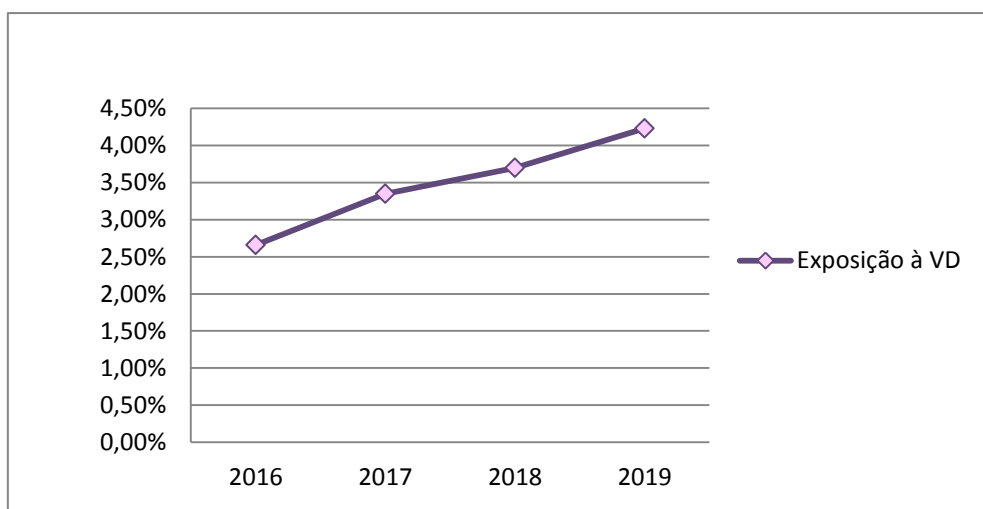
¹⁶Crime público *“são aqueles que a comunidade considera crimes muito graves (...) não é essencial a presença de uma queixa. Chega para isso, que o Ministério Público tome conhecimento da ocorrência do crime, particularmente através dos órgãos policiais, para que a ação penal seja posta em prática”* (Maia, 2012, p. 189).

¹⁷A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, doravante será denominada, no presente relatório, por “APAV”.

VD corresponde à faixa etária dos 35 aos 44 anos. Independentemente do tipo de VD destacam-se as faixas etárias dos autores destes crimes, sendo estas compreendidas entre os 35 e os 54 anos de idade, o que equivale a aproximadamente 18,20% (APAV, 2020).

Para além disso, o *Relatório CASA* também evidencia alguns dados interessantes a serem apresentados. Os dados encontram-se presentes no gráfico abaixo (Gráfico 1) e vão desde 2016 a 2019. Destaca-se que, no *Relatório CASA*, a situação de perigo intitulada de “*exposição à VD*”, encontra-se inserida nas situações de maus tratos psicológicos.

Gráfico 1. Crianças e jovens expostos à VD



Fonte: (Macedo, Simões, & Oliveira, 2017), (Macedo et al. 2018), (Macedo, Simões, & Oliveira, 2019) e (Macedo, Silva, & Banhudo, 2020)

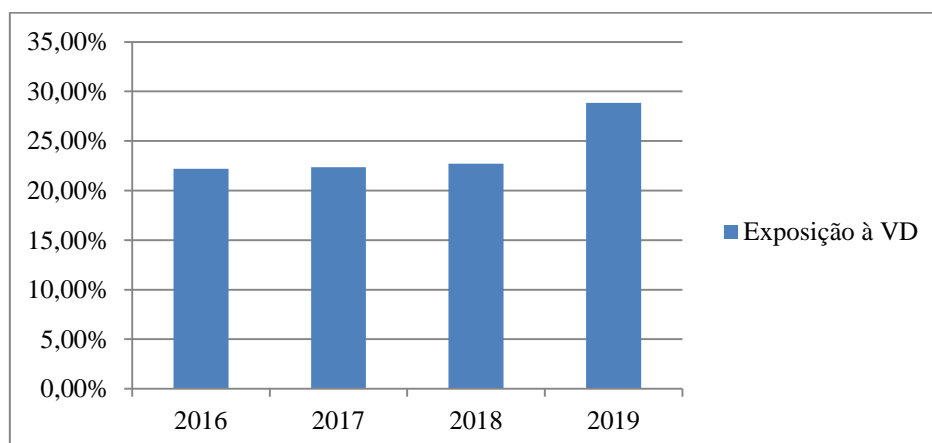
Através dos dados que se encontram presentes no Gráfico 1, constata-se uma ligeira subida, do número de crianças e jovens que chegam às casas de acolhimento, sinalizados por estarem expostos a situações de VD, desde o ano de 2016 até 2019 (aumentou aproximadamente 1,57%). O aumento mais significativo foi entre 2016 e 2017, de aproximadamente 0,69%. Realce também para o facto de que, o número total de crianças e jovens que estão em acolhimento, tem diminuído significativamente, passando de 18895 (em 2016) para 16304 (em 2019).

Para além disso, de acordo com as estatísticas sobre “*Crianças e Jovens Vítimas de Crime e de Violência entre 2013-2018*” (APAV, 2021), foram notificados um total de 9.539 crimes, sendo que 71,37% são referentes a situações de VD. Independentemente dos crimes notificados, 57,76% dos casos “*a vítima é o/a filho/a*” (APAV, 2021, p. 3). Posto isto, importa ainda relembrar que são percentagens elevadas e que, deve existir uma

consciencialização dos danos/consequências que vão surgindo na vida de uma criança ou jovem, quer a nível físico, psicológico e emocional, entre outros (APAV, 2021).

Importa ainda referir que, no *Relatório Anual de Atividades da CPCJ* entre os anos de 2016 e 2019 (Gráfico 2), também encontramos dados pertinentes de serem destacados.

Gráfico 2. Dados do Relatório Anual de Atividades da CPCJ de exposição à VD (2016-2019)

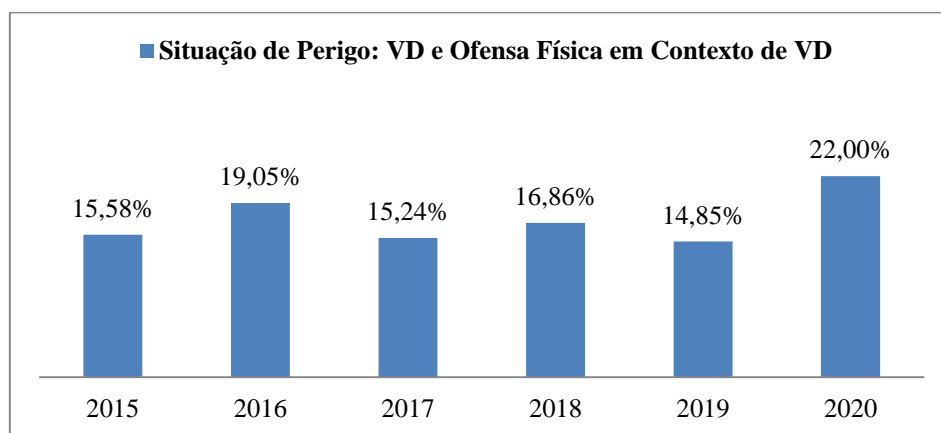


Fonte: (CNPDPJCJ, 2017), (CNPDPJCJ, 2018), (CNPDPJCJ, 2019) e (CNPDPJCJ, 2020)

Através do Gráfico 2, conseguimos perceber duas situações à primeira vista: os casos comunicados de VD às CPCJ's têm aumentado (entre estes 4 anos, houve um aumento de aproximadamente 6,66%) e que este tipo de comunicações têm em média, um peso de aproximadamente $\frac{1}{4}$ do total de processos comunicados às CPCJ's (variando entre os 22,20%, em 2016 e os 28,86%, em 2019). Ressalva-se que, no ano de 2016, a exposição à VD¹⁸ era a situação mais comunicada (com um peso de aproximadamente 67,70% dos casos). Relativamente aos anos de 2017 e 2018, a exposição à VD assume o segundo lugar de entre as situações mais comunicadas, logo a seguir às situações de negligência. Por conseguinte, em 2019, a VD posiciona-se no primeiro lugar, sendo a situação mais comunicada nas CPCJ's.

¹⁸No Relatório Anual de Atividades da CPCJ no ano de 2016, a exposição à VD encontrava-se inserida no grupo de situações intitulado de “*exposição a comportamentos que possam comprometer o bem-estar e desenvolvimento da criança*” (CNPDPJCJ, 2017).

Gráfico 3. Situação de perigo: VD e ofensas em contexto de VD (2015-2020)¹⁹



Fonte: (Dados da CPCJ de Santa Maria da Feira)

Uma vez que, o estágio decorreu na CPCJ de Santa Maria da Feira e os dados recolhidos foram retirados nesta entidade, considera-se pertinente partilhá-los aqui (Gráfico 3). Esta partilha tem também a finalidade de perceber se a tendência demonstrada no gráfico anterior se verifica nesta CPCJ.

Do volume processual entre o ano de 2015 e 2020, a VD assume um papel significativo. Assim, podemos verificar que a VD e ofensas físicas em contexto de VD têm, em média, um peso entre os 14,90% (no caso de 2019) e os 22% (no caso de 2020). Estes dados são referentes a PPP's instaurados e reabertos.

Face a tudo o que foi exposto, nomeadamente, nestes dois últimos gráficos, considera-se relevante analisar a exposição à VD, bem como, os dados que serão apresentados no capítulo 3 deste relatório, cujo ano de referência é 2019.

Após a apresentação e análise dos dados, será importante ainda abordar o conceito de violência e o conceito de VD.

A violência pode ser vista como *“o uso intencional da força física ou do poder, em força de ameaça ou de concretização de atitudes ou de comportamento contra o próprio, contra pessoas ou contra um grupo ou comunidade, os quais podem resultar em lesões físicas, morte, problemas psicológicos, subdesenvolvimento ou privação”* (Neves, 2008, cit in Sousa & Carvalho, 2015, p.163).

Assim, *“a violência doméstica (...) ocorre em todas as idades e grupos étnicos, socioeconómicos, educacionais, profissionais e religiosos; (...) envolve um comportamento continuado que pode incluir diferentes tipos de abusos (...) é uma ofensa criminal (...) afeta,*

¹⁹Os dados presentes neste Gráfico, corresponde aos PPP's sinalizados e não aqueles que efetivamente são trabalhados.

de formas diferentes homens e mulheres (...) quem for condenado pelo crime de violência doméstica pode vir a ser inibido do exercício de responsabilidade parental ou de tutela, por um período determinado” (CIG & DGE, 2007, p. 8).

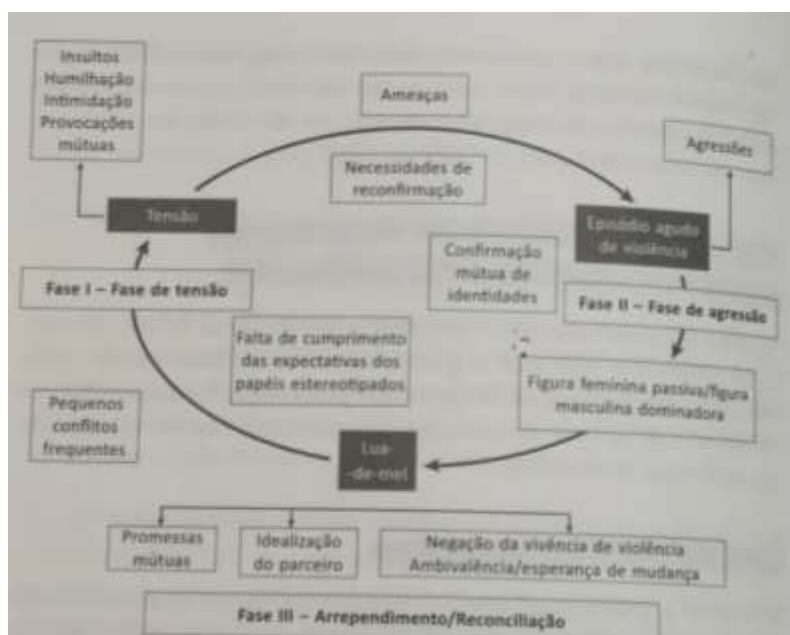
A VD é ainda vista como *“toda a ação ou omissão que prejudique o bem-estar, a integridade física, psicológica ou a liberdade e o direito ao pleno desenvolvimento de um membro da família. Pode ser cometida dentro e fora de casa, por qualquer integrante da família que esteja em relação de poder com a pessoa agredida”* (Say, 2003 cit in Maia, L., 2012, p.5). Assim, importa referir que ocorre por norma no seio familiar. É importante ter em consideração que apesar de os números indicarem que a vítima é maioritariamente a mulher e o agressor é o homem, nem sempre tal acontece. A título de exemplo, segundo o *Relatório Anual 2019 da APAV*, relativamente ao perfil da vítima, 81% são mulheres e com uma idade média de 42 anos. Por sua vez, das 2.066 vítimas do sexo masculino, 52,90% são adultos e têm uma idade média de 38 anos (APAV, 2020).

Ainda podemos mencionar que a VD é *“(...) uma ação ou omissão de ação que leve ao prejuízo da segurança, bem-estar e conforto, na sua vertente de segurança psicológica, emocional e física (...) particularmente se coloca em causa a liberdade e a autodeterminação de um elemento de um determinado agregado familiar. Independentemente do local onde essa violência seja exercida, (...) é o exercício dessa mesma violência no âmbito de uma relação privilegiada familiar (podendo envolver a tradicional díade conjugal ou outros elementos da família)”* (Maia, 2012, p. 196).

Importa ainda referir que, existem diversos tipos de VD, nomeadamente: *“violência emocional e psicológica”; “intimidação, coação e ameaça”; “violência física”; “isolamento social”; “abuso económico” e “violência sexual”* (Manita, Ribeiro, & Peixoto, 2009, pp. 16-19).

Ao falar de VD é imperativo abordar as fases do ciclo da violência (Figura 1). Este ciclo pode suceder-se num dia, numa semana, durante meses e até anos (Maia, 2012).

Figura 1. Ciclo da VD



Fonte: (Maia, 2012, p. 8)

Este ciclo de violência é composto por três fases: a de “tensão”; a de “agressão” e a de arrependimento/reconciliação, ou também designado como “lua-de-mel” (Maia, 2012, p. 8). A fase de “tensão” começa, a surgir com questões/problemas do quotidiano, por exemplo, associado a questões económicas, trabalho, educação da criança e do jovem, a própria arrumação da casa, entre outros aspetos. Esta fase inicia-se com agressões verbais e a vítima tendencialmente tenta desculpar o agressor e tenta o agradar. Apesar disso, este “agradar o agressor” não evita a violência, bem pelo contrário, pode até agravar, começando a verificar-se situações de violência física (Maia, 2012). Por sua vez, a segunda fase, intitulada de “agressão”, consiste, numa forma sucinta, no(s) momento(s) em que a tensão atinge o máximo e a agressão física é muito usual. Os especialistas indicam que “*nalguns casos, as vítimas podem, inconscientemente, provocar o abuso, para que possam libertar a tensão e passar para a fase de lua-de-mel*” (Maia, 2012, p. 9). Esta explanação deixa-nos a pensar. Como é que uma vítima pode provocar o agressor para que se passe logo para uma fase de reconciliação? As etapas podem não ter a mesma ordem, a VD é um ciclo, o agressor pode-se arrepender mas, mais tarde, pode e volta, a agredir e com o passar do tempo as agressões são cada vez mais graves e mais recorrentes. Para além disso, verifica-se também uma escalada de violência, caso a vítima confronte e responda ao agressor (Maia, 2012). Por fim, a última etapa, a fase do “arrependimento”, o agressor, inicialmente, pode ter vergonha do seu

comportamento, podendo assumir um comportamento mais carinhoso, atencioso, compreensivo, pede desculpa, entre outros aspetos, como forma de se redimir da situação de violência. Demonstra também intenção de que a situação não se vai repetir. Importa destacar que, este “jogo”, leva as vítimas a convencerem-se que não é necessário terminar a relação e continuam ligadas ao agressor (Maia, 2012).

Outro aspeto importante a abordar e que por vezes se houve na comunidade, é esta questão: “porque é que a vítima continua numa relação abusiva”? Pois bem, Soares (2005), adaptado por Maia (2012), elenca oito motivos para esta situação acontecer: os “*riscos de rompimento*”, a “*vergonha*” e o “*medo*”, a “*esperança*” de que o comportamento mude, o “*isolamento*”, a “*negação social*”, as “*barreiras que impedem o rompimento*”, a “*dependência económica*” e “*deixar a relação é um longo processo*” (p.11-14).

Uma vez que, o tema deste relatório é a VD, considera-se pertinente destacar e enumerar algumas respostas sociais que existem neste âmbito.

Em primeiro lugar, destaque para as diversas revisões realizadas nas leis, com a finalidade de proteger a vítima. Portugal tem feito ainda, um enorme progresso na prevenção da VD, implementando programas e planos. Realce para o último plano de combate à VD, intitulado de “*V Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género 2014-2017*” (Decreto- Lei nº253/2013, 2013). Este programa “*procura, assim, delinear estratégias no sentido da proteção das vítimas, da intervenção junto de agressores(as), do aprofundamento do conhecimento dos fenómenos associados, da prevenção dos mesmos, da qualificação dos(as) profissionais envolvidos(as) e do reforço da rede de estruturas de apoio e de atendimento às vítimas existente no país. Para a prossecução destes objetivos são ainda convocados os órgãos da administração local, as organizações da sociedade civil e as próprias empresas para que, numa união de esforços, se caminhe no sentido da erradicação da violência doméstica e de todo o tipo de violência de género no país*” (Decreto- Lei nº253/2013, 2013, p. 7017).

Destaque ainda para a “*Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção e o Combate à Violência Contra Mulheres e a Violência Doméstica*”²⁰, publicada em 2013. Esta convenção tem como finalidade, presente no art. 1º alínea a): “*proteger as mulheres contra todas as formas de violência, bem como, prevenir, instaurar o procedimento penal relativamente à violência contra as mulheres e à violência doméstica e eliminar estes dois tipos de violência*” (2013, p. 413). Nesta convenção encontram-se presentes alguns aspetos

²⁰Esta convenção também é conhecida como Convenção de Istambul.

importantes, como por exemplo, definições de conceitos, políticas abrangentes, recursos financeiros, a prevenção e sensibilização, a proteção e o apoio à vítima. Também importa referir que, a proteção é dada tanto à mulher como aos seus filhos.

Para além disso, importa referir que a PSP e a GNR também criaram equipas e programas no âmbito desta problemática. Assim sendo, a PSP desenvolveu o “*Programa Integrado de Policiamento de Proximidade*” e inserido neste programa, criou as “*Equipas de Proximidade e de Apoio à Vítima*” (PSP, 2021). Por sua vez, a GNR desenvolveu o “*Núcleo de Investigação e Apoio a Vítimas Específicas*” (GNR, 2021).

A segurança social ²¹também tem algumas respostas no âmbito da VD, destaque para as “*casas abrigo*”²² e para os “*centros de atendimento*” (Segurança Social, 2021). Por fim, a APAV conta também com respostas à VD, nomeadamente: linhas de apoio, “*apoio jurídico*”, “*apoio psicológico*” e “*apoio social*”, entre outros (APAV, 2021).

Importa ainda referir que, ao nível local, o município de Santa Maria da Feira, também trabalha no sentido de promover respostas para as vítimas de VD. Assim, em 2006 foi criado o Espaço Trevo, sendo este “*um gabinete de intervenção na violência doméstica (...) disponibiliza apoio psicológico e psicossocial, intervenção na crise, apoio informacional e apoio jurídico a homens e a mulheres vítimas de violência doméstica (...)*” (Amaro et al., 2018, p.46-47).

Em suma, após tudo o que já foi referido, é importante ressaltar três aspetos: o primeiro aspeto a ter em conta é que, o comportamento do agressor tende a agravar-se com o passar do tempo. Para além disso, os profissionais devem ajudar a vítima e seus filhos de forma célere e precocemente. Por fim, é de reiterar que a moldura penal deste tipo de crimes, pune o agressor no máximo, por 5 anos, e a maior parte destas penas são suspensas (Maia, 2012).

Face ao exposto levantam-se as seguintes questões: em que sentido é que esta resolução da justiça ajuda as vítimas? Que trabalho é desenvolvido junto dos agressores? Como é que as vítimas se sentem nos processos, em que as penas acabam por ser suspensas? Onde está salvaguardada a segurança das vítimas e das suas famílias? O que é que a justiça precisa de mudar na sua ação? Como resposta a esta última questão, deixa-se aqui algumas indicações/sugestões, tais como: a justiça deve estar do lado da solução e não do problema; acelerar o tempo de resposta, uma vez que, sabemos que o tempo da justiça não é o tempo das

²¹A segurança social, doravante será denominada, no presente relatório, por “SS”.

²²As informações referentes às casas abrigo, apenas estão disponíveis junto da SS.

pessoas nem das vítimas; deve salvaguardar a segurança e o bem-estar das vítimas e promover uma intervenção junto dos agressores (Maia, 2012).

1.1.4. A exposição das crianças e dos jovens à violência doméstica

Inicia-se este ponto referindo que qualquer tipo de violência infligida “*é particularmente pesada para quem tem menos recursos para resistir e escapar, como é o caso das crianças*” (Sani, 2011, p. 25). Contudo, ressalva-se desde já que, não afeta só as crianças, mas também os jovens.

A exposição à VD em crianças e jovens é vista “*como uma das formas de vitimação indireta mais flagrantes e com graves consequências para as vítimas*” (Sani et al., 2011, cit in Sousa & Carvalho, 2015, p.164). Ou seja, as crianças e os jovens que vivenciam este fenómeno, demonstram medo, angústia, insegurança, instabilidade emocional, estão por norma em alerta, prejudicando assim, o seu desenvolvimento e pondo em causa o seu bem-estar (Sousa & Carvalho, 2015).

Destaque ainda, para o facto de a violência entre o casal coloca em causa a criança e jovem, na medida em que “*quando existe um conflito, a disponibilidade dos pais enquanto tal diminui, podendo assistir-se a comportamentos de negligência física e emocional, e atos de agressividade, direccionados aos filhos*” (Sousa & Carvalho, 2015, p. 165). Com esta explanação, mais uma vez, se comprova que, as crianças e jovens são vítimas diretas deste problema social.

Após o que foi apresentado, questiona-se o que são então crianças e jovens expostos à VD? Pode-se dizer que são “*crianças que assistem, ouvem ou têm consciência da violência exercido por pai/mãe contra o/a outro/a*” (CIG & DGE, 2007, p. 7).

Importa ainda destacar um outro aspeto. Sani refere que “*a criança ao estar exposta à violência do casal acaba por aprender algo sobre as condições sob as quais a agressão pode ser usada nos relacionamentos íntimos*” (Sani, 2011, p. 44). Isto faz com que se coloquem algumas questões: o que se pode fazer para mudar e minimizar estes efeitos? Estarão os profissionais preparados para trabalharem nestas situações?

Por fim, é importante ainda abordar de forma sucinta, o estatuto de vítima associado às crianças e jovens que vivenciam VD. Esta situação tem sido muito debatida por profissionais que trabalham na área, quer por psicólogos, quer por advogados, entre outros profissionais.

Ressalva-se que, em 01 de abril de 2021, deu entrada no Parlamento algumas propostas por parte de dois partidos, para modificar a lei do Código Penal sobre o estatuto de

vítima para crianças e jovens que presenciem situações de VD. Este estatuto iria até o jovem completar os 18 anos. Estas propostas foram avaliadas e o referido estatuto foi aprovado em Assembleia da República, entrando em vigor a 16 de agosto do presente ano. A Lei nº 57/2021 veio alterar alguns pontos, dos quais destacamos o art. 2º alínea a)²³, art.14º nº6²⁴ e o art. 31º alínea c)²⁵ (Decreto Lei nº57/2021, 2021).

1.1.5. O impacto da violência doméstica nas crianças e nos jovens

Tal como foi salientado anteriormente, a família tem um papel crucial ao longo do desenvolvimento de uma criança. Importa assim refletir, sobre quais os contextos em que as crianças e os jovens estão inseridos, para poder entender as causas e as consequências que a VD desencadeia.

É certo que, quando as crianças e os jovens estão expostos e são vítimas deste tipo de situações, estas terão consequências no seu desenvolvimento. Assim sendo, *“o impacto da violência na criança é muito variável, sendo agravado ou atenuado por um conjunto de características relacionadas com a violência praticada, com a própria criança vítima e com a sua rede de apoio. (...) Os maus tratos contra crianças em contexto familiar (...) tendem a ocorrer de forma continuada, intensificando a sua gravidade e frequência, com riscos óbvios para a integridade física e mental da criança”* (APAV, 2015, pp. 1-2). As crianças, bem como, os jovens podem não ter consciência dos seus direitos e da gravidade das situações, daí ser tão importante a prevenção e alertar o mais cedo possível, para que estas situações não sejam consideradas como um ato normal e aceitável (APAV, 2015).

Importa referir que as crianças podem desenvolver medo de expor estas situações, devido às pressões que possam existir por parte dos agressores. Assim, os profissionais que estejam em contacto com estas crianças têm um papel fundamental para identificar e apoiar estes casos.

²³O art.2º alínea a) refere *“«Vítima» a pessoa singular que sofreu um dano, nomeadamente um atentado à sua integridade física ou psíquica, um dano emocional ou moral, ou uma perda material, diretamente causada por ação ou omissão, no âmbito do crime de violência doméstica previsto no artigo 152º do Código Penal, incluindo as crianças ou os jovens até aos 18 anos que sofreram maus tratos relacionados com exposição a contextos de violência doméstica”* (Decreto Lei nº57/2021, 2021, p. 6).

²⁴O art.14º nº6 refere que *“Sempre que existam filhos menores, a atribuição de estatuto de vítima à criança e à pessoa adulta é comunicada imediatamente pelas autoridades judiciais ou pelos órgãos de polícia criminal à comissão de proteção de crianças e jovens e ao tribunal de família e menores territorialmente competentes”* (Decreto Lei nº57/2021, 2021, p. 7).

²⁵O art.31º alínea c) refere que o agressor não pode *“(...)permanecer nem se aproximar da residência onde o crime tenha sido cometido, onde habite a vítima ou que seja casa de morada da família, impondo ao arguido a obrigação de a abandonar”* (Decreto Lei nº57/2021, 2021, p. 8).

Outro aspeto a destacar é sobre a *Convenção de Istambul* (ratificada pelo nosso país no ano de 2013), em que se encontra presente um reconhecimento das crianças e dos jovens como vítimas de VD. Destaque também, para os art.17º, art.26º e art.31º da referida convenção (Tomás et al., 2018).

Salienta-se também que, a criança e o jovem que vivenciam este tipo de violência, podem associar “*que o poder físico é necessário para satisfazer algumas necessidades, aprender certas estratégias de evitamento ou agressão, assim como depreender que a segurança é imprevisível, daí que deva estar continuamente preparada para a acção*” (Rossman, 1998, cit in Sani, 2011, p.44), ou seja, acabam por assumir o comportamento. A autora deste relatório considera que isto pode acontecer, caso esta criança ou jovem não tenha o devido acompanhamento psicológico, necessário para saber lidar com estas situações. Podendo justificar com a seguinte transcrição “*A VD/VC/VRI²⁶ é uma forma deliberada e intencional de exercício de poder e controlo sobre a vítima, não o resultado directo de uma qualquer perturbação ou experiência directa de vitimação no passado*” (Manita, Ribeiro & Peixoto, 2009, p.25).

Contudo, tendo em conta o *Manual Crianças e Jovens Vítimas de Violência Doméstica*, a exposição destes acontecimentos podem trazer consequências a vários domínios tanto às crianças como aos jovens, tal como: a nível físico (baixo peso), psicológico (insegurança, comportamentos desobedientes), entre outros (APAV, 2011). Acrescenta-se que, o impacto da VD nas crianças e nos jovens pode ser a curto, a médio e a longo prazo. Nomeadamente, na saúde pode ser a curto e a longo prazo, isto é, quando falamos em marcas físicas pode-se considerar um impacto a curto prazo, mas quando a violência é mais psicológica podendo gerar problemas no âmbito da saúde mental, tais como, ataques de pânico e de ansiedade; hipervigilância, dificuldade em concentrar-se, estas situações podem ser consideradas como danos a longo prazo (XXII Governo Constitucional, 2020).

Destaque também para alguns fatores que podem aumentar ou diminuir o impacto: “*Intensidade, duração e frequência da VD; Interrupção ou não da VD; Resiliência da criança ou jovem; Estado de saúde e ou deficiência da criança ou jovem; Existência de fatores de proteção; Sentimentos de (in)segurança por parte da criança ou jovem*” (XXII Governo Constitucional, 2020, p. 19).

²⁶VC significa “*violência conjugal*” e VRI corresponde a “*violência nas relações de intimidade*” (Manita, Ribeiro & Peixoto, 2009, p.9).

Para além disso, “a exposição repetida à violência interparental afeta também diretamente a criança” (Sani, 2011, p. 43), levando a comportamentos desajustados, dificuldades de aprendizagem e de atenção, bem como, instabilidade emocional (Sani, 2011).

Para além do que já foi referido anteriormente, é crucial ter em consideração os seguintes aspetos: “as crianças nestas circunstâncias poderão sofrer de maiores problemas emocionais e comportamentais.(...) as crianças que convivem com a violência doméstica estão expostas a um maior risco de sofrer danos físicos ou abusos na infância (...) poderão manifestar uma forte ambivalência para com a mãe/pai violento/a (...) a exposição à violência poderá tornar a criança menos sensível ao comportamento agressivo quando tal acontece (...)” (CIG & DGE, 2007, p. 11).

O impacto da VD nas crianças e nos jovens, assume repercussões negativas, tanto ao nível das emoções, como a nível do comportamento, a nível social (e das relações/interações com os outros), a nível do desenvolvimento cognitivo e físico (Miller-Perrin e Perrin, 1999, cit in Sani, 2011).

Após tudo o que foi referido, é importa destacar os potenciais impactos nas crianças e nos jovens dependendo das suas idades (Tabela 1):

Tabela 1. Potenciais impactos da VD mediante a idade das crianças e jovens

Idade	Potenciais impactos
Criança com idade compreendida entre os 0 e os 3 anos	Medo em explorar coisas novas e em brincar; pode imitar episódios de violência, caso tenha vivenciado; algumas imagens e sons podem relembrar situações de VD e ser “perturbador”.
Criança com idade compreendida entre os 4 e os 5 anos	Pode exprimir emoções (como a raiva) e ser agressivo; pode aprender os “papéis de género” (CIG & DGE, 2007, p. 12) tendo por base a violência; pode demonstrar comportamentos “regressivos (CIG & DGE, 2007, p. 12) (ou seja, regredir no seu desenvolvimento e nas competências adquiridas).
Criança com idade compreendida entre os 6 e os 11 anos	Pode ter mais consciência da situação da violência e o impacto que esta tem “nos demais” (CIG & DGE, 2007, p. 12); pode-se tornar mais distraído e, como consequência, ter mais dificuldade em aprender.

Jovem com idade compreendida entre os 12 e os 17 anos	Pode tentar defender-se de forma instintiva de agressões; pode assumir comportamentos para “ <i>sensibilizar</i> ” os pares, como forma de se integrar e esquecer as situações de violência na sua habitação; “ <i>dificuldade em criar relações saudáveis, evitamento da intimidade ou relações prematuras</i> ” (Cunnigham e Backer, 2004 cit in Sousa e Carvalho, 2015, p.168).
---	--

Fonte: (CIG & DGE, 2007) e (Cunnigham e Backer, 2004, cit in Sousa e Carvalho, 2015, p.168)

Ao abordar o impacto da VD, é importante também mencionar os sinais de alerta e os fatores de risco. Tema também abordado no inquérito realizado aos gestores de caso da CPCJ de Santa Maria da Feira. Os dados serão apresentados no capítulo 3 do presente relatório.

Assim sendo, os sinais de alerta são vistos como indicadores de uma possibilidade de situação de maus tratos, infligidos direta ou indiretamente às crianças e jovens. Os sinais de alerta encontram-se divididos em quatro grandes grupos: os comportamentais, os relacionais, os físicos e os contextuais. Pode ser apenas um sinal isolado ou um conjunto de sinais indicadores de que a criança ou jovem vive num contexto de maus tratos e de violência (XXII Governo Constitucional, 2020). Por sua vez, os fatores de risco são “*SITUAÇÕES que podem ou tendem a AUMENTAR a PROBABILIDADE de ocorrência de maus tratos em contexto de VD*” (XXII Governo Constitucional, 2020, p. 23). Os fatores de risco podem estar associados à progenitora ou ao adulto que detém a guarda de facto (por exemplo, ter vivenciado uma situação de maus tratos, ter dificuldade em interagir com os outros, entre outros aspetos) e pode também, estar associada à própria criança e jovem (caso tenha por exemplo, algum problema de saúde e esteja mais vulnerável) (XXII Governo Constitucional, 2020).

Em suma, para minimizar estes impactos, os profissionais devem atuar o mais precocemente possível e estar particularmente atentos aos sinais de alerta e aos fatores de risco. Contudo, não chega só denunciar estes casos, é necessário também articular e criar uma rede de apoio. Por exemplo, um assistente social não consegue trabalhar sozinho neste tipo de casos, precisa de ajuda e de intervenção de um psicólogo, de um médico, do professor da criança ou jovem, entre outro conjunto de profissionais intrinsecamente ligados e imprescindíveis. Não nos podemos esquecer que, cada pessoa está inserida em diversos sistemas no seu dia-a-dia e tem que se realizar uma intervenção sistémica (XXII Governo Constitucional, 2020). Salienta-se também que apesar de a violência decorrer na esfera privada, acaba por se repercutir nas relações que tanto as crianças e os jovens têm com os

outros e no seu desempenho escolar, por isso, mais uma vez reitera-se a importância de se articular com a escola (Almeida, Santos, & Rossi, 2006). Até mesmo relativamente à violência no namoro, é necessário que a prevenção e a própria intervenção seja o mais precocemente possível, e seja realizada dentro da comunidade escolar.

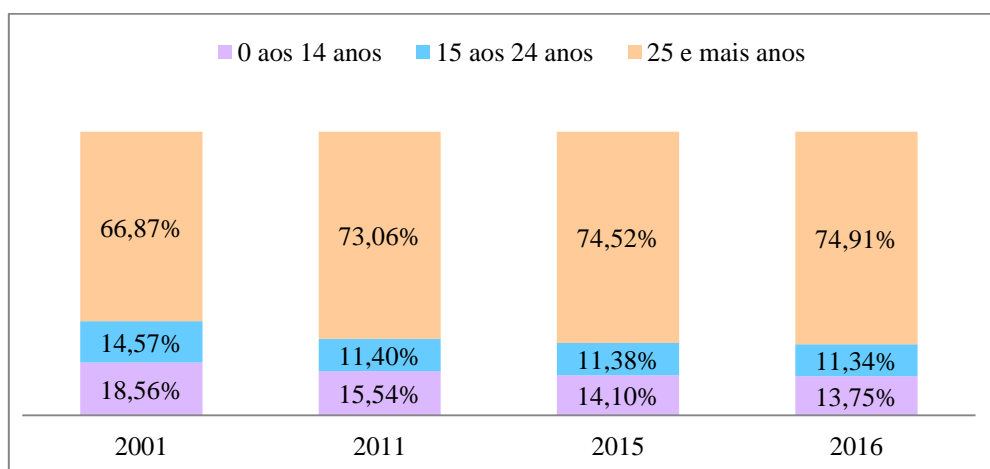
1.2. O enquadramento do contexto de estudo

1.2.1. O município de Santa Maria da Feira

1.2.1.1. Caracterização da população residente no município de Santa Maria da Feira

Começa-se esta segunda parte do capítulo por referir que, o concelho de Santa Maria da Feira localiza-se no distrito de Aveiro e pertence à Área Metropolitana do Porto. Para além disso, é composto por 5 uniões de freguesia²⁷ e por 16 freguesias, mais concretamente: U.F. de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo, U.F. de Caldas de São Jorge e Pigeiros, U.F. de Canedo, Vale e Vila Maior, U.F. de Lobão, Gião, Louredo e Guisande, U.F. de São Miguel do Souto e Mosteirô, Argoncilhe, Arrifana, Escapães, Fiães, Fornos, Lourosa, Milheirós de Poiars, Mozelos, Nogueira da Regedoura, Paços de Brandão, Rio Meão, Romariz, Sanguedo, Santa Maria de Lamas, São João de Ver e São Paio de Oleiros (Amaro et al., 2018).

Gráfico 4. População residente no concelho de Santa Maria da Feira, por grupo etário



Fonte: (Amaro et al., 2018)

²⁷As Uniãoes de Freguesias, doravante serão denominadas, no presente relatório, por U.F.

Outro aspeto pertinente a abordar consiste na caracterização da população residente neste concelho (Gráfico 4)²⁸. Assim, importa destacar alguns aspetos, mais concretamente: entre o ano de 2011 e o ano de 2016, verifica-se uma diminuição da população total (passando de 139.709 para 139.176, respetivamente). Para além desta diminuição, importa referir que, no ano de 2001 a população entre os 0 e os 24 anos tinha um peso de aproximadamente 33,13%. Contudo, esta tendência tem vindo a diminuir, atingindo no ano de 2016, um peso de aproximadamente 22,09% (Amaro et al., 2018). Acrescenta-se ainda uma informação relevante: segundo os dados dos Censos 2011, a freguesia de Sanguedo era a freguesia “mais jovem”, seguida pela U.F. de Lobão, Gião, Louredo e Guisande, com aproximadamente 31,22% e 29,29%²⁹, respetivamente. Por sua vez, no mesmo ano, as freguesias mais envelhecidas eram Arrifana e Paços de Brandão (Amaro et al., 2018).

Por fim, relativamente ao emprego e à economia local, importa mencionar que segundo os dados de 2011, existiam 59.761 pessoas empregadas no concelho de Santa Maria da Feira, entre as quais, a sua grande maioria desempenhava atividades no setor terciário (aproximadamente 52,94%), bem como, no setor secundário (aproximadamente 46,33%) (Amaro et al., 2018). Esta situação pode ser justificada pelo facto de o município ser marcado pela indústria, nomeadamente de cortiça e no caso do setor terciário, devido ao turismo e à cultura.

1.2.1.2. As respostas sociais na área da infância e juventude no município

Outro aspeto chave a abordar neste relatório são as respostas sociais que existem no concelho de Santa Maria da Feira na área da infância e juventude. Contudo, antes de apresentar as respostas sociais, é importante abordar as políticas sociais que estão na base deste tipo de respostas.

Como já foi referido anteriormente, a partir do século XX, a criança e o jovem são vistos como cidadãos, ou seja, têm direitos e deveres (Samagaio, 2004). Desta forma, começa a surgir uma maior responsabilidade do Estado, e da própria sociedade, na promoção e proteção das crianças e dos jovens. Com o decorrer dos anos, também se verifica um crescimento/surgimento de entidades, programas e linhas de apoio, com o intuito de prevenir e salvaguardar o superior interesse da criança (Loulé, 2010).

²⁸Realce para o facto de que, o grupo dos 25 e mais anos agrupa as seguintes faixas etárias: 25 aos 64 anos e 65 e mais anos.

²⁹Os dados aqui presentes correspondem ao grupo etário dos 0 aos 24 anos.

Posteriormente, no ano de 1998, foi criada a CNPDPCJ, e em 1999 aprovada a LPCJP, com a finalidade de *“promoção dos direitos e a proteção das crianças e dos jovens em perigo, por forma a garantir o seu bem-estar e desenvolvimento integral”* (Guerra, 2021, p. 17). Importa ainda referir que, a presente lei reconhece criança e jovem como pessoas *“com menos de 18 anos ou a pessoa com menos de 21 anos que solicite a continuação da intervenção iniciada antes de atingir os 18 anos [artigo 5º, alínea a), da LPCJP]. A revisão da LPCJP em 2017 (...) a pessoa até aos 25 anos sempre que existam, e apenas enquanto durem, processos educativos ou de formação profissional (...)”* (Guerra, 2021, p. 27).

No mesmo ano (1999) também foi criada a Lei Tutelar Cível. Esta lei inova *“a intervenção não judiciária e judiciária junto de criança e jovens em perigo ou em situação de delinquência, adequando-a aos princípios convencionais e regras internacionais de administração de justiça das crianças, (...)”* (Guerra, 2021, p. 18).

Para além destas leis, a CRP também tem um conjunto de artigos ligados aos direitos das crianças e dos jovens, nomeadamente: o art.24º (direito à vida); art.67º (família); art.68º (paternidade e maternidade); art.69º (infância) e art.70º (juventude), entre outros (Constituição da República Portuguesa, 2015).

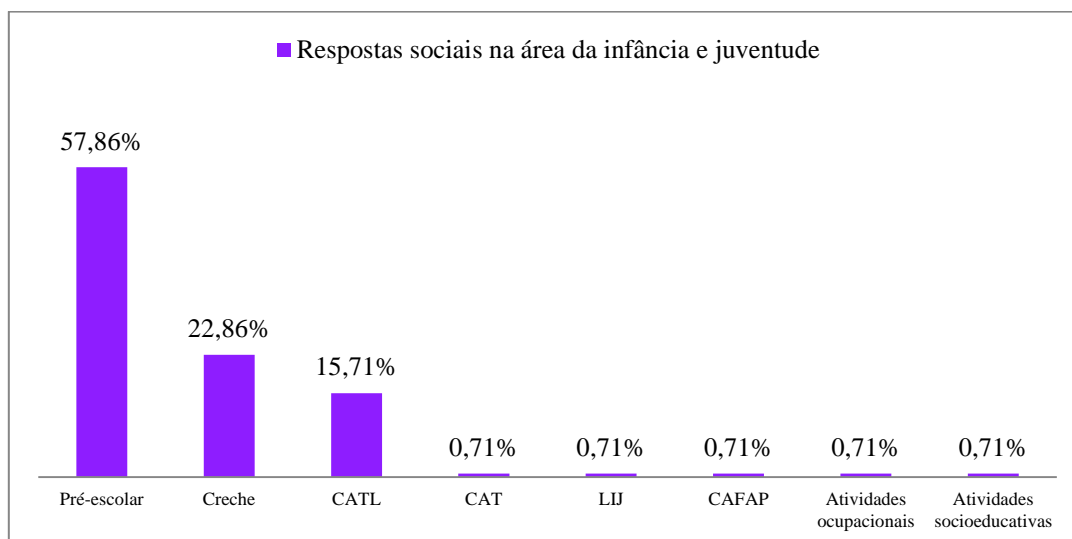
Também já foi referido que, a família tem um papel central e fundamental na proteção dos direitos das suas crianças e jovens (Loulé, 2010). Quando as famílias não conseguem promover o bem-estar, dar segurança, salvaguardar os interesses das crianças e dos jovens, não conseguem providenciar as necessidades básicas adequadas às suas idades, é necessário acionar algumas respostas, com o intuito de salvaguardar o superior interesse da criança. Assim, a SS tem um conjunto de respostas para este tipo de situações, nomeadamente: o *“acolhimento familiar”* e o *“acolhimento residencial”* (mais concretamente os Lares de Infância e Juventude³⁰ e os Centros de Acolhimento Temporário³¹) (Segurança Social, s.d.). Importa destacar que, estas medidas são de carácter provisório, ou seja, até que as famílias reúnam todas as possibilidades de poderem voltar a ter as suas crianças e jovens, e conseguirem ter competências para as proteger. Estas medidas são aplicadas apenas em último recurso. Em primeiro lugar e por norma, procura-se apoio junto da família alargada (junto de tios, avós, primos, padrinhos ou outros adultos significativos). Conforme se encontra presente no art. 4º, alínea d), e) e h) da LPCJP (Guerra, 2021).

Após serem apresentadas algumas respostas a nível nacional, importa referir as respostas que o concelho dispõe para este público-alvo.

³⁰Os Lares de Infância e Juventude, doravante serão denominados, no presente relatório, por “LIJ”.

³¹Os Centros de Acolhimento Temporário, doravante serão denominados, no presente relatório, por “CAT”.

Gráfico 5. Número total de respostas sociais na área da infância e juventude – concelho de Santa Maria da Feira



Fonte: (Carta Social, 2016)

Assim, conforme se encontra presente no Gráfico 5, o concelho de Santa Maria da Feira conta com uma vasta rede de respostas na área da infância e juventude. Entre IPSS's, particulares e estabelecimentos escolares, conta com um total de 140 respostas. De entre todas as respostas na área de infância e juventude, o que predomina neste concelho são: o pré-escolar (com um peso de aproximadamente 57,86%), a creche (com aproximadamente 22,86%) e o Centro de Atividades de Tempos Livres³² (com aproximadamente 15,71%). Importa ainda referir que, o concelho conta com 1 LIJ – a Obra do Frei Gil³³ – e com 1 CAT. A Obra de Frei Gil para além da resposta anteriormente mencionada conta também com a resposta de CAFAP. Contudo, no *Plano de Desenvolvimento Social de Santa Maria da Feira*, encontra-se presente, que ao nível de instituições e de respostas sociais nesta área, existem: 27 creches; 21 jardins-de-infância; 20 CATL's; 2 CAT's; 1 LIJ e 1 CAFAP. Dispõem ainda de 6 cantinas sociais e 12 Serviços de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS) (Amaro et al., 2018).

Por fim, no Anexo 1, encontra-se presente uma tabela com todas as respostas na área de infância e juventude, no concelho de Santa Maria da Feira.

³²Centro de Atividades de Tempos Livres, doravante será denominado, no presente relatório, por CATL.

³³A Obra do Frei Gil, acolhe jovens com 12 e/ou mais anos, do sexo masculino e tem capacidade máxima para acolher 30 jovens (Amaro et. al, 2018).

1.2.2. O contexto institucional: CPCJ de Santa Maria da Feira

1.2.2.1. A CPCJ de Santa Maria da Feira

Tal como já foi referido anteriormente, o local de estágio foi a CPCJ de Santa Maria da Feira, por esse motivo, considera-se pertinente debruçar-se sobre o que é uma CPCJ e como esta funciona. Por fim, serão mencionadas as tarefas desenvolvidas pela autora deste relatório, no âmbito do referido estágio.

Assim sendo, importa salientar que, as medidas de promoção devem promover a melhoria das competências parentais, bem como, fortalecer o vínculo afetivo imprescindível para o desenvolvimento saudável de cada criança e jovem. Este tipo de medidas visam retirar as crianças do perigo e promover um desenvolvimento adequado (Delgado, 2006). Estas medidas têm como finalidade *“criar os mecanismos de intervenção necessários para assegurar o desenvolvimento integral das crianças e dos jovens em perigo, sempre que o seu bem-estar está comprometido ou ameaçado”* (Delgado, 2006, p. 147). Com estas medidas espera-se que as situações de perigo cessem.

Figura 2. Pirâmide de intervenção no sistema de promoção e proteção



Fonte: (Guerra, 2021)

Quando se fala no sistema de promoção e proteção é obrigatório abordar as três entidades responsáveis pela intervenção (Figura 2): as entidades consideradas de primeira linha (e que se situam no fim da pirâmide) são denominadas por ECMIJ's . Por sua vez, e

conforme vamos subindo a pirâmide, em segundo lugar encontram-se as CPCJ's. Destaca-se que muitas das sinalizações que chegam às comissões vêm por parte das ECMIJ's. Por fim, e quando a CPCJ já não consegue intervir, surgem os Tribunais de Família e Menores, acompanhados pelas Equipas Multidisciplinares de Apoio Técnico aos Tribunais (EMAT) (Delgado, 2006). Ressalva-se que ao longo deste trabalho centramo-nos sobretudo no funcionamento das CPCJ's.

Assim, como já foi referido, a CPCJ só atua, quando as ECMIJ's não conseguem remover ou solucionar a situação de perigo, conforme se encontra presente no art.8º da LPCJP (Guerra, 2021). Para além disso, as CPCJ's, segundo o art.12º nº1 "*são instituições oficiais não judiciais com autonomia funcional que visam promover os direitos da criança e do jovem e prevenir ou pôr termo a situações suscetíveis de afetar a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento integral*" (Guerra, 2021, p. 68). Destaque ainda que, a CPCJ tem apenas competência de agir territorialmente (art.15º da LPCJP), ou seja, atua apenas no concelho onde se encontra inserida.

Outro aspeto chave a destacar é que, a intervenção da CPCJ é feita na base dos princípios orientadores, presentes no art.4º da LPCJP, nomeadamente: "*a) Interesse superior da criança e do jovem (...); b) Privacidade (...); c) Intervenção precoce (...); d) Intervenção mínima (...); e) Proporcionalidade e atualidade (...); f) Responsabilidade parental (...); g) Primado da continuidade das relações psicológicas profundas (...); h) Prevalência da família (...); i) Obrigatoriedade da informação (...); j) Audição obrigatória e participação (...); k) subsidiariedade (...)*" (Guerra, 2021, pp. 39-40).³⁴ Salienta-se desde já que, estes princípios encontram-se presentes no documento do consentimento³⁵, bem como, da não oposição dos jovens³⁶, na CPCJ de Santa Maria da Feira.

Passando agora para a intervenção da CPCJ, esta só pode atuar quando os pais e/ou representantes legais da criança e do jovem dão o consentimento para a mesma (art.9º da LPCJP), e quando o jovem com 12 e/ou mais anos dá o seu consentimento, que neste caso é a não oposição (art.10º da LPCJP). Quando este procedimento não acontece, os intervenientes têm que assinar um documento de não consentimento e/ou oposição à intervenção, mediante se são os progenitores, representantes legais ou o jovem, e o PPP é remetido para tribunal (Guerra, 2021).

³⁴As alíneas d), g) e h) foram modificadas na Lei nº142/2015.

³⁵O exemplar do documento do consentimento encontra-se presente no Anexo 2.

³⁶O exemplar do documento de não oposição dos jovens encontra-se presente no Anexo 3.

Importa ainda referir que, cada criança, jovem ou quem a represente, no decorrer do seu processo *“têm o direito de receber informação sobre os seus direitos, os motivos que originaram a intervenção bem como o modo como decorrerá o processo e a execução da medida. (...) Impõe também a sua intervenção no decurso do processo de execução da medida, conferindo-lhe o direito de se pronunciar e de cooperar nos atos processuais”* (Delgado, 2006, p. 151).

Assim, indo ao encontro do que foi referido anteriormente, é pertinente explicar, de forma sucinta, os procedimentos a ter quando se trabalha num PPP: a abertura do PPP só acontece quando existe uma sinalização de uma situação que coloque a criança ou o jovem em perigo. Após a abertura, existe uma primeira reunião para verificar se a sinalização tem fundamento ou não. Caso não tenha fundamento o mesmo (o PPP) é arquivado. Por norma, os PPP's seguem sempre para a fase seguinte. Após esta reunião de instauração do processo, segue-se a convocatória (via telefónica ou por carta) e o primeiro atendimento com os pais e/ou representantes legais, bem como, com os jovens com 12 e/ou mais anos. Durante este primeiro atendimento é solicitado, caso os intervenientes concordem, que assinem o consentimento para a intervenção, e no caso do jovem que assine a não oposição. Posteriormente, são ouvidos todos os elementos envolvidos e anotadas as informações essenciais, num documento denominado por auto de declarações. Quando os jovens estão presentes, os técnicos podem proporcionar três tempos: um tempo com os jovens; um tempo com os progenitores ou representantes legais, e um tempo em que se encontram todos presentes na sala de atendimento. O passo seguinte é solicitar um relatório escolar, e se for necessário um relatório social³⁷, à entidade da primeira linha que trabalha na área da residência. Na maioria das vezes esse relatório social, que contém informações recolhidas na visita domiciliária, é realizado pela assistente social e por um outro técnico da CPCJ. Após a recolha da informação escolar e social, e tendo por base a informação recolhida no primeiro atendimento, o gestor escreve um breve resumo – um parecer – onde coloca a informação essencial e a sua decisão: se considera que deve ser necessário aplicar medida ou se é melhor arquivar o PPP. Posteriormente, em reunião é discutido o PPP e em conjunto, decide-se se é ou não necessária a aplicação de medida e se for, qual a medida a aplicar. Quando os PPP's têm medida é realizado um Acordo de Promoção e Proteção³⁸ com um conjunto de tarefas que, tanto os pais e/ou representante legal, a criança e o jovem e a própria CPCJ têm que cumprir. Como se poderá verificar mais à frente, a medida pode ter uma duração de 6 meses.

³⁷O exemplar do documento do relatório social encontra-se presente no Anexo 4.

³⁸O Acordo de Promoção e Proteção, doravante é denominado, no presente relatório, por “APP”.

Durante o tempo da aplicação da mesma, os técnicos estão em contacto com os progenitores e/ou representantes legais, com o intuito de perceber se a medida está a surtir efeito. Para além disso, solicitam novamente relatório escolar antes do termo da medida aplicada e voltam a reavaliar a situação: se o perigo não se verificar, o PPP acaba por ser arquivado, se pelo contrário, continuar, a medida continua e será alterado o APP³⁹. Mais uma vez, esta decisão é tomada em conjunto, numa reunião.

Uma vez que, no parágrafo acima se elencam medidas, releva-se assim necessidade de as enumerar. Segundo o art.35º, nº1 da LPCJP: “*1 - As medidas de promoção e proteção são as seguintes: a) Apoio junto dos pais; b) Apoio junto de outro familiar; c) Confiança a pessoa idónea; d) Apoio para autonomia de vida; e) Acolhimento familiar; f) Acolhimento residencial; g) Confiança a pessoa selecionada para a adoção, a família de acolhimento ou a instituição com vista à adoção*” (Guerra, 2021, p. 118). As alíneas e), f) e g) apenas são utilizadas em último caso. As medidas em meio natural de vida podem ser renovadas até 3 vezes, perfazendo um total 18 meses (se cada medida tiver a duração de 6 meses). Na CPCJ de Santa Maria da Feira, a prática mais comum é a duração das medidas ser de 6 meses, à exceção das medidas de acolhimento residencial que têm, em alguns casos, duração de 12 meses. A revisão é feita após o fim do prazo presente no APP (Delgado, 2006).

Um dos aspetos a ter em conta quando se fala no sistema de promoção e proteção de crianças e jovens é que, este sistema não é tão eficiente se não existirem recursos humanos com formação e equipamentos suficientes (Delgado, 2006).

Ao falar-se em recursos humanos, é fundamental explicar uma particularidade da CPCJ: esta é composta por uma comissão restrita e por uma comissão alargada (art.16º da LPCJP). A comissão restrita é composta por “*(...) o presidente da comissão de proteção e os representantes do município, ou dos municípios ou das freguesias nos casos previstos, respetivamente, nas alíneas b) e a) do no nº2 do artigo 15º, e da segurança social, da educação e da saúde quando não exerçam a presidência*” – art.20º nº2⁴⁰ (Guerra, 2021, p. 104). Assim, na prática, na CPCJ de Santa Maria da Feira, no ano de 2019, a comissão restrita é composta por: um elemento representante do município; um elemento da SS; um elemento da educação (que assume também o papel de presidente); um elemento da saúde (que assume o papel de secretária); um representante de IPSS/ONG⁴¹ de carácter não residencial e um representante de IPSS/ONG de carácter residencial; um cidadão eleitor designado pelo

³⁹O exemplar do documento do APP encontra-se presente no Anexo 5.

⁴⁰O art.20º nº2 foi modificado na Lei nº142/2015.

⁴¹IPSS/ONG significa “Instituição Particular de Solidariedade Social/Organização Não Governamental”.

município e por quatro apoios técnicos (CPCJ Santa Maria da Feira, 2020). Importa referir desde já que, cabe aos elementos da comissão restrita gerirem os PPP's. Por sua vez, a comissão alargada, segundo o art.17º nº1 da LPCJP é composta por um vasto conjunto de elementos (Guerra, 2021). Assim, a comissão alargada da CPCJ de Santa Maria da Feira, no ano de 2019 era composta por: um elemento representante do município; um elemento da SS; um elemento da educação; um elemento da saúde; um representante de IPSS/ONG de carácter não residencial e um representante de IPSS/ONG de carácter residencial; um representante do Instituto de Emprego e Formação Profissional; um representante da associação de pais; um representante de associações desportivas, culturais, recreativas, entre outros; um representante de associações de jovens; um representante da GNR e um representante da PSP; quatro cidadãos eleitores e três elementos cooptados (CPCJ Santa Maria da Feira, 2020). As reuniões da comissão restrita nesta CPCJ são realizadas semanalmente ou quinzenalmente, mediante o número de PPP's existentes e a reunião da comissão alargada é realizada uma vez por mês (por norma na última sexta feira do mês).

Esta CPCJ conta também com um elemento para apoio logístico (art.14º da LPCJP) e quem coordena a equipa é a presidente (art.23º da LPCJP) (Guerra, 2021). Destaque também para a possibilidade de existir apoio técnico (art.20º-A) para reforçar a equipa e ajudar as CPCJ's com bastante volume processual (Guerra, 2021). No caso desta CPCJ são quatro apoios técnicos, nas áreas do serviço social, da educação e do direito, que trabalham a tempo inteiro.

Outro aspeto importante a abordar é o volume processual, assim sendo, no ano de 2019, a CPCJ de Santa Maria da Feira tinha um total de 380 PPP's ativos. Nesse ano foram instaurados 331 PPP's e vieram de outras comissões 11 PPP's. Para além disso, foram reabertos 89 PPP's e foram arquivados 373 PPP's (20 em fase preliminar e 353 em fase pós-preliminar) (CPCJ Santa Maria da Feira, 2020).

Por fim, no ano de 2019, as entidades que mais sinalizaram as situações de perigo foram as autoridades policiais (nomeadamente a GNR e a PSP); os estabelecimentos de ensino (nomeadamente escolas do concelho de Santa Maria da Feira, mas também de São João da Madeira e de Espinho) e o Ministério Público, com um peso de aproximadamente 20,40% , de 8,60% e de 9,10%, respetivamente.

1.2.2.2. A atividade de estágio

Para terminar este ponto, considera-se pertinente abordar de forma sucinta, a experiência de estágio da autora do presente relatório. Face ao exposto, começa-se por referir que o estágio decorreu durante 17 meses (com interrupções, devido aos dois confinamentos provocados pela pandemia), num total de aproximadamente 450 horas.

Neste estágio foram desenvolvidas um conjunto de atividades/tarefas, tais como: acompanhamento de PPP's; atendimentos em conjunto com o gestor de caso; redação de APP's; visitas domiciliárias; atualização de dados dos PPP's na aplicação da CNPDPCJ, receção de sinalizações; realização de atendimentos e chamadas telefónicas; elaboração de convocatórias; redação de relatórios sociais; elaboração de pedidos de colaboração; participação em reuniões da comissão restrita e da comissão alargada; redação de pareceres e realização do autodiagnóstico da CPCJ de Santa Maria da Feira⁴² (autodiagnóstico elaborado no âmbito do Projeto Adélia) em parceria com outra estagiária de Serviço Social. Em alguns casos, foi proporcionada a oportunidade, de acompanhar os PPP's desde a sua abertura até ao seu arquivamento.

Por fim, no Anexo 7, encontra-se presente uma tabela com todas as tarefas/atividades desempenhas na CPCJ e em que consiste cada uma.

⁴²O autodiagnóstico da CPCJ de Santa Maria da Feira encontra-se presente no Anexo 6.

Capítulo 2 – Métodos e técnicas utilizadas na investigação

Após termos abordado de forma teórica os temas acima expostos neste presente relatório, passaremos agora para os métodos e técnicas de recolha de informação utilizados na investigação, mais concretamente, o inquérito por questionário e a análise documental.

Uma vez que, iremos abordar os métodos e técnicas utilizadas para a recolha de informação nesta investigação, é importante falar sobre o problema e a hipótese. Começamos desde já por referir que, “*uma investigação envolve sempre um problema*” (Coutinho,C., 2013, p. 49), neste caso em concreto é estudar o impacto da VD nas crianças e nos jovens. Para além de existir um ou vários problema(s) associado(s), também se verificam objetivos, podendo ser de carácter *descritivo* ou *analítico*. Ambos implicam “*(...)Quantificar a frequência de algum fenómeno social. Selecionar problemas ou áreas de interesse para a investigação*” (Coutinho,C., 2013, p. 51).

Face ao exposto, e indo ao encontro do que foi referido anteriormente, iremos de seguida apresentar a pergunta de partida e indicar os objetivos desta investigação. Assim, a pergunta de partida é: Qual o impacto da VD nas crianças e nos jovens e o papel da prevenção junto deste público-alvo, residente no concelho de Santa Maria da Feira? Para respondermos a esta questão, criámos os seguintes objetivos, que tentaremos dar resposta ao longo deste relatório:

- Perceber em que zonas do concelho de Santa Maria da Feira os casos de VD têm uma maior incidência;
- Perceber como os gestores de caso da CPCJ de Santa Maria da Feira, atuam nos PPP's de VD e como abordam as crianças e os jovens, bem como, as respetivas famílias;
- Compreender a perspetiva dos gestores de caso que trabalham na CPCJ de Santa Maria da Feira sobre esta temática;
- Consciencializar os técnicos/comissários desta CPCJ, bem como, os profissionais que trabalham junto de crianças e jovens, no concelho de Santa Maria da Feira, para o impacto da VD nesta faixa etária;
- Informar e consciencializar as crianças e os jovens para os sinais de alerta e para os fatores de risco;
- Promover uma articulação de informação entre os diversos intervenientes (desde profissionais, às crianças e jovens, bem como, às suas famílias).

Antes de abordarmos cada um discriminadamente, é igualmente imprescindível mencionar as técnicas de tratamento de dados, nomeadamente, a análise quantitativa de dados, com recurso à estatística.

Reitera-se ainda que, o trabalho de terreno sobre o qual nos debruçámos enquadra-se, na metodologia mista, uma vez que, utilizamos o inquérito por questionário (investigação quantitativa ou método de análise extensiva), com o intuito de recolher informação sobre as práticas dos gestores de caso da CPCJ de Santa Maria da Feira, e utilizamos também a análise documental (investigação qualitativa) quando analisámos 5 PPP's, arquivados, com a problemática de exposição à VD, referentes à CPCJ de Santa Maria da Feira.

Antes de mais importa referir que a investigação tem duas condições: *“que seja científica – pautada pela sistematização e pelo rigor – e que seja adequada ao objecto de estudo”* (Coutinho, C., 2013, p. 7).

Destaque ainda, para o facto de *“a metodologia consistirá na análise sistemática e crítica dos pressupostos, princípios e procedimentos lógicos que moldam a investigação de determinados problemas sociológicos. (...) a metodologia se baseia fundamentalmente no confronto crítico das investigações realizadas em relação a certos objectos de conhecimento(...)”* (Lima, 2000, pp. 11-12).

Importa assim salientar que, podemos utilizar a análise qualitativa como forma de complementar a análise quantitativa, ou seja, a análise qualitativa dá-nos outro tipo de informações adicionais que podem ser enriquecedoras, em conjunto com os dados recolhidos através do segundo método (Morais & Neves, 2007). Assim, *“Os métodos qualitativos e quantitativos são, em última análise, métodos para garantir a apresentação de uma amostra adequada. (...) O objectivo em qualquer análise é adequar a técnica à inferência, a afirmação à comprovação.(...) é uma tarefa que envolve necessariamente uma profunda compreensão das potencialidades e limites”* (Shaffer e Serlin, 2004, cit. in Moraes & Neves, 2007, p. 2).

De forma mais aprofundada, podemos mencionar que, o método de investigação quantitativa tem como finalidade a recolha de dados quantitativos para um número alargado de casos, de modo a poder estabelecer comparações entre eles sendo a técnica mais privilegiada neste género de estudo: o inquérito. Este apresenta diversas características, tais como: estuda populações numerosas e permite a recolha de dados primários. Por fim, este método como qualquer outro tem vantagens e desvantagens. As vantagens são as seguintes: não implica preocupação com o controlo de variáveis e é mais adequado para comprovar determinadas hipóteses. Pelo contrário, as desvantagens são: a falta de intensidade (uma vez

que é um método extensivo e não intensivo) e o uso de perguntas facilmente codificáveis e quantificáveis (Greenwood, 1965).

Por sua vez, o método qualitativo/interpretativo produz um conhecimento mais exaustivo, estando associado a “*um processo circular, iterativo e em espiral, não linear e cumulativo*” (Coutinho,C., 2013, p. 19). Para além disso, tem uma “*lógica indutiva*” e relativamente à sua finalidade, serve para “*compreender, interpretar, descobrir significados e hipóteses de trabalho*” (Coutinho,C., 2013, p. 23).

2.1. O inquérito

Começamos esta primeira metodologia indicando que, os “*inquéritos que têm como objecto o progresso do conhecimento*” (Lima, 2000, p. 13). Destaque ainda, para o facto de poderem “*ser usados para a concretização de dois tipos de objectivos: progresso do conhecimento e análise científicos. Intervenção na realidade social*” (Lima, 2000, p. 33).

Quando falamos em inquérito, partimos do pressuposto que tem que existir um ponto de partida, ou seja, a escolha da população (ou partes da população a ser estudada). Desta forma, podemos referir que a nossa população são todos os gestores de caso da CPCJ de Santa Maria da Feira, e o intuito da aplicação deste inquérito passa por analisar as práticas destes profissionais e perceber a visão que eles têm da VD (Lima, 2000).

Segundo Lima (2000), existem cinco fases, desde a preparação à sua realização: “*planeamento do inquérito (...) preparação do instrumento de recolha de dados (...) trabalho no terreno (...) análise dos resultados (...) apresentação dos dados(...)*” (p. 36). De entre estas fases, a única que não foi efetuada, devido às condições pandémicas, foi a fase de “*trabalho no terreno*”, uma vez que, o inquérito por questionário foi aplicado online. Salienta-se ainda que, é imprescindível estar atento às fases, e evitar erros e desvios, que possam comprometer os resultados recolhidos (Lima, 2000).

O inquérito, foi criado de raiz para esta investigação pela autora do presente relatório de estágio. É composto por 7 dimensões (ver Tabela 2): formação académica; gestor de caso; sinais de alerta e fatores de risco; potenciais impactos da exposição à VD; atendimentos; características dos gestores de caso e prevenção. Num conjunto total de 28 perguntas (questões abertas e fechadas) e de resposta facultativa.

Salienta-se desde já que, a ideia inicial era efetuar uma entrevista a cada gestor de caso da CPCJ, mas, uma vez que, nos encontrávamos a trabalhar por equipas, devido à situação

pandémica em que vivemos, foi necessário adaptar o instrumento de recolha de informação, e em vez de ser, um guião de entrevista, passou a ser um inquérito online. Este inquérito decorreu no período de 15 de março a 09 de abril do presente ano. Este prorrogação do prazo teve como finalidade, o preenchimento do inquérito pelo maior número possível de gestores de caso.

Tabela 2. Dimensões do inquérito por questionário⁴³

Dimensão do inquérito	Descrição
<i>Formação académica</i>	Contempla informação sobre a formação académica dos gestores de caso. É composto por 4 questões: Qual a sua área de formação? Tem uma formação específica na área da VD? Se respondeu sim, qual? Se respondeu não, considera pertinente uma formação específica para o desempenho da sua atividade profissional?
<i>Gestor de caso</i>	Contempla a recolha de informação sobre a ligação entre cada gestor de caso e a CPCJ de Santa Maria da Feira, bem como, o volume processual. As questões presentes são: Há quanto tempo trabalha nesta comissão? Dos casos ativos em que, atualmente é gestor, quantos têm como problemática principal a VD? Enquanto profissional, o que sente quando trabalha em PPP's relacionados com VD? Nos PPP's, cuja problemática central é a VD, a realização dos episódios de agressão é praticada por? Nos PPP's referentes à VD, costuma articular com que entidades em matéria de infância e juventude?
<i>Sinais de alerta e fatores de risco</i>	O terceiro grande grupo é composto por um conjunto de sinais de alerta e fatores de risco, e o intuito desta pergunta é perceber se os gestores conseguem identificar os sinais de alerta e os fatores de risco. Salienta-se que estes sinais de alerta e fatores de risco foram transcritos na íntegra do “ <i>Guia de intervenção</i> ”

⁴³O inquérito aplicado aos gestores de caso da CPCJ de Santa Maria da Feira, encontra-se na íntegra no Anexo 8.

	<i>integrada junto de crianças ou jovens vítimas de violência doméstica” (XXII Governo Constitucional, 2020).</i>
<i>Potenciais impactos da exposição à violência doméstica</i>	<p>O quarto grupo tem uma questão, com a finalidade de perceber se no conjunto dos potenciais impactos deste flagelo social nas crianças e nos jovens, os gestores de caso, conseguem identificar qual a faixa etária correspondente.</p> <p>Salienta-se que estes potenciais impactos da exposição à VD foram transcritos na íntegra do “<i>Manual para a Educação de Infância - Crianças expostas à violência doméstica: conhecer e qualificar as respostas na comunidade</i>” (CIG & DGE, 2007).</p>
<i>Atendimentos</i>	<p>Visa obter informação sobre o procedimento que cada gestor de caso, tem nos atendimentos, quando trabalham em PPP’s de VD.</p> <p>Este grupo conta com 9 questões: Num atendimento, com uma criança/jovem exposta a uma situação de VD, como aborda o assunto e como se dirige a ela? Dá espaço e liberdade para a criança/jovem desabafar e contar a sua história, ou, inicia o diálogo? Num atendimento, a uma criança/jovem vítima de VD, quais as principais questões que coloca? Quais as questões que coloca aos progenitores que são vítimas de VD? Quais as questões que coloca aos progenitores que são agressores? Para si, o que é importante ter em conta num atendimento com crianças/jovens? E com os progenitores? Tem em atenção o histórico familiar? Na sua prática, fala com os progenitores/representante legal sobre o comportamento da criança/jovem, no seu dia-a-dia?</p>
<i>Características do gestor de caso</i>	<p>Contempla questões relativas às características dos gestores de caso, quando trabalham em PPP’s de VD e conta com as seguintes questões: Enquanto profissional que trabalha com crianças/jovens em risco/perigo, que</p>

	características considera pertinentes para interagir com o público-alvo? Que aspetos pode melhorar na sua prática, quando trabalha em PPP's sobre VD?
<i>Prevenção</i>	O último grupo é referente à prevenção da VD e conta com as seguintes questões: A CPCJ de Santa Maria da Feira tem algum projeto/campanha de prevenção da VD junto das crianças/jovens? Se respondeu não, considera importante ter? Na sua opinião, como se pode prevenir a VD junto das crianças/jovens?

Fonte: Dados recolhidos do inquérito aos gestores de caso

Após termos apresentado as dimensões do inquérito, outro aspeto importante a referir é que, obtivemos um total de 8 respostas, contudo apenas serão consideradas 7, uma vez que, um profissional respondeu duas vezes. Sendo contabilizada apenas a primeira resposta deste. Ressalva-se ainda que, na impossibilidade de explicarmos as questões a todos, na própria pergunta tinha uma nota, para eles saberem o que era necessário.

Outro aspeto importante a abordar quando se fala no inquérito é como é desenvolvida a sua aplicação. Face ao exposto indicamos as principais dificuldades sentidas por parte da autora deste relatório: o facto de não conseguir obter informação adicional relevante, uma vez que, os inquiridos limitaram-se a responder às questões apresentadas; sentiu alguma dificuldade nas redações das questões, uma vez que, devido ao método em si, não poderia questionar algumas informações (Bryman, 2012); a impossibilidade de se criar um momento/sessão de esclarecimento, para explicar as perguntas, fez com que, algumas respostas dos gestores fossem confusas. A título de exemplo, na questão 7, os gestores de caso tinham que seleccionar das opções existentes somente 3, contudo, em alguns casos seleccionaram 5/6. Outra dificuldade está associada à análise dos dados recolhidos através das respostas deste inquérito, uma vez que, como tem muitas questões de resposta livre, é impossível codificar, porque vai-se contra a essência das vivências, experiências e opiniões destes profissionais.

É relevante ainda mencionar os pressupostos éticos, intrinsecamente associados ao inquérito. Assim, logo no início do inquérito criou-se uma nota, com o intuito de informar os profissionais da finalidade do mesmo, quais os seus objetivos, que seria salvaguardado o

sigilo de dados (apenas seriam utilizados para fins académicos) e que era um processo voluntário, a qualquer momento poderiam não responder às questões apresentadas.

Por fim, importa referir como iremos tratar os dados aqui obtidos. Assim, depois dos gestores de caso terem respondido ao inquérito no *Google Forms*, esta informação foi inserida numa base de dados em excel e foi analisada a partir daí.

2.2. Análise documental

Após termos abordado o inquérito e ainda dentro da metodologia, passamos agora para a análise documental. Neste caso em particular, a análise documental está inteiramente ligada aos PPP's arquivados, de exposição à VD, da CPCJ de Santa Maria da Feira e que serão apresentados e analisados, no ponto 3.3. deste relatório.

Assim sendo, a primeira pergunta que levantamos é: O que é considerado análise documental? Começamos por referir que a análise documental pode ser vista como *“Um conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais subtis em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a «discursos» (...) extremamente diversificados”* (Bardin, L., 1977, p. 9). Para além disso, a análise documental pode variar entre o *“rigor da objectividade e da fecundidade da subjectividade”* (Bardin, L., 1977, p. 9).

Quando falamos em análise documental temos também que, abordar a *“descrição analítica”* (Bardin, L., 1977, p. 34), esta é nada mais, nada menos do que, os *“procedimentos sistemáticos e objectivos de descrição do conteúdo da mensagem”* (Bardin, L., 1977, p. 34). Situação que irá ser feita mais à frente quando analisarmos os PPP's.

Ressalva-se ainda que, segundo Molina (1993), relativamente à análise documental, existem documentos primários, secundários, terciários e difusos. Face a essa situação podemos considerar os PPP's que iremos apresentar mais à frente neste trabalho, como documentos primários e podemos categorizá-los como sendo *“documentos oficiais”* (p. 66). Para além disso, é importante referir que a *“revisão bibliográfica, não pode ser confundida com a análise documental”* (Prates & Prates, 2009, p. 116).

Por fim, relativamente ao tratamento da análise documental, ou seja, à análise dos 5 PPP's, esta será feita através da apresentação de cada um, e aqui ir-nos-emos centrar: na sinalização, na ata, no consentimento e não oposição do jovem (se for o caso), no auto de declarações, nos relatórios e em toda a informação que esteja na base da decisão de cada

gestor, e mais tarde da equipa da CPCJ de Santa Maria da Feira. A finalidade é perceber como são as práticas profissionais em PPP's de exposição à VD.

Em suma, e como forma de terminar este capítulo, importa referir que *“o processo de análise de conteúdo, para produzir resultados válidos, deve possuir objetividade e fiabilidade (...) A fiabilidade é um atributo essencial do qual depende a qualidade científica dos dados obtidos numa investigação (...)”* (Coutinho,C., 2013, p. 223).

Capítulo 3 – Da teoria à prática: apresentação e análise dos resultados recolhidos

O terceiro capítulo deste relatório é intitulado de “*Da teoria à prática: apresentação e análise dos resultados recolhidos*” e encontra-se dividido em 3 partes. A primeira parte é referente aos PPP’s sinalizados de exposição à VD que chegam à CPCJ e a sua incidência nas freguesias de Santa Maria da Feira. Posteriormente, a segunda parte consiste na análise dos resultados dos inquéritos aplicados online, aos gestores de caso da CPCJ de Santa Maria da Feira, com o intuito de perceber quais são as suas práticas em PPP’s de exposição à VD e perceber também, a visão que estes têm de como se pode prevenir este flagelo social. Por fim, a terceira parte será a apresentação e análise de 5 PPP’s de exposição à VD, retirados do arquivo da CPCJ de Santa Maria da Feira.⁴⁴

3.1. Os processos de promoção e proteção de exposição à violência doméstica e a sua incidência no concelho de Santa Maria da Feira

Neste primeiro ponto será abordado o número de PPP’s sinalizados e trabalhados, na CPCJ de Santa Maria da Feira, no ano de 2019, sobre a problemática de VD⁴⁵.

Tabela 3. Freguesias de Santa Maria da Feira e os PPP’s de VD

	Nº	%
U.F. de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo	16	18,39%
U.F. de Caldas de São Jorge e Pigeiros	3	3,45%
U.F. de Canedo, Vale e Vila Maior	14	16,09%
U.F. de Lobão, Gião, Louredo e Guisande	2	2,30%
U.F. de São Miguel do Souto e Mosteirô	4	4,60%
Argoncilhe	6	6,90%
Arrifana	4	4,60%
Escapães	4	4,60%

⁴⁴Estes PPP’s têm por base o ano de 2019. Na impossibilidade devido ao volume e complexidade dos PPP’s, apenas serão apresentados 5 PPP’s, escolhidos de forma aleatória, e que correspondem a dois profissionais da área de serviço social; dois profissionais da área de ensino e um profissional representante do município.

⁴⁵A informação dos PPP’s por freguesia, tendo por base o género e a idade, encontra-se de forma detalhada, no Anexo 9.

Fiães	2	2,30%
Fornos	2	2,30%
Lourosa	8	9,20%
Milheirós de Poiares	2	2,30%
Mozelos	3	3,45%
Nogueira da Regedoura	1	1,15%
Paços de Brandão	5	5,75%
Rio Meão	-	-
Romariz	-	-
Sanguedo	2	2,30%
Santa Maria de Lamas	1	1,15%
São João de Ver	6	6,90%
São Paio de Oleiros	2	2,30%
Total	87	100%

Fonte: PPP's da CPCJ de Santa Maria da Feira (2019)⁴⁶

Importa desde já destacar que, no período entre janeiro e março de 2021, período em que foram recolhidos estes dados, existiam no arquivo da CPCJ de Santa Maria da Feira, 87 PPP's por VD, referentes ao ano de 2019⁴⁷.

Conforme podemos verificar através da Tabela 3, as freguesias com mais PPP's de VD, no ano de 2019, são: U.F. de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo, com um peso de 18,39%; seguindo-se da U.F. de Canedo, Vale e Vila Maior, com um peso de 16,09%, e por fim, a freguesia de Lourosa, com um peso de 9,20%. Se agruparmos os valores aqui referidos, percebemos que correspondem a praticamente metade (43,68%).

Por sua vez, verificamos que existem 2 freguesias sem qualquer tipo de registo de casos, mais concretamente, Rio Meão e Romariz. Verifica-se também que as freguesias de Nogueira da Regedoura e Santa Maria de Lamas contam apenas com 1 PPP de VD, respetivamente.

⁴⁶Todos os dados presentes no ponto 3.1. e no ponto 3.3. foram retirados de PPP's de 2019, sinalizados por exposição à VD, que se encontravam arquivados na CPCJ de Santa Maria da Feira.

⁴⁷Este número não corresponde aos 116 casos de VD, que foram sinalizados, no ano de 2019, pela CPCJ de Santa Maria da Feira, uma vez que, no entanto, alguns casos poderão ter sido reabertos, ou encaminhados para o Tribunal de Família e Menores, ou ainda os jovens terem atingido a maioridade e não terem pedido a continuidade da intervenção da CPCJ e o PPP acaba por ser destruído.

Tabela. 4. PPP's de exposição à VD (irmãos)

PPP's de exposição à VD, referentes ao ano de 2019	Nº	%
Com irmãos sinalizados	24	27,59%
Sem irmãos sinalizados	63	72,41%
Total	87	100%

Fonte: PPP'S da CPCJ de Santa Maria da Feira (2019)

Destaque ainda, para o facto de 27,59% das crianças e dos jovens com PPP de VD, no ano de 2019, têm irmãos com PPP's abertos com a mesma sinalização (Tabela 4)⁴⁸. Esta situação incide, nas freguesias de Argoncilhe, Arrifana, Escapães, Lourosa, Mozelos, Paços de Brandão, U.F. de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo e U.F. de Canedo, Vale e Vila Maior.

Tabela 5. Caracterização dos PPP's de exposição à VD, no ano de 2019

		Nº	%
<i>Género</i>	Feminino	45	51,72%
	Masculino	42	48,28%
	Total	87	100%
<i>Grupo Etário</i> ⁴⁹	<1 ano	5	5,75%
	1 a 3 anos	20	22,99%
	4 a 6 anos	13	14,94%
	7 a 9 anos	15	17,24%
	10 a 11 anos	6	6,90%
	12 a 14 anos	17	19,54%
	15 e mais anos	10	11,49%
	Sem informação	1	1,15%
	Total	87	100%

Fonte: PPP'S da CPCJ de Santa Maria da Feira (2019)

⁴⁸Os dados aqui apresentados encontram-se de forma mais detalhada no Anexo 10.

⁴⁹Ressalva-se que, para podermos analisar de forma igualitária, as idades presentes nesta tabela correspondem às idades que as crianças e os jovens teriam a 31 de dezembro de 2019.

Outro aspeto a analisar é verificar se existe alguma relação entre o género das crianças e jovens e a VD. Com base nos dados presentes na Tabela 5, o número de PPP's de crianças e jovens expostos à VD encontra-se muito equiparado, face ao género. Contudo, verifica-se uma ligeira predominância de elementos do sexo feminino (com um peso de 51,72%). Porém, importa destacar que, se relacionarmos o género com as freguesias, existe um nicho de freguesias que só têm PPP's com um género. Esta situação encontra-se presente nas seguintes freguesias: U.F. de Caldas de São Jorge e Pigeiros, U.F. de Lobão, Gião, Louredo e Guisande, e as freguesias de Argoncilhe, Fornos e Fiães, nestes locais, os PPP's são todos do sexo feminino. Por sua vez, nas freguesias de Nogueira da Regedoura, Paços de Brandão, Santa Maria de Lamas e São Paio de Oleiros, todos os PPP's são do sexo masculino.

Outro dado importante analisar é a idade das crianças e jovens com PPP's de VD (presente também na Tabela 5). Antes de mais, importa justificar a forma como as idades foram agrupadas. Assim sendo, devido ao facto de existir um número significativo de PPP's com crianças com idade inferior a 1 ano, considerou-se pertinente isolar esta faixa etária. Posteriormente, a faixa etária entre 1 a 3 anos e entre os 4 e os 6 anos, consiste na altura em que as crianças frequentam a creche e o pré-escolar, e passam para o primeiro ciclo. Depois, dos 7 aos 9 anos e dos 10 aos 11 anos, esta junção foi devido aos “anos” escolares e ao facto de até aos 11 anos, as crianças não serem obrigadas a comparecer em atendimentos e nem têm que dar o consentimento para a intervenção. Posteriormente, a faixa etária entre os 12 e os 14 anos, tem também por base os “anos” escolares e o término de 2 ciclos (o segundo e o terceiro ciclo), e devido ao facto de que a partir dos 12 anos, o jovem tem que dar a “não oposição” para a intervenção da comissão. Por fim, dos 15 e mais anos, engloba até aos 18 ou 21 anos, caso o jovem peça continuação de apoio por parte da comissão, e consiste no período, em que os jovens frequentam o ensino secundário até atingirem a maioridade.

Assim, importa referir desde já que não temos informação referente à idade de 1 PPP. Para além disso, 67,82% são PPP's referentes a crianças até aos 11 anos (inclusive). Acrescenta-se ainda que, dentro deste grupo, 5 crianças ainda não tinham completado 1 ano de vida (com um peso de 5,75%). Estes PPP's encontram-se presentes na U.F. de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo, e nas freguesias de Lourosa, Milheirós de Poiares e São João de Ver. Constata-se ainda que, 3 são do sexo feminino e 2 do sexo masculino.

De seguida, especial destaque para as faixas etárias entre 1 a 3 anos (com um peso de 22,99% dos casos) e entre os 7 e os 9 anos (com um peso de 17,24% dos casos). Relativamente aos jovens, a faixa etária a destacar é entre os 12 e os 14 anos (com um peso de 19,54% dos casos).

3.2. Os gestores de caso da CPCJ de Santa Maria da Feira e os processos de promoção e proteção de exposição à violência doméstica⁵⁰

Como já foi referido anteriormente, neste segundo ponto iremos apresentar e analisar as respostas dos gestores de caso da CPCJ de Santa Maria da Feira, ao inquérito aplicado.

Assim, como já foi mencionado no capítulo anterior, o inquérito encontra-se dividido em 7 grandes grupos e é composto por um conjunto de 28 questões, de resposta facultativa. Importa desde já salientar que, tivemos um total de 8 respostas, num universo de onze gestores, mas apenas vamos considerar 7, uma vez que, um dos gestores respondeu duas vezes ao referido inquérito. Informamos também que, iremos apenas considerar a primeira resposta dada por este gestor de caso.

A análise será feita de forma detalhada e serão apresentadas as respostas a todas as questões e no fim, será feito um resumo dos aspetos-chave da informação aqui recolhida, uma vez que será útil, no projeto de intervenção, presente no capítulo seguinte deste relatório de estágio.

3.2.1. Formação académica

O primeiro grupo é referente à *formação académica* dos gestores de caso da CPCJ de Santa Maria da Feira (Tabela 6) e é composto por 4 questões.

Tabela 6. Formação académica dos gestores de caso

		Nº	%
<i>Área de formação</i>	Serviço Social	2	28,57%
	Ensino	3	42,86%
	Enfermagem	1	14,29%
	Direito	1	14,29%
	Total	7	100%
<i>Formação específica na área da VD</i>	Sim	-	-
	Não	7	100%
	Total	7	100%

⁵⁰Por motivos de privacidade e de anonimato, não serão apresentadas as respostas aos inquéritos, pelos gestores de caso, de forma detalhada, a sua apresentação e análise será feita de forma global.

<i>Pertinência de formação específica na área da VD para o desempenho da sua atividade profissional</i>	Sim	6	85,71%
	Não	1	14,29%
	Total	7	100%

Fonte: Dados recolhidos do inquérito aos gestores de caso

Assim, a primeira pergunta deste inquérito é “*Qual a sua área de formação?*”. Dos 7 resultados obtidos, podemos destacar que existem pelo menos 4 áreas de formação: Serviço Social (com aproximadamente 29%), Ensino (com aproximadamente 43%), seguindo-se de Direito e Enfermagem, com o mesmo valor cada uma (aproximadamente 14,30%).

Através dos dados acima apresentados, podemos confirmar que a CPCJ de Santa Maria da Feira é composta por uma equipa multidisciplinar e preenche os requisitos do art.20º da LPCJP (Guerra, 2021).

Seguindo a ordem do inquérito, na segunda questão – “*Tem formação específica na área da violência doméstica*” – todos os gestores responderam que não tinham. Por essa razão, não há respostas à questão seguinte – “*Se respondeu sim, qual?*”.

Por sua vez, e indo para a última questão deste primeiro grande grupo – “*Se respondeu não, considera pertinente uma formação específica para o desempenho da sua atividade profissional?*” – na sua grande maioria responderam que sim (com 85,71%).

Estas últimas respostas dão-nos uma informação bastante pertinente, uma vez que, apesar dos profissionais em causa não terem formação específica, consideram, na sua maioria, importante para a sua atividade e para o seu desenvolvimento enquanto profissionais.

3.2.2. Gestor de caso

Passamos agora para o segundo grupo do inquérito intitulado de “*gestor de caso*”. Aqui iremos apresentar e analisar os dados de 5 questões.

Tabela 7. Gestor de caso

		Nº	%
<i>Duração da atividade profissional nesta CPCJ</i>	< 1 ano	1	14,29%
	1 a 4 anos	3	42,86%
	5 e mais anos	3	42,86%
	Total	7	100%
<i>PPP's de VD ativos</i>	Nenhum	-	-
	1 a 4	2	28,57%
	5 a 9	1	14,29%
	10 a 14	-	-
	15 a 19	1	14,29%
	20 a 24	1	14,29%
	25 a 29	-	-
	30 a 34	-	-
	35 a 39	-	-
	40 ou mais	2	28,57%
	Total	7	100%

Fonte: Dados recolhidos do inquérito aos gestores de caso

Relativamente à questão “*Há quanto tempo trabalha nesta comissão?*”, apenas um gestor (14,29%) respondeu trabalhar há menos de 1 ano. Para além disso, três (42,86%) trabalham entre 1 e 4 anos e os restantes, desempenham funções na CPCJ de Santa Maria da Feira, há pelo menos 5 anos (Tabela 7).

Posteriormente, nos resultados obtidos na questão 4 – “*Dos casos ativos em que atualmente é gestor, quantos têm como problemática principal a violência doméstica?*” – destacamos que dois gestores (com um peso de 28,57%) têm entre 1 e 4 casos de VD, e dois gestores (com um peso também de 28,57%) têm 40 ou mais PPP's sobre esta problemática (Tabela 7). Tendo por base estes últimos dados, conseguimos perceber e comprovar que esta problemática tem um peso considerável no total de PPP's ativos, por cada gestor. Reforçamos assim, a ideia de dotar estes profissionais para melhor desempenhar as suas funções junto

deste público-alvo (crianças e jovens, vítimas e agressores), bem como, a importância da prevenção, para evitarmos que estas situações não cheguem às CPCJ's.

Por sua vez, a terceira questão deste grupo é referente a *“Enquanto profissional, o que sente quando trabalha em processos de promoção e proteção relacionados com a violência doméstica?”*. Salienta-se desde já que, as respostas a esta questão são variadas, uma vez que, esta era de “resposta livre”, contudo, os profissionais evidenciam angústia e ânsia sobre estas situações, e elencam algumas possibilidades para que esta situação se repercuta no tempo, chegando ainda aos dias de hoje. Não é apenas uma questão social mas sim cultural, que avança de geração em geração. Outro aspeto a destacar é a irrelevância que por vezes alguns progenitores, demonstram face a uma situação de VD. Assim os excertos que se seguem, servem para corroborar o que foi referido anteriormente:

“(...) mentalidades e os fatores culturais demoram gerações a serem transformados(...)”

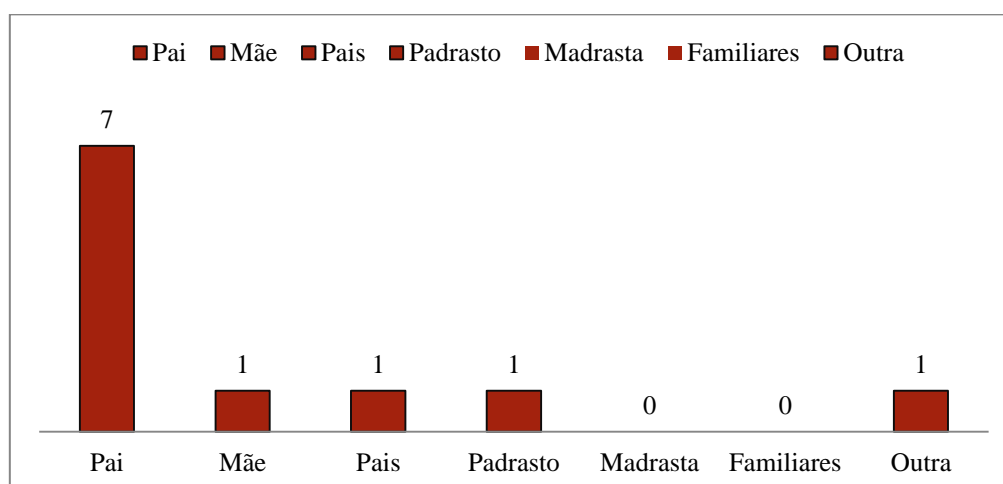
Profissional da área de direito, Inquérito A, março 2021

“Desvalorização da gravidade da situação quer por parte das vítimas, quer por parte dos agressores.”

Profissional da área de serviço social, Inquérito F, abril 2021

Outra questão presente neste grupo é *“Nos processo(s) de promoção e proteção, cuja problemática central é a violência doméstica, a realização dos episódios de agressão é praticada por:”*. Reitera-se que nesta questão, cada gestor de caso tinha que selecionar 3 opções que tivessem mais peso, mediante os casos com que já se tinham deparado. Contudo, na sua grande maioria, os profissionais apenas indicaram 1 opção.

Gráfico 6. Episódios de agressão são praticados por:



Fonte: Dados recolhidos do inquérito aos gestores de caso

Assim sendo, através dos dados presentes no Gráfico 6, verifica-se uma clara evidência para a opção “Pai” (indicada pela totalidade dos profissionais), seguindo-se das opções mãe, pais e outra⁵¹, com 1 indicação cada. Ressalva-se que, segundo estes profissionais e tendo por base os PPP’s com que trabalham, as situações de agressão estão fortemente ligadas não só aos elementos do sexo masculino, mas também, a pessoas de grande proximidade das crianças e dos jovens.

Tabela 8. Articulação com ECMIJ’s em PPP’s de VD

	Nº
Mediação Familiar	4
CAFAP	4
Centros Sociais	6
Segurança Social (casas abrigo e apoio económico em meio natural de vida)	4
LIJ	1
CAT	2
Hospital/Centros de Saúde	5
Escolas	6
Outra ⁵²	1

Fonte: Dados recolhidos do inquérito aos gestores de caso

⁵¹A opção “outra” corresponde a “companheiro/a do pai/mãe”.

⁵²A opção “outra” corresponde a “Espaço trevo”.

Por fim, a última questão deste grupo é *“Nos processos de promoção e proteção referentes à violência doméstica, costuma articular com que entidades em matéria de infância e juventude?”*. Ressalva-se que, nesta questão cada profissional tinha que indicar 3 opções que mais se adequassem à sua experiência de terreno e à sua prática. Através das respostas obtidas (Tabela 8) conseguimos perceber que os técnicos articulam com outras entidades no concelho, sobretudo com centros sociais, escolas e hospital/centros de saúde (com 6 e 5 respostas, respetivamente). Destaque ainda, para a opção “outra” que corresponde a uma resposta social: o Espaço Trevo, que já foi mencionado, anteriormente neste relatório, no capítulo 1.

Esta última questão é muito pertinente, na medida em que, na recolha de informação, na avaliação e na atuação, os profissionais que se deparam com situações de VD, ou profissionais que trabalham diretamente nesta área, devem entrar em contacto com outros profissionais/entidades, que considerem essenciais para a resolução da situação (XXII Governo Constitucional, 2020). Podemos verificar que os profissionais da CPCJ adotam esta prática de articulação com outras entidades na área de infância e juventude.

3.2.3. Sinais de alerta e fatores de risco

Relativamente ao terceiro grande grupo, este tem como objetivo perceber se os inquiridos conseguem identificar e distinguir os sinais de alerta e os fatores de risco da VD nas crianças e nos jovens.

Este grupo tem apenas uma questão *“Identifique os sinais de alerta e os fatores de risco que conhece, relacionados com a problemática da violência doméstica”*. Para além disso, ressalva-se que, esta questão era de escolha múltipla, ou seja, para cada opção indicada, o técnico tinha que a identificar ou como sinal de alerta ou como fator de risco. Assim, destaca-se também que as 12 opções foram transcritas na íntegra do *“Guia de Intervenção Integrada Junto de Crianças ou Jovens Vítimas de Violência Doméstica”* (XXII Governo Constitucional, 2020). Importa ainda referir que, alguns gestores colocaram 2 hipóteses (sinais de alerta e fatores de risco) na mesma opção, e contabilizamos essas respostas como sendo nulas.

Passando assim para a apresentação e análise dos dados recolhidos, na primeira opção – *“Alterações significativas do comportamento ou padrão alimentar”* (XXII Governo Constitucional, 2020, p. 21) – um dos profissionais não respondeu e os restantes identificaram como sendo um sinal de alerta.

Por sua vez, a segunda opção corresponde a “*Perturbações no desenvolvimento e nas aquisições sociais*” (XXII Governo Constitucional, 2020, p. 21). Aqui um profissional não respondeu e na sua grande maioria (71,43%), souberam identificar corretamente, como sendo um sinal de alerta.

Para além disso, na terceira opção – “*Relações familiares conflituosas*” (XXII Governo Constitucional, 2020, p. 23) – apenas um dos profissionais (14,29%) identificou como sendo sinal de alerta. Nesta opção também se encontra presente uma resposta nula.

Seguimos a ordem, e a quarta questão é referente a “*Regressão no desenvolvimento ou perda de aptidões já adquiridas*” (XXII Governo Constitucional, 2020, p. 21). Aqui a situação inverte-se (comparativamente com a questão anterior) e apenas um profissional (14,29%) é que respondeu de forma incorreta, uma vez que, esta opção era um sinal de alerta.

Posteriormente, na quinta questão – “*Apatia ou dificuldade na expressão de emoções sobre qualquer assunto*” (XXII Governo Constitucional, 2020, p. 21) – a grande maioria (71,43%), respondeu de forma correta, indicando como sendo um sinal de alerta.

De seguida, a sexta questão – “*Probabilidade de condição de saúde mais frágil*” (XXII Governo Constitucional, 2020, p. 24) – apenas 42,86%, respondeu de acertadamente a esta opção, indicando a hipótese fator de risco.

Por sua vez, na sétima questão – “*Dificuldade de atenção, concentração e/ou memória, bem como na aquisição de novas aprendizagens*” (XXII Governo Constitucional, 2020, p. 21) – todos os gestores responderam a esta questão, contudo, 42,86%, deram uma resposta errada, indicando como sendo um fator de risco quando, na verdade, é um sinal de alerta.

Nas questões “*Absentismo escolar*” (XXII Governo Constitucional, 2020, p. 21) e “*História prévia de maus-tratos na infância e juventude (associado à progenitora)*” (XXII Governo Constitucional, 2020, p. 23), na sua grande maioria os gestores de caso (em ambos os casos 71,43%) responderam corretamente a esta questão, indicando que a primeira era um sinal de alerta e a segunda um fator de risco. Importa referir que, na segunda questão, um profissional não respondeu.

Prosseguindo o inquérito, a décima questão é referente a “*Atitude de hipervigilância e preocupação constante com a segurança dos membros da sua família*” (XXII Governo Constitucional, 2020, p. 22). Aqui um dos profissionais não respondeu e outro teve a resposta como sendo nula. Dos restantes resultados obtidos, todos os gestores sinalizaram de forma correta esta questão como sendo um sinal de alerta.

Posteriormente, a décima primeira questão corresponde a “*Cansaço (sonolência ao longo do dia)*” (XXII Governo Constitucional, 2020, p. 22). Mais uma vez, um profissional não respondeu a esta questão, contudo os restantes profissionais, na sua grande maioria (71,43%) indicaram como sendo opção sinal de alerta.

Por fim, na última questão – “*Dificuldade na interação com a criança ou jovem (associado à progenitora)*” (XXII Governo Constitucional, 2020, p. 23) – um profissional não respondeu e outro teve a resposta anulada. Aqui, apenas dois profissionais (28,57%) é que acertaram na resposta, indicando como fator de risco.

Em suma, através dos dados aqui apresentados podemos constatar que, os profissionais demonstram ter alguma dificuldade em identificar fatores de risco. Para além disso, demonstram ter dificuldade em distinguir sinais de alerta e fatores de risco, independentemente da sua área de formação base. Esta informação é importante e congruente com o facto de não terem formação específica na área da VD.

3.2.4. Potenciais impactos de exposição à violência doméstica

Relativamente ao quarto grande grupo, este tem como objetivo perceber se os profissionais da CPCJ de Santa Maria da Feira, conseguem identificar os potenciais impactos de exposição à VD.

Este grupo tem apenas uma questão “*Potenciais impactos da exposição à violência doméstica em diferentes idades*”. Para além disso, ressalva-se que, esta questão era de escolha múltipla, ou seja, para cada opção indicada, o técnico tinha que selecionar 1 das 3 hipóteses: “*Crianças dos 0 aos 3 anos de idade*”; “*Crianças em idade pré-escolar*” e “*Crianças em idade escolar (6-11 anos)*” (CIG & DGE, 2007, p. 12). Assim, destaca-se também que as 6 opções foram transcritas na íntegra do “*Manual para a educação de Infância – crianças expostas à violência doméstica: conhecer e qualificar as respostas na comunidade*” (CIG & DGE, 2007). Importa ainda referir que, alguns gestores colocaram mais do que 1 hipótese na mesma resposta, e, tal como aconteceu no grande grupo anterior, contabilizamos essas respostas como sendo nulas.

Assim, na primeira questão – “*Os barulhos e imagem visuais fortes associados à violência podem ser perturbadores*” (CIG & DGE, 2007, p. 12) – um dos profissionais não respondeu e outro teve a resposta anulada. Dos restantes, apenas dois (28,57%) responderam de forma correta, indicando como sendo um potencial impacto nas crianças com idades entre os 0 e os 3 anos.

Posteriormente, na segunda questão – *“Manifestar formas pouco saudáveis de exprimir a raiva e a agressão”* (CIG & DGE, 2007, p. 12) – dois profissionais tiveram a resposta anulada. Dos restantes, três profissionais (com um peso de 42,86%) responderam de forma correta, indicando como um impacto nas crianças em idade pré-escolar.

Depois, na terceira questão – *“Maior suscetibilidade para adotar racionalizações ouvidas como forma de justificar a violência”* (CIG & DGE, 2007, p. 12) – um profissional não respondeu e outro teve a resposta anulada. Contudo, o saldo é positivo, na medida em que, três profissionais (42,86%) responderam corretamente, indicando como sendo um impacto em idade entre os 6 e os 11 anos.

Na quarta questão apresentada – *“As interações observadas conduzem a aprendizagens sobre agressão”* (CIG & DGE, 2007, p. 12) – um dos profissionais não respondeu e dois tiveram a resposta anulada, uma vez que, deram mais do que 1 hipótese. Dos restantes quatro, nenhum conseguiu identificar corretamente a que faixa etária, este impacto correspondia, indicando que era em crianças em idade pré-escolar e com idades entre os 6 e os 11 anos, quando a resposta correta era crianças com idades entre os 0 e os 3 anos.

Por sua vez, na quinta questão – *“Fazer uma aprendizagem dos papéis de género associados à violência e à vitimação”* (CIG & DGE, 2007, p. 12) – três profissionais tiveram as respostas anuladas. Das restantes quatro respostas, metade respondeu de forma correta, indicando que o impacto correspondia a crianças em idade pré-escolar.

Por fim, na sexta questão – *“Menor capacidade de aprendizagem devido ao impacto da violência (distração)”* (CIG & DGE, 2007, p. 12) – mais uma vez, dois profissionais tiveram as suas respostas anuladas. Contudo, das restantes cinco respostas, apenas dois dos profissionais (28,57%) responderam de forma correta a esta questão, indicando a opção *“Crianças em idade escolar (6-11 anos)”*.

Em suma, através dos dados aqui apresentados, podemos concluir que os gestores de caso na CPCJ de Santa Maria da Feira têm dificuldade em identificar os potenciais impactos da VD, mediante a faixa etária das crianças e dos jovens. Podemos considerar isto como um desafio, no sentido de ser necessário capacitar estes profissionais para saberem quais são estes impactos e para estarem atentos no seu dia-a-dia, nos atendimentos que realizam.

3.2.5. Atendimentos

Iremos abordar de seguida uma parte fulcral em qualquer PPP, o atendimento. Importa destacar antes de mais que, no atendimento, os profissionais estão atentos ao comportamento,

ao diálogo/respostas das pessoas envolvidas, e o comportamento entre crianças e os seus progenitores. Contudo, antes de chegarmos ao atendimento, o PPP passa por outras etapas. Assim, segundo o art. 97º nº1, 2º e 3º da LPCJP:

“1 – O processo inicia-se com o recebimento da comunicação escrita ou com o registo das comunicações verbais ou dos fatos de que a referida comissão tiver conhecimento.

2 – (...)inclui a recolha de informação, as diligências e os exames necessários e adequados ao conhecimento da situação (...).

3⁵³ – O processo é organizado de modo simplificado, nele se registando por ordem cronológica os atos e diligências praticados ou solicitados pela comissão de proteção que fundamentem a prática dos atos previstos no número anterior”
(Guerra, 2021, p. 281).

Tabela 9. Atendimentos em PPP's de VD

		Nº	%
<i>No atendimento</i>	Inicia o diálogo	2	28,57%
	Dá espaço e liberdade para a criança e jovem desabafar e contar a sua história	5	71,43%
	Total	7	100%
<i>Os gestores de caso têm em atenção o histórico familiar</i>	Sempre	6	85,71%
	Às vezes	-	-
	Poucas vezes	-	-
	Nunca	-	-
	Não respondeu	1	14,29%
	Total	7	100%
<i>Os profissionais abordam os progenitores/representante legal sobre o comportamento da criança e do jovem, no dia-a-dia</i>	Sim	6	85,71%
	Não	-	-
	Não respondeu	1	14,29%
	Total	7	100%

Fonte: Dados recolhidos do inquérito aos gestores de caso

⁵³O nº3 foi introduzido na Lei nº142/2015.

Para além de ser um momento fundamental, é necessário ter uma atenção especial aos atendimentos com crianças e com jovens. Assim, a primeira questão presente neste grupo é “*Num atendimento, com uma criança/jovem exposta a uma situação de violência doméstica, como aborda o assunto e como se dirige a ela?*”. Salienta-se que dois dos profissionais não responderam a esta questão. Contudo, apesar das respostas serem diversas, os profissionais têm em atenção a faixa etária das crianças e dos jovens; demonstram calma e empatia e são sensíveis ao seu discurso. Como podemos verificar nos excertos que se seguem:

“De forma empática e calma.”

Profissional da área de ensino, Inquérito C, abril 2021

“Condicionando o discurso de acordo com a faixa etária da criança/jovem.”

Profissional da área de serviço social, Inquérito F, abril 2021

Por sua vez, a segunda pergunta deste grupo é “*Num atendimento, dá espaço e liberdade para a criança/jovem desabafar e contar a sua história ou inicia o diálogo?*” (Tabela 9). A resposta mais predominante (com um peso de 71,43%) é que os profissionais, dão espaço e liberdade para este público-alvo partilhar a sua experiência/vivência, sem pressões e com respeito. Situação que se deve adotar na prática profissional, como podemos comprovar com o seguinte excerto: “*deixar que a criança ou jovem FALE sobre a situação (...) Acompanhar o RITMO (...) TRANQUILIZAR (...) Respeitar os SENTIMENTOS manifestados (...) Transmitir CONFIANÇA à criança ou jovem, e promover a respetiva proteção (...) Respeitar os silêncios (...) Adaptar o discurso à linguagem utilizada pela criança ou jovem*” (XXII Governo Constitucional, 2020, pp. 30-31).

Mais importa destacar que o profissional numa entrevista com crianças ou jovens vítimas de VD não as/os deve obrigar a falar; criticar o que é dito ou fazer juízos de valor; prometer coisas; interromper o discurso e não dar importância ao que é dito pela criança e pelo jovem (XXII Governo Constitucional, 2020). Temos que dar espaço, e sermos uma pessoa de referência para aquela criança e para aquele jovem, temos que criar uma relação de confiança e na base da empatia, para que se sintam confortáveis, seguros, e compreendidos, para partilhar, caso queiram, a sua história.

Seguindo a ordem das questões presentes no inquérito, a próxima questão é “*Num atendimento, a uma criança/jovem vítima de violência doméstica quais as principais questões que coloca?*” Nesta questão só um profissional é que não respondeu. Das respostas obtidas

conseguimos perceber que os profissionais têm em atenção os sentimentos das crianças e dos jovens, e como é a vivência em casa, com os seus progenitores. Proporcionam momentos iniciais com intuito de conhecer a criança ou jovem, falando de amigos, da escola, e de outros assuntos que vão ao encontro dos gostos das crianças ou dos jovens, e depois tentam direcionar o discurso para o assunto em si, como podemos verificar nos excertos abaixo indicados. Contudo, questionamos o porquê de não perguntarem por um adulto significativo (sem ser os progenitores) que os possa ajudar? Qual a relação com outros familiares? Como por exemplo os avós, tios, entre outros, que poderiam ser essenciais para retirar, caso se verificasse, a criança ou o jovem do perigo. Perguntar como ele vê a(s) situação(ões) que acontecem na sua casa? O que poderia ser feito para melhorar o ambiente? O foco principal destes profissionais é perceber o que a criança ou jovem sente, e como é o ambiente familiar. Contudo, isso por si só não chega, visto que, tanto a criança como o jovem são parte ativa do processo.

“(...) depois de ganhar confiança, começo por falar sobre os amigos, pessoas por quem nutre afeto e a conversa vai evoluindo(...). A empatia estabelecida durante os primeiros momentos é essencial (...)”

Profissional da área de direito, Inquérito A, março 2021

“(...)se for uma criança mais velha, pergunto sobre as suas ansiedades e receios em contexto familiar.”

Profissional da área de serviço social, Inquérito D, abril 2021

“Então queres falar sobre o teu dia a dia em família? Sentes-te bem com o modo como os teus pais se tratam um ao outro e como te tratam a ti? Sentes que há amor em tua casa?”

Profissional da área de ensino, Inquérito E, abril 2021

Posteriormente, a próxima questão presente neste inquérito é “Num atendimento, quais as questões que coloca aos progenitores que são vítimas da violência doméstica?”. Uma vez que, a intervenção deve ser holística é necessário avaliar e perceber o contexto em que a criança ou jovem vive como um todo. Assim, para além de se questionar ao jovem o que sente, devemos também questionar o progenitor vítima e o progenitor agressor, como forma de conseguirmos perceber as várias partes, para em conjunto arranjar soluções que sejam

adequadas e as mais indicadas para o público com quem estamos a interagir. Relativamente a esta questão apresentada acima, dois dos profissionais não responderam. Para além disso, as respostas obtidas indicam que os técnicos tentam-se colocar no lugar das vítimas, tentam perceber se existe família alargada que possa acolhê-las (caso seja necessário uma retirada), informam sobre as casas abrigo, questionam quais as pessoas e os lugares onde se sentem seguras, entre outros, como podemos verificar na seguinte transcrição:

“Pergunto sobre as motivações que possa ter para sair do contexto familiar, esclareço sobre a possível integração em casa abrigo, questiono sobre a existência de familiares de suporte e também sobre a independência económica do agressor”

Profissional da área de serviço social, Inquérito D, abril 2021

Importa assim referir que, as abordagens feitas por estes profissionais, têm sempre por base a ajuda e o apoio, e não o julgamento e culpabilização, ou até mesmo, desvalorização do que a pessoa está a partilhar.

Como foi referido acima, outra questão pertinente e que se encontra neste grupo é *“Num atendimento, quais as questões que coloca aos progenitores que são agressores?”*, na medida em que, nem todos os profissionais conseguem trabalhar com os agressores, vai contra os seus limites éticos. Como por exemplo, no caso dum profissional de serviço social, os princípios éticos são: *“direitos humanos”*; *“responsabilidade coletiva”*; *“integridade pessoal”*; *“confidencialidade profissional”* e *“sustentabilidade do ambiente e da comunidade”* (APSS , 2019, pp. 11-15).

Retomando a ideia acima referida, também é necessário escutar, compreender e ajudar os agressores. Tal como aconteceu na questão anterior, dois profissionais não responderam a esta questão. Contudo, os restantes referiram que questionam sobre a situação; se o progenitor em causa tem perceção da situação que está a infligir; questionam o que originou; entre outros aspetos. Importa aqui destacar e indo ao encontro da transcrição abaixo indicada, há profissionais que têm atenção o histórico de família, nomeadamente, se o agressor já vivenciou em criança, situações idênticas aquelas que aplica. Ressalvamos que, no capítulo 1, quando abordamos o impacto da VD nas crianças e nos jovens, falamos da importância da intervenção precoce, para que a situação não agrave e aquela criança seja ajudada o mais rápido possível. Mas também, abordamos que a questão da vivência na infância pode-se refletir nas atitudes em adulto.

“O que sente face à situação, se aconteceu outras vezes, se vivenciou agressões enquanto criança, porque recorreu à agressão, se está arrependido, o que acha melhor para o seu filho e companheira, se está disposto a procurar alternativa de residência de forma a que o filho permaneça na casa de família com a mãe, quais as pessoas de referência que possam ajudar nesta fase...”

Profissional da área de ensino, Inquérito C, abril 2021

A próxima questão, ainda envolve a temática do atendimento e como este é feito na CPCJ de Santa Maria da Feira por parte dos gestores de caso. Assim sendo, a questão que se segue é *“Para si, o que é importante ter em conta num atendimento com crianças/jovens? E com os progenitores?”*. Mais uma vez, dois profissionais não responderam a esta questão. Porém, as respostas obtidas pelos restantes gestores, apontam sobretudo para a necessidade de criar uma ligação com o público com que estão a trabalhar, ligação esta que transmita segurança, respeito e confiança pelo outro. Associado também à necessidade de desmistificar a ideia de que *“a CPCJ retira as crianças aos pais”*. Indicam ainda que tentam perceber se os progenitores salvaguardam o superior interesse da criança e os seus interesses, bem como, promovem um desenvolvimento, físico e psicológico adequado.

“Criar uma relação de empatia e confiança e ao mesmo tempo de segurança, face à posição da comissão.”

Profissional da área de ensino, Inquérito C, abril 2021

“(…)a sensibilidade para perceber se a criança está preparada emocionalmente para falar sobre o assunto. (...) os pais (...) de que forma estão a pensar proteger e salvaguardar a integridade emocional e física das crianças”

Profissional da área de serviço social, Inquérito D, abril 2021

Relativamente à questão *“Num atendimento, tem em atenção o histórico familiar?”* (Tabela 9), apenas um profissional não respondeu, contudo, os restantes afirmam ter sempre em consideração o histórico familiar para avaliar a situação com que se deparam. Efetivamente, é essencial que os profissionais tenham conhecimento do histórico, quer da criança ou do jovem, quer do irmão(s) (caso exista), bem como, dos progenitores. É também essencial perceber quais as situações que despoletaram estes comportamentos nas pessoas agressoras.

Por essa razão e uma vez que, todos os gestores que responderam à questão anterior escolheram a opção “sempre”, não há respostas à questão seguinte “*Justifique: (caso tenha escolhido as opções muitas vezes, poucas vezes, ou nunca)*”.

Por fim, a última questão deste grupo é “*Na sua prática profissional, fala com os progenitores/representante legal sobre o comportamento da criança/jovem, no seu dia-a-dia?*” (Tabela 9). Mais uma vez, um dos gestores de caso não respondeu a esta questão, contudo, os restantes responderam de forma positiva à questão (85,71%), afirmando que têm em atenção, na sua prática, ao dia-a-dia da criança e do jovem, com quem estão a trabalhar. É bastante importante que isto aconteça, porque às vezes, as crianças e os jovens demonstram sinais de alerta que possam indicar que estão a passar por algumas situação de VD, e que num atendimento, caso seja o primeiro atendimento, o profissional não consiga identificar, uma vez que, não conhece nem a família, nem o menor envolvido.

Em suma, é importante que o profissional aborde a criança ou o jovem de forma neutra, sem julgar e dando a liberdade e o espaço que ela precisa para desabafar. O espaço físico também é um aspeto a ter em atenção, tem que transmitir segurança, privacidade e ser um espaço acolhedor e convidativo. Para além disso, é importante apoiar o progenitor vítima e fornecer algumas ajudas para melhorar a situação que vivencia, mas também é importante ajudar o progenitor agressor. E que desafio é esse de apoiar e ajudar o progenitor agressor. É necessário criar respostas adequadas às necessidades destes indivíduos. É necessário também arranjar alternativas para que não seja o progenitor vítima e os filhos a saírem de casa. É pertinente que os profissionais não se centrem apenas no agora, e analisem o histórico da família e o dia-a-dia da mesma, aí poderão encontrar algumas informações fundamentais. Há ainda um longo caminho pela frente, mas é urgente dotar os profissionais que trabalham na área da infância, e em especial, que trabalham com vítimas de VD, para que se consiga arranjar novas respostas, mais adequadas às verdadeiras necessidades e especificidades de cada uma. Um apoio personalizado. Um apoio que não os obrigue a fugir de tudo o que conhecem e a deixar para trás tudo o que lhes é familiar, para conseguirem ir atrás da liberdade e da paz que não conseguem ter em casa, no local que deveria ser um refúgio. Está também na altura de pararmos de remediar a situação e investir mais na prevenção e na mudança de paradigmas. Amor não é violência, independentemente, se seja uma frase ou uma agressão física.

3.2.6. Características do gestor de caso

O próximo grupo, aborda a temática das características de um gestor de caso, na CPCJ. Este grupo é composto por 2 questões.

Tabela 10. Características dos profissionais para interagir e trabalhar com crianças e jovens em risco/perigo

	Nº
Imparcial	4
Empático	6
Respeito	3
Criativo	-
Resiliente	3
Paciente	1
Ansioso	-
Autoritário	-
Compreensivo	4
Outra	-

Fonte: Dados recolhidos do inquérito aos gestores de caso

Relativamente à primeira questão – *“Enquanto profissional que trabalha com crianças/jovens em risco/perigo, que características considera pertinentes para interagir com o público-alvo?”* – os profissionais tinham que selecionar apenas 3 opções, contudo, por vezes, selecionaram mais, por esse motivo, iremos apenas nos focar nas 3 opções mais predominantes. A esta questão apenas não respondeu um dos gestores inquiridos (Tabela 10). Posto isto, as 3 características essenciais são: ser empático, imparcial e compreensivo. Podemos comprovar isto, com tudo, o que já foi apresentado e analisado até ao momento, neste capítulo.

Por fim, a segunda e última questão é referente a *“Que aspetos pode melhorar na sua prática, quando trabalha em processos de promoção e proteção sobre violência doméstica?”*. Esta questão é bastante pertinente, na medida em que, possibilita desafiar os profissionais desta comissão a refletirem sobre as suas práticas, e pensarem como podem se aperfeiçoar

para dar melhores respostas e para serem bons profissionais, mas acima de tudo, como podem ser melhores pessoas. Antes de profissionais são pessoas, e o seu trabalho é interagir, apoiar e solucionar problemas, de outras pessoas que estão, muitas vezes, no limite.

Nesta questão, um dos profissionais não respondeu, e os restantes indicaram que deveriam investir em formação, em estudar melhor os processos e criar formas de conseguir estar mais presente e conectado com a família. Como podemos comprovar com os seguintes excertos:

“Formação”

Profissional da área de ensino, Inquérito C, abril 2021

“A articulação com o agressor”

Profissional da área de serviço social, Inquérito D, abril 2021

“Criação de mais disponibilidade para realizar mais contactos de proximidade”

Profissional da área de serviço social, Inquérito F, abril 2021

3.2.7. Prevenção

Por fim, o último grupo é sobre a prevenção da VD junto das crianças e dos jovens, e como os profissionais da CPCJ de Santa Maria da Feira, a partir do conhecimento que detêm, quer da prática, quer da sua base académica, consideram plausível isso acontecer.

Tabela 11. O papel da CPCJ de Santa Maria da Feira na prevenção da VD

		Nº	%
<i>A CPCJ de Santa Maria da Feira tem algum projeto/campanha de prevenção da VD junto das crianças e jovens?</i>	Sim	3	42,86%
	Não	2	28,57%
	Não respondeu	2	28,57%
	Total	7	100%
<i>Se respondeu não, considera importante ter?</i>	Sim	2	28,57%
	Não	-	-
	Não respondeu	5	71,43%
	Total	7	100%

Fonte: Dados recolhidos do inquérito aos gestores de caso

A primeira questão presente é “*A CPCJ de Santa Maria da Feira tem algum projeto/campanha de prevenção da violência doméstica junto das crianças/jovens?*”. Os resultados desta questão encontram-se presente na Tabela 11. Assim, começamos por referir que dois gestores não responderam a esta questão, e apenas três (42,86%), responderam que sim. Contudo esta questão levantou uma dúvida, a CPCJ de Santa Maria da Feira tem efetivamente um projeto/campanha de prevenção neste âmbito, ou há desconhecimento por parte dos profissionais que lá trabalham sobre esta situação?

A pergunta que se segue está intrinsecamente ligada à questão anterior, uma vez que, corresponde a “*Se respondeu não, considera importante ter?*”. Importa salientar que, dos dois profissionais que responderam que não, consideram ambos, importante ter, como podemos comprovar com os dados presentes na Tabela 11.

Por fim, a última questão presente no inquérito é “*Na sua opinião, como se pode prevenir a violência doméstica junto das crianças/jovens?*”. A situação repete-se e houve um profissional que não respondeu a esta questão. Ressalvamos que, iremos apresentar de seguida, as afirmações que os gestores de caso nos deixaram:

“Aumentar literacia, treinar para as competências sócio-emocionais”.

Profissional da área de enfermagem, Inquérito B, março 2021

“As escolas são um contexto privilegiado para trabalhar essa temática juntamente com as CPCJ”

Profissional da área de serviço social, Inquérito D, abril 2021

“Dando Formação às Famílias (...)”

Profissional da área de ensino, Inquérito E, abril 2021

Ressalva-se que, tendo por base tudo o que foi aqui explanado, a autora deste relatório criou um projeto de intervenção, que se encontra presente no capítulo 4, com o intuito de capacitar quer as crianças, quer os jovens, bem como, os profissionais que trabalham na área. Capacitar no sentido de informar e consciencializar para o que é a VD, e quais os impactos que esta pode ter no desenvolvimento de uma criança e de um jovem. É importante que as crianças e os jovens tenham conhecimento, até no sentido de poderem ajudar amigos que

passem por estas situações, e é importantíssimo informar e dotar os profissionais que trabalham com este público-alvo, para que os possam ajudar, encaminhar para as respostas sociais competentes e para que estejam mais atentos aos sinais de alerta. A prevenção da VD tem que ser um trabalho contínuo e multidisciplinar.

3.3. Os processos de promoção e proteção de crianças e jovens expostos à violência doméstica

Após a apresentação e análise, dos dados recolhidos relativamente à incidência de PPP's de exposição à VD por freguesia no concelho de Santa Maria da Feira, bem como do inquérito por questionário aplicado aos gestores de caso, passamos para a apresentação de 5 PPP's de exposição à VD, referentes ao ano de 2019, presentes no arquivo da CPCJ de Santa Maria da Feira. Ressalva-se que os nomes que serão apresentados são fictícios e apenas será indicada a informação mais relevante, de forma a salvaguardar a privacidade e o sigilo das crianças e dos jovens, bem como, das suas famílias.

O caso da “Clara”

O primeiro caso aqui apresentado, foi rececionado na CPCJ de Santa Maira da Feira, no dia 03 de dezembro de 2019, sendo enviado pelo Ministério Público (mais concretamente pelo Tribunal de Família e Menores de Santa Maria da Feira). Na sinalização encontrava-se presente a informação da ocorrência de um episódio de VD, entre a progenitora da jovem (Clara) e o ofensor, resultante do processo de divórcio. Neste episódio ocorreram atos de violência física e verbal. Sublinha-se que, o ofensor não era o progenitor da jovem em questão.

Importa frisar que, a Clara à data da instauração do processo tinha 12 anos. Contudo, quando este cessou a jovem já tinha atingindo os 13 anos.

Face ao exposto, a CPCJ instaurou o PPP no mesmo dia em que rececionou o referido processo. Este foi entregue a um profissional da área de serviço social.

Da informação recolhida podemos mencionar que, no dia 10 do referido mês, a progenitora e a Clara estiveram presentes num primeiro atendimento. Aqui informaram que *“A progenitora estava casada com o atual marido há cerca de um ano e três meses, perante a sua perspetiva sempre existiu violência doméstica verbal. Existiu apenas um episódio de*

violência física, no dia 20/11/2019, sendo que a menor “Clara” – terá assistido, e ao deslocar-se em defesa da progenitora acabou por ser empurrada pelo marido da progenitora. A jovem refere sentir-se tranquila, compreende os últimos acontecimentos na vida da progenitora, sente que esta fase menos boa não trará consequências para o seu estado emocional. Anseia poder viver numa habitação apenas com a progenitora, uma vez que, nesta fase ambas residem em casa de familiares” [cit].

O profissional tentou fazer algumas diligências junto da mãe e do pai da jovem. Num destes momentos, o progenitor referiu que pretendia colaboração com a CPCJ da sua área territorial, uma vez que, não residia no concelho de Santa Maria da Feira.

Por sua vez, ressalva-se que o progenitor só deu o consentimento em 04 de dezembro de 2020.

Face ao exposto, o profissional redigiu um parecer, onde indicava que, após ter verificado a dinâmica familiar não havia fatores de risco nem de perigo para a jovem Clara, e por essa razão sugeriu arquivar o PPP. No entanto, este processo esteve aberto durante um ano.

Por conseguinte, podemos verificar que o profissional tentou analisar e perceber as dinâmicas familiares, bem como, perceber o que a Clara sentia face à situação. Apesar de à primeira vista, a jovem não assumir que a situação lhe pudesse causar um dano emocional, o profissional tentou delongar o processo, com o intuito de perceber se era necessário ou não, aplicar medidas de promoção e proteção. Salvaguarda-se que não temos informação se tais medidas foram aplicadas.

Outro aspeto a salientar, é que este profissional, na sua prática, teve em atenção os fatores de risco da VD nas crianças e nos jovens.

O caso da “Filipa”

O segundo caso que apresentamos, refere-se à jovem Filipa, com 15 anos. Este PPP foi sinalizado como VD e foi atribuído a um profissional na área de ensino.

Por sua vez, a sinalização foi proveniente, mais uma vez, do Ministério Público (mais concretamente do Tribunal de Família e Menores de Santa Maria da Feira) e remetia o auto de notícias da GNR. A sinalização continha a seguinte informação:

“(...) Chegados ao local fomos abordados pela testemunha/denunciante, mãe da vítima, (...), que nos informou que a sua filha (...) a mesma refugiou-se uma vez mais em sua casa, a cerca de uma semana, porque o seu genro mais uma vez

maltratou-a psicologicamente, mais concretamente com injúrias e ameaças de agressão física (...) ter abandonado (...), na companhia da sua filha menor Filipa, para salvaguardarem a segurança de ambas. (...)a vítima (...) declarou «já não aguento mais tanta humilhação e injúrias por parte do meu marido»,(...) já muitos anos que me calo,(...) acrescenta que esta pressão psicológica já dura desde os primeiros anos de casamento(...). A vítima, acrescenta como consequência desta forte pressão psicológica, padece de uma depressão (...) já várias vezes pediu o divórcio ao agressor ao que o mesmo rejeita, continuando a sua saga destrutiva da vítima. A vítima, disse (...) que o agressor nunca a agrediu fisicamente, informou que o casal tem dois filhos, um já maior de idade e uma menor de idade e que esta testemunha habitualmente as ameaças e injúrias do agressor e pai. Foi atribuído à vítima o Estatuto de Vítima Especialmente Vulnerável” [cit]⁵⁴.

Esta sinalização chegou à CPCJ em meados do mês de abril do referido ano, e a D. Daniela juntamente com a jovem Filipa, compareceram na comissão ainda nesse mesmo mês (a 24 de abril). Ambas deram o consentimento e a não oposição, respetivamente, para que pudesse existir uma intervenção por parte desta entidade.

No auto declarações, a D. Daniela e a Filipa, reiteraram tudo o que se encontrava no auto de notícias. Por sua vez, a D. Daniela referiu que era casada com o Sr. Luís há 23 anos e dessa relação teve dois filhos. Até solicitar o divórcio, a relação era boa e sem conflitos. Contudo, a situação começou a agravar-se devido a ciúmes por parte do Sr. Luís. Acrescentou ainda que “*nem sempre foi assim. A progenitora saiu de casa desde março deste ano e foi viver para casa da sua mãe (...). A Filipa vive com o pai porque está mais próximo da escola e «tem lá as coisas dela» cit. Estou todos os dias na casa aonde vive o marido, a Filipa e o Ricardo, só vai dormir a casa da mãe. Os pais da Filipa embora separados têm uma boa relação. A Filipa disse que não se sente triste porque continuam a dar-se bem. E que a relação era e é normal e que nunca os viu a discutir*” [cit].

Para além disso, o progenitor compareceu nesta comissão e também deu o seu consentimento, demonstrando estar tudo bem e resolvido.

Face ao exposto, o profissional, redigiu no parecer que “*(...) Os pais compareceram na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens onde prestaram declarações dizendo que*

⁵⁴Ressalva-se que o seguinte excerto encontra-se conforme o original, bem como, todas as transcrições presentes na parte 3.3. deste relatório, à exceção dos nomes, que conforme já foi referido, são fictícios.

nunca houve agressões físicas, nem psicológicas. Face ao exposto e uma vez que não se apurou situação de risco ou perigo, proponho o arquivamento do Processo de Promoção e Proteção” [cit], e por conseguinte o PPP foi arquivado no dia 30 de abril.

Contudo, e este aspeto é interessante analisar, a 19 de setembro, o referido PPP foi reaberto, devido a uma sinalização que chegou por parte da GNR declarando que:

“(…) A denunciante explicou que em março do corrente ano havia efetuado denúncia de violência doméstica contra o seu genro, sendo a vítima a filha desta, Daniela. Acrescentou ainda que desde a altura da denúncia, a sua filha refugiou-se em casa da denunciante, juntamente com a filha menor do casal (...). Que no dia dos factos, a sua filha Daniela saiu com a filha menor (...) a denunciante ouviu um estrondo vindo do exterior da sua residência, e em ato contínuo, uma das suas filhas lhe liga a perguntar se o suspeito se encontrava junto à residência a danificar o carro (...), uma vez que esse se encontrava em contacto telefónico com vítima a fazer ameaças. Que a denunciante se deslocou ao exterior da residência e verificou o suspeito se encontrava efetivamente no exterior da propriedade com uma marreta na mão a danificar o veículo (...) Questionada a denunciante se o suspeito tem importunado a sua filha/vítima, a mesma alegou que desde julho ele tem enviado insistentemente mensagens para o telemóvel da sua filha Daniela com ameaças, desconhecendo, contudo, o conteúdo das mesmas” [cit].

Face a toda esta situação, o PPP voltou a ser atribuído ao mesmo gestor, uma vez que, já conhecia a história e a família.

A 11 de outubro, a D. Daniela e a jovem Filipa voltaram à CPCJ de Santa Maria da Feira para atendimento. Ambas voltaram a dar o consentimento e a não oposição, respetivamente, para a intervenção. Para além disso, no atendimento a D. Daniela confirmou a situação descrita no auto de notícias da GNR. Naquele dia, quando chegou a casa viu o carro danificado e a mãe (avó materna da Filipa) confirmou ser o pai da jovem o responsável. Este foi levado para o posto da GNR, para prestar declarações. Acrescentou ainda que, o pai da jovem *“deu como explicação do sucedido que não tinha tomado a medicação” [cit].* A D. Daniela ainda se encontra casada. Ambas *“acham que não é necessário fazer a regulação do poder paternal, visto chegarem sempre a acordo e o pai pode estar sempre com a jovem, consoante queira, tendo visitas regulares com o pai mas sem pernoitar” [cit].* Mais

informaram que a Filipa frequenta o 10º ano e que pretendiam mudar de residência. Situação já referida aquando do primeiro atendimento.

Posto isto, o progenitor também foi convocado a comparecer nesta comissão para atendimento. A 28 de outubro, o progenitor deu consentimento para a intervenção desta entidade. No atendimento, o progenitor referiu que “*(...)aguarda julgamento.(...) A relação com a Filipa é ótima, o Sr. Luís afirma que ainda a semana passada a menina ficou em sua casa. A Filipa é uma boa aluna na escola. O Sr. Luís afirma que a mãe é muito responsável e que a Filipa desabafa muito com a mãe. O filho mais velho vive com o Sr. Luís*” [cit]. Acrescentou ainda que, não podia entrar em contacto diretamente com a D. Daniela, nem vice-versa.

Após o atendimento do pai, o profissional solicitou um pedido de informação escolar.

No dia 04 de novembro, o profissional redigiu um parecer dando conta que ambos os progenitores confirmaram a situação descrita no auto de notícias, que levou à reabertura do PPP. Acrescentou ainda que, o “*progenitor está impedido por tribunal de aproximar-se da mãe da Filipa. Quiseram colocar pulseira eletrónica, mas dona Daniela não achou necessário*” [cit]. Assim sendo, face a tudo o que foi aqui explanado, e tendo em conta as fragilidades desta família, propôs à equipa a aplicação da medida de apoio junto dos pais, por 6 meses. Decisão que foi aceite pela mesma e presente na segunda Ata do referido PPP.

Após decisão da medida a aplicar, o gestor recebeu a informação escolar que tinha solicitado, informando que a Filipa era pontual; tinha um comportamento adequado, estando integrada na turma; cumpria com as normas da escola; e tinha um bom aproveitamento escolar. Relativamente ao encarregado de educação (que neste caso é a progenitora), aparecia na escola sempre que era solicitada a sua presença. A diretora de turma, no relatório indicou que a progenitora referiu que a Filipa “*estava a gostar muito da escola e que se sentia bem integrada*” [cit].

Analisando, esta última informação recolhida e bastante pertinente para a avaliação do caso, consideramos que o profissional deveria ter aguardado por esta informação e colocado no parecer que redigiu, uma vez que, os prazos estipulados para avaliação da situação não tinham cessado.

Avançando ainda neste PPP, foi assinado o APP no dia 22 de novembro de 2019 (com data de revisão para 22 de maio de 2020). Como foi referido anteriormente, a medida aplicada foi de “Apoio junto dos pais” conforme o art.º 35º, nº1 alínea a) e art. 39º da LPCJP (Guerra, 2021). Importa ainda referir que, segundo o art.36º: “*As medidas aplicadas pelas comissões de proteção ou em processo judicial, por decisão negociada, integram um acordo de*

promoção e proteção” (Guerra, 2021, p. 122). Assim sendo, as ações que constavam neste APP, e que deviam ser desenvolvidas e cumpridas por todos os intervenientes (neste caso, pelos progenitores, pela jovem Filipa e pela comissão) eram as seguintes:

- 1) *“Assegurar os cuidados necessários aos níveis da saúde, educação higiene, alimentação e vestuário, zelando pela segurança e conforto da criança.*
- 2) *Garantir a integração no sistema de ensino, frequentando-o com assiduidade e pontualidade, valorizando o aproveitamento significativo com aquisições de aptidões.*
- 3) *Os pais devem comunicar de forma adequada evitando conflitos, sobretudo na presença da jovem.*
- 4) *Proporcionar um ambiente familiar saudável, estável, sem conflitos, nem agressões verbais, físicas, promotor do bem-estar socio-afetivo do mesmo, não expondo a jovem ao conflito familiar.*
- 5) *Promover a manutenção da relação com os pais/pessoas de referência mediante o contacto/visitas regulares com a família/pessoas de referência, assim como estabelecer momentos/atividades conjuntas entre pais e filhos.*
- 6) *Informar esta Comissão de Proteção de Crianças e Jovens da evolução da situação familiar ou de eventuais alterações de residência, telefone, documentais ou outras relevantes para a sua identificação ou contacto.*
- 7) *Compromete-se a acompanhar o percurso da criança e de todos os intervenientes no acordo de promoção e proteção, proporcionando apoio e orientação sempre que necessário.*
- 8) *O incumprimento do presente APP implica o envio do processo de promoção e proteção ao Ministério Público para intervenção judicial” [cit].*

Importa ainda ressaltar que, as ações nº1 à nº6 e nº8 eram destinadas aos progenitores. Por sua vez, as ações nº6 e nº8 eram destinadas à jovem Filipa e, por fim, as ações nº6 à nº8 eram destinadas também à CPCJ. Destaque ainda que, os progenitores, a jovem, o gestor de caso e a presidente da comissão tiveram que assinar este documento.

Ao aproximar-se a data de revisão do APP, o gestor entrou em contacto com os progenitores com o intuito de perceber se estava a surtir o resultado pretendido. Num desses contactos (telefónicos) a D. Daniela referiu que a Filipa ia *“a casa do pai sempre que este vinha buscar. Em relação ao seu ex-marido que a relação tinha melhorado muito desde que este foi chamado a tribunal”* [cit]. Por sua vez, o Sr. Luís referiu que *“a relação com a mãe*

da filha era sem conflitos, que já tinha refeito a sua vida (...) que estava tudo a correr bem” [cit].

Com esta informação, o gestor redigiu mais um parecer, mas com intuito de arquivar o PPP, uma vez que, a situação de perigo já não subsistia. Para além disso, os restantes profissionais concordaram com a sugestão deste gestor e o PPP foi arquivado no dia 02 de junho de 2020.

Face a tudo o que foi aqui exposto e como forma de analisarmos a prática deste profissional, colocamos as seguintes questões: Porque não convocaram a avó materna da Filipa? Visto que esta era a denunciante, e que tanto a D. Daniela como a Filipa residiam na sua casa. Para além disso, porque não convocaram também, o irmão mais velho da Filipa? Salienta-se que estes dois elementos não foram chamados no PPP inicialmente, nem na sua reabertura.

Para além disso, o profissional deveria ter pedido com mais antecedência o relatório escolar como forma de ter mais informação para colocar nas ações do APP. Sabemos, através da atividade de estágio, que as escolas e os professores, demoram muito tempo a responder, sendo necessário insistir e enviar mais do que um email para obter a informação pretendida.

Outro aspeto importante e que entendemos que teria sido plausível consiste em: antes de arquivar o PPP deveria ter sido solicitado outro relatório escolar, para perceber se a situação se mantinha favorável. Acrescenta-se ainda que, o último contacto com os pais deveria ter sido presencial e não por via telefónica. Mais se destaca que, deveria ter existido um contacto mais permanente e regular. Contudo, esta situação pode ser justificada devido ao elevado número de PPP's por gestor e devido a toda a burocracia que um PPP requer.

Porém, é de ressaltar que as medidas aqui aplicadas são adequadas à situação em causa, contudo deveriam envolver mais a jovem Filipa.

O caso do “João”

O terceiro processo aqui apresentado é referente ao bebé João, sinalizado com apenas 6 meses.

Este caso foi sinalizado por VD, pelo Hospital São Sebastião, em Santa Maria da Feira. Salienta-se ainda que, este PPP foi instaurado na CPCJ de Santa Maria da Feira em 22 de outubro de 2019 e o profissional responsável era da área de serviço social.

Na sinalização constava o seguinte:

“(...) O bebé reside com a mãe, com 21 anos de idade, desempregada; com o pai, com 21 anos de idade, empregado de café (...); com a avó materna, com 39 anos de idade operária fabril, com o tio materno, com 6 anos de idade,(...) e com o companheiro da avó materna, desempregado. (Há cerca de 3 meses que o bebé e os seus pais foram viver para a habitação da avó materna(...). Mãe refere que ontem à noite, por volta das 20h00, estariam a acabar de jantar quando o companheiro da avó terá começado a falar alto, altura em que o bebé se terá assustado. A mãe do bebé e o companheiro da avó começaram a discutir, levantando-se da mesa, sendo que o companheiro terá dado um “estalo” à mãe do bebé. O pai do bebé terá pegado ao colo o bebé para o afastar da discussão, quando o companheiro da avó terá dado um «estalo» ao pai do bebé «sem querer» cit. Após este acontecimento, o pai do bebé foi para o exterior com o bebé, acalmando-o. Entretanto a mãe do bebé refere que o companheiro da mãe lhe terá apertado o pescoço” [cit].

No mesmo dia que foi instaurado o PPP, e pelo facto do gestor de caso ter considerado um caso urgente, entrou em contacto com os progenitores do bebé João e convocou-os para um atendimento.

Destaca-se que ambos os progenitores deram o consentimento para que pudesse haver intervenção da comissão. No atendimento referiram que, a situação tinha sido esporádica e que tinha sido despoletada por um desentendimento. A D. Catarina (progenitora) referiu que estavam a residir na casa da sua mãe há 3 meses. Antes do sucedido sempre se deram bem e que pretendiam continuar a residir lá. Salientaram que *“este fim de semana estiveram em casa da avó materna até as coisas normalizarem. Esta avó presente também nesta comissão, declarou que os ajuda em tudo o que for necessário. Que este jovem casal tem tido um comportamento responsável e são atentos com o bebé. Que a mãe é muito preocupada com o bebé. Que esta situação não se irá mais repetir, pois sabem que é prejudicial para o seu filho” [cit].*

Devido a esta situação descrita, e de forma a perceber a dinâmica e o contexto familiar, foi solicitado uma informação social (ou seja, uma visita domiciliária), no dia 02 de dezembro.

Após algum tempo, no dia 15 do mês de maio de 2020, a progenitora entrou em contacto com o gestor, com intuito de lhe informar da nova morada, residindo ainda na mesma freguesia.

Poucos dias depois (19 de maio), o profissional redigiu o parecer indicando que os progenitores do bebê João *“Disseram que a situação que deu origem à abertura do PPP foi pontual e foi na sequência de um desentendimento entre adultos que acabou por atingir a criança. Entretanto os progenitores mudaram de residência e a criança deixou de estar no contexto familiar da avó”* [cit] e por essa razão propôs o arquivamento do PPP.

O referido PPP foi levado a reunião e os restantes profissionais concordaram com a decisão, arquivando o processo a 19 de maio de 2020.

Face ao exposto, iremos fazer uma breve análise a este caso, uma vez que, a intervenção foi parca e a informação recolhida não nos permite fazer uma análise mais profunda. Em primeiro lugar, ressaltamos que os profissionais têm um período de 6 meses entre a ata de instauração do PPP até à ata de aplicação da medida (caso se justifique) ou cessação da medida, ou até mesmo arquivamento do PPP sem medida aplicada. Este período serve para reunirem a informação que consideram necessária e imprescindível para a tomada de decisão. E foi este procedimento que foi adotado neste PPP, o profissional utilizou os 6 meses para perceber a dinâmica familiar e perceber se existia ou não perigo para o bebé. Salienta-se ainda que, este bebé e o próprio casal tinham retaguarda familiar que os ajudava e os apoiava.

O caso do “Rodrigo”

O quarto processo aqui apresentado é referente a um jovem, o Rodrigo, com 13 anos.

A sinalização chegou à CPCJ de Santa Maria da Feira, no dia 11 de Setembro de 2019, e foi enviada pelo Ministério Público (mais concretamente pelo Tribunal de Família e Menores de Santa Maria da Feira). Na sinalização vinha em apêndice o auto de notícias da GNR que indicava o sucedido:

“(...) O suspeito esclareceu que hoje a sua companheira não lhe fez o jantar, tendo ido jantar fora e quando voltou tinha todo o seu vestuário em sacos do lixo à porta da residência, estando todas as portas e janelas da residência fechadas, o suspeito tentou forçar a entrada pela porta da cozinha para tentar falar melhor com a sua companheira tendo inclusive danificado um pouco da portada e porta na sua tentativa infrutífera de entrada na residência que segundo o mesmo é de ambos. (...)consegui falar com a vítima, que me informou que o suspeito esgotou as oportunidades todas na relação de ambos e que o episódio de hoje terá sido apenas uma acumulação de diversas e sucessivas traições do mesmo, que

pretende terminar a relação de uma vez por todas, porque já o tentou no passado mas acreditou sempre nas falsas promessas (...)Fazendo imensa pressão psicológica a vítima até a mesma ceder e perdoar o suspeito e sempre que a vítima tentava por termo a relação o suspeito era persistente ao ponto de a insultar (...)Verificou-se que mantêm uma relação há mais de 13 anos e dessa relação existe um filho da mesma idade, no entanto não são casados(...)" [cit].

Importa ainda referir que, o PPP só foi instaurado, a 24 de Setembro e o profissional responsável é representante do município, sem formação ligada às ciências sociais.

O primeiro atendimento foi com o jovem Rodrigo e com a progenitora, no dia 22 de outubro. Ambos deram a não oposição e o consentimento, respetivamente, para que a CPCJ pudesse intervir.

Neste atendimento, a D. Carla (progenitora) referiu que as relações estão mais calmas e a situação está regularizada. Acrescentou ainda que, o Rodrigo frequentava o 8º ano e tinha bom aproveitamento. Tinha atividade extra-curricular, nomeadamente o futebol. A D. Carla referiu ainda que, o Rodrigo *"é um filho bem tratado pelos pais e em meu entendimento não corre qualquer tipo de perigo no seu ambiente familiar"* [cit].

Posteriormente, o progenitor veio a atendimento no mesmo dia e deu consentimento para a intervenção desta comissão. Acrescentou ainda que, após ter ido jantar fora chegou à sua habitação e tinha os seus pertences dentro de sacos de lixo. Quando se deparou com a situação tentou entrar na habitação, mas sem efeito, tentou insistir, acabando por existir uma discussão e a sua companheira comunicou à GNR. O progenitor acrescentou também que, passado poucos dias (entre 3 a 4 para ser mais preciso) falaram sobre o sucedido e as coisas ficaram normalizadas e lamentou o que aconteceu. Mais informou que, o filho Rodrigo, não se apercebeu de quase nada. Referiu ainda que, *"Nada lhe falta e estamos sempre a incentivá-lo para ser bom aluno. Estamos a viver como casal e a nossa relação está normalizada"* [cit].

Após o atendimento, no dia 29 de outubro foi solicitado o relatório social a uma resposta social do concelho de Santa Maria da Feira, cuja entrega só aconteceu a 12 de dezembro de 2019. Foi solicitado também o relatório escolar a 13 de novembro.

Posto isto, no dia 03 de janeiro de 2020, o profissional redigiu o parecer, dando conta que a situação que originou a sinalização tinha sido um caso esporádico, e devido a uma situação de ciúmes por parte da progenitora. Tinham uma relação de 13 anos e continuavam nesta relação, indicando também que o conflito já tinha sido superado. Contudo, a informação contida no relatório escolar indicava que, *"o jovem está integrado na turma escolar, embora*

apresente um comportamento conflituoso, sendo também distraído e desconcentrado e algo desorganizado e por vezes tem atitudes incorretas. Tem apenas uma falta que foi a de ter vindo à CPCJ” [cit]. Por sua vez, o relatório social não indicava nenhuma situação alarmante, e reiterava a ideia de que o casal estava reconciliado, manifestando arrependimento pelo sucedido. Face a esta situação, o profissional propôs o arquivamento do PPP uma vez que, o perigo não se confirmava.

Em reunião a restante equipa concordou com a decisão/opinião deste gestor de caso e o PPP foi arquivado a 07 de janeiro de 2020.

Após a apresentação do caso iremos fazer uma breve análise da atuação deste profissional. Assim, começamos por referir que, face à gravidade da situação, a família poderia ter sido convocada mais cedo. Para além disso, apesar da situação que levou à abertura do PPP estar ligada a uma situação de VD, o jovem demonstrou ter alguns problemas na escola, descritos no relatório escolar. Face a essa informação o gestor, poderia ter tentado perceber o porquê do jovem ter aquele tipo de comportamentos. No capítulo 1, abordamos os impactos que a VD tem nas crianças e nos jovens, e quais os fatores de risco. A distração e os comportamentos conflituosos/agressivos, são exemplos desse contexto. Questionamo-nos se alguém terá tentado perceber o porquê do Rodrigo ter estes comportamentos? Desde quando é que ele tem este tipo de comportamentos? No atendimento também teve comportamentos desajustados? Porque não há registo da opinião dele no auto declarações? Segundo os progenitores foi uma situação esporádica, mas a progenitora no auto de notícias da GNR, afirma que, *“porque já o tentou no passado mas acreditou sempre nas falsas promessas (...)Fazendo imensa pressão psicológica à vítima até a mesma ceder e perdoar o suspeito e sempre que a vítima tentava pôr termo à relação o suspeito era persistente ao ponto de a insultar (...)”* [cit], ou seja, isto era uma situação recorrente. A pressão psicológica é uma forma de VD. A mãe vivencia-a na primeira pessoa, mas o filho, é abrangido também pela mesma situação. Será o comportamento desajustado, resposta/consequência ou até mesmo exteriorização do que vivencia? Não precisará este jovem de apoio? O gestor de caso poderia ter ido mais além e a análise poderia ter sido mais detalhada e profunda.

O caso do “Pedro”

O quinto caso que aqui apresentamos é referente a uma criança, o Pedro de 11 anos.

A sinalização chegou à CPCJ de Santa Maria da Feira, no dia 07 de maio de 2019, por parte da Segurança Social de Aveiro. Na sinalização indicava que a progenitora e os dois

filhos (o Pedro e uma filha maior de idade), tinham saído da casa abrigo e foram para casa de um tio. O motivo da ida para casa abrigo foi que os intervenientes sofreram ameaças de morte.

Posteriormente, a 14 de maio, a GNR encaminhou para a CPCJ o auto de notícias a informar que:

“a vítima sentada no seu veículo, (...) nervosa, dizendo que tinha fugido de casa porque o seu marido estava a destruir tudo em casa e que a tinha ameaçado que a iria matar, ficando o seu filho (...) em casa. (...) disse ainda, que apesar, desta vez, de não ter havido agressão física, pelo facto de ter fugido a tempo, que é vítima de violência doméstica tanto fisicamente como psicologicamente desde que coabita com o agressor, (...) mas que nunca apresentou queixa como medo de represálias, pois o agressor ameaça-a que a mata caso ela apresentasse queixa. (...) Houve uma separação (divórcio) por motivos de dívidas contraídas pelo agressor, mas nunca chegou a haver uma separação total, pois sempre viveram na mesma casa, apesar dos conflitos, no entanto, a casa está em nome da vítima” [cit].

Por sua vez, o PPP foi instaurado a 14 de maio, e um profissional da área de ensino ficou como gestor de caso.

Poucos dias depois, o Ministério Público (mais concretamente o Tribunal de Família e Menores) questionou a referida CPCJ para averiguar se existia este PPP, caso não houvesse para o instaurarem e encaminhando novamente, o auto de notícias da GNR, acima referido.

No dia 28 de maio, os progenitores foram a um atendimento e deram o consentimento para que a CPCJ pudesse intervir. No atendimento, os progenitores mencionaram que a situação tinha sido esporádica e que não se voltaria a repetir. Acrescentaram que o Pedro não assistiu ao sucedido.

A 17 de junho, o profissional entrou em contacto telefónico com a progenitora que garantiu que o ambiente em casa estava mais calmo e que tinha ido a uma consulta no médico de família e que em conversa, este profissional a aconselhou a ir a uma consulta de psicologia.

Posteriormente, o profissional redigiu o parecer indicando que a progenitora contactou a polícia e saiu de casa com receio de que a discussão pudesse pôr os filhos em perigo, e a sua vida também. A GNR encaminhou a progenitora para uma casa abrigo. Depois de o profissional ter ouvido os progenitores, estes garantiram que a situação ocorreu no calor do momento e que estavam arrependidos. A progenitora referiu que *“tem andado bastante*

deprimida, ignorando qual a razão e que depois de ouvir tantas notícias relatando a morte de mulheres por violência doméstica, entrou em pânico e fugiu com os filhos” [cit]. A progenitora referiu ainda que, a situação fez com que o marido percebesse que numa relação há limites. Estava também mencionado que, foi solicitado apoio psicológico para a progenitora. Face a toda esta situação, e com intuito de salvaguardar o superior interesse da criança e perceber se a situação estava estabilizada, o profissional propôs a medida de acompanhamento de apoio junto dos pais, por um período de 6 meses. Dois dias depois, este PPP foi a reunião e os restantes gestores concordaram com a opinião/sugestão do profissional.

Importa ainda referir que o APP foi assinado a 20 de junho, com data de revisão para 20 de dezembro de 2019. Como foi referido num caso acima, a medida aplicada foi de “Apoio junto dos pais” conforme o art.º 35º, nº1 alínea a) e art. 39º da LPCJP (Guerra, 2021). Assim sendo, as ações que constavam neste APP, e que deviam ser desenvolvidas e cumpridas por todos os intervenientes (neste caso, pelos progenitores, pelo Pedro, que no entretanto fez 12 anos, e pela comissão) eram as seguintes:

- 1) “Assegurar os cuidados necessários aos níveis da saúde, educação higiene, alimentação e vestuário, zelando pela segurança e conforto da criança/jovem.*
- 2) Promover a aquisição de competências práticas, emocionais e comunicativas mediante a atribuição de pequenas tarefas/responsabilidade à criança/jovem e incentivos à participação da criança em tomadas de decisão.*
- 3) Promover atenção às necessidades emocionais da criança/jovem valorizando os seus comportamentos positivos e o contacto físico adequado.*
- 4) Garantir a integração no sistema de ensino, frequentando-o com assiduidade e pontualidade, valorizando o aproveitamento significativo com aquisições de aptidões técnico-profissionais e certificação profissional.*
- 5) Estabelecimento de regras limite com supervisão e disciplina apropriadas à criança/jovem com adequação dos castigos utilizados, apoio na definição de horários, apoio no desenvolvimento de técnicas de negociação para situações de conflito e promover os pais.*
- 6) Proporcionar um ambiente familiar saudável, sem conflitos, nem agressões verbais, promotor do bem-estar socio-afetivo do mesmo.*
- 7) Os pais devem comunicar de forma adequada evitando conflitos, sobretudo na presença da criança/jovem.*
- 8) Educar o jovem no sentido de lhe inculcar valores e normas de conduta em conformidade com a sociedade vigente.*

- 9) *Informar esta CPCJ da evolução da situação familiar ou de eventuais alterações de residência, telefone, documentais ou outras relevantes para a sua identificação ou contacto.*
- 10) *Compromete-se a acompanhar o percurso da criança/jovem e de todos os intervenientes no acordo de promoção e proteção, proporcionando apoio e orientação sempre que necessário.*
- 11) *O incumprimento do presente APP implica o envio do processo de promoção e proteção ao Ministério Público para intervenção judicial” [cit].*

Importa ainda ressaltar que, as ações nº1 à nº9 e nº11 eram destinadas aos progenitores. Por sua vez, a ação nº9 e nº11 eram destinadas ao Pedro e, por fim, as ações nº9 e nº10 eram destinadas à CPCJ. Destaque ainda que, os progenitores, o jovem, o gestor de caso e a presidente da comissão tiveram que assinar este documento.

Depois da assinatura do APP, foi encaminhado um documento para a CPCJ proveniente do Departamento de Investigação e Ação Penal de Santa Maria da Feira.

No dia 01 de outubro, o gestor entrou em contacto com o progenitor do Pedro que lhe referiu que a situação estava bem melhor e acrescentou *“bendita a hora em que vim parar a esta CPCJ, porque me abriram os olhos e fizeram ver quanto é importante a família e de quanto nós estamos errados no nosso comportamento em casal”* [cit]. Ambos os progenitores encontravam-se disponíveis para realizarem terapia de casal, a qual o gestor de caso iria tentar providenciar.

No seguimento do processo, no dia 29 de novembro, o profissional redigiu outro parecer, dando conta que, os progenitores frequentavam a terapia de casal (a pedido do progenitor) e que as coisas estavam melhores. Acrescentou ainda que, *“o menino é muito bom aluno e não se apercebe de nada, segundo palavras do mesmo”* [cit]. Face a toda esta informação, o profissional propôs o arquivamento do PPP, uma vez que, a situação de perigo que originou a abertura do processo, já não subsistia.

Em reunião os restantes elementos da equipa concordaram com a opinião do profissional e o PPP foi arquivado no dia 03 de dezembro de 2019.

Face a tudo o que foi aqui explanado, iremos tentar analisar este PPP. Começamos por dizer que, o PPP foi arquivado antes da medida ter sido cessada. Aqui colocamos a questão se as datas presentes nos documentos estão corretas ou se é engano. Para além disso, não há registo de nenhum pedido escolar por escrito, podendo este ser falha no arquivo do PPP.

Outro aspeto a referir é que, apesar da situação que originou a abertura do PPP estar ligada aos progenitores, o APP deveria ter ações em que envolvesse mais o jovem e não apenas centrado, na sua maioria, nos progenitores.

Outra questão que se levanta é, se o Pedro fugiu com a mãe e com a irmã para uma casa abrigo, como é que esta situação não o afeta, nem tem repercussões no seu dia-a-dia? Será que o jovem não precisa de acompanhamento, tal como a progenitora?

Acrescenta-se ainda que, através da informação recolhida, o PPP esteve centrado, maioritariamente, no conflito parental e não nas consequências que o mesmo podia ter para o desenvolvimento do Pedro, e como é que o jovem processa toda esta situação.

Por fim, levanta-se outra questão, porque motivo a irmã não foi chamada à CPCJ, como interveniente chave neste processo? Não deveria ter um papel mais ativo?

Após termos apresentado estes 5 PPP's, de profissionais de áreas diferentes, conseguimos perceber que ainda há um longo caminho pela frente. Entendemos que deve haver uma maior ligação entre os profissionais e as entidades na área de infância e juventude (como por exemplo as escolas e outras respostas que possam trabalhar diretamente com estas famílias). Para além disso, verifica-se por parte das vítimas e dos agressores uma constante afirmação de que *“são casos pontuais e esporádicos”*, quando nos auto de notícias a informação que relatam é que ocorreu mais do que uma vez, e de diversas formas. Acrescenta-se ainda, o facto de que os filhos referem estar bem e que a situação não os afetou. Face a esta informação levantamos as seguintes questões: Será que a situação não afeta ou eles não pensam no assunto? Será que têm consciência da situação? Será que o consideram como “normal”?

Para ajudar e auxiliar estes profissionais e todos os profissionais que trabalham com crianças e jovens, a autora do presente relatório, após ter recolhido toda esta informação, criou o projeto *“Sentir o Amor”*, que se encontrará presente no próximo capítulo, como forma de prevenir a VD. Para que, situações como estas 5 aqui relatadas ao detalhe, e tantas outras que foram abordadas de forma indireta pelos gestores de caso quando responderam ao inquérito, não aconteçam. Para que as pessoas entendam que amor é respeito, escutar o outro, compreender que o outro tem opiniões diferentes, é carinho, é afeto, é um porto de abrigo, é conforto, é apoio. Não é violência, injúrias, agressões, desrespeito, entre outros aspetos. Temos que começar a mudar mentalidades. A informar as nossas crianças e os nossos jovens

para a VD, para contarem a alguém, para pedirem ajuda. Vamos evitar que as nossas crianças e jovens de agora sejam vítimas ou agressores do amanhã.

Capítulo 4 – Projeto de intervenção: “Sentir o Amor”



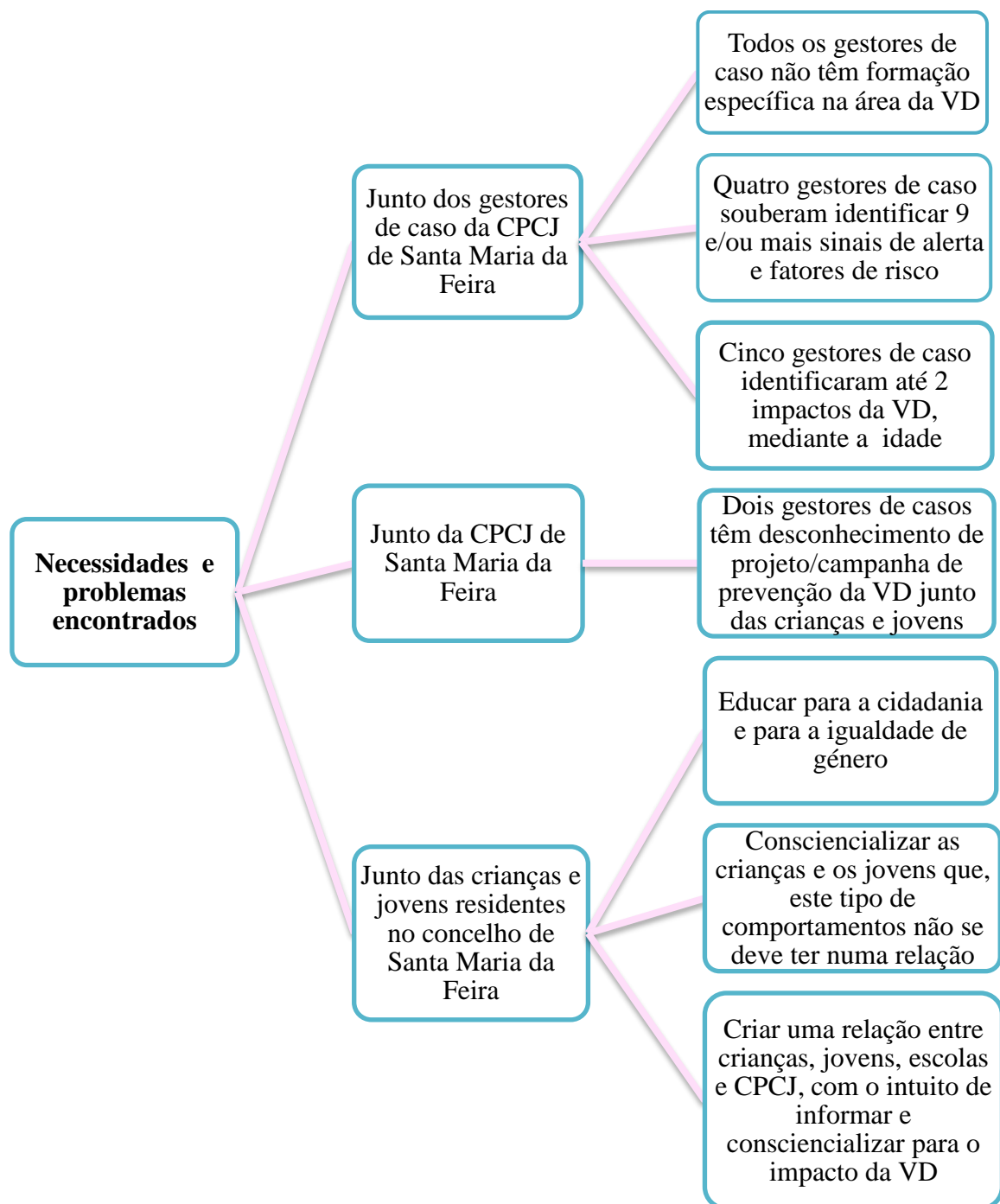
Tendo por base tudo o que já foi apresentado, foi criado pela autora do presente relatório, o Projeto “*Sentir o Amor*”, que tem como principal objetivo prevenir a VD junto das crianças e jovens, e sensibilizar/consciencializar os profissionais que trabalham nesta área.

Este projeto foi criado a partir dos dados recolhidos, pesquisas e de sugestões dos gestores da CPCJ de Santa Maria da Feira. Considera-se que, para prevenirmos este fenómeno, devemos passar pelas seguintes etapas: capacitar as nossas crianças e jovens para a igualdade dos papéis de género; incluir ações de formação de forma a elucidar quais os seus direitos e deveres; informar este grupo sobre o conceito de VD e ainda, advertir para os sinais de alerta e para o impacto deste flagelo nas suas vidas e o que deve ser feito para solicitar ajuda. Este trabalho não deverá ser realizado, somente com as crianças e jovens, mas também, com os profissionais que têm um contacto privilegiado e próximo deste grupo-alvo (exemplo: professores, auxiliares, médicos, enfermeiros, técnicos da área das ciências sociais, etc.).

Salvaguarda-se que, apesar de o local de estágio ser a CPCJ de Santa Maria da Feira, este projeto seria realizado nos Agrupamentos de Escolas deste concelho e em outras associações/instituições que trabalhem com crianças e jovens. A ideia seria começar neste município, depois alargar para os restantes e indo adaptando as atividades tendo em conta as suas especificidades.

4.1. Necessidades/problemas encontrados

Figura 3. Necessidades/problemas encontrados



Fonte: Dados recolhidos do inquérito aos gestores de caso

Antes de apresentar as propostas de ação/atividades, considera-se imprescindível indicar as principais necessidades e problemas encontrados (Figura 3), tendo por base os dados recolhidos. Assim, relativamente aos gestores de caso da CPCJ, verificou-se a falta de formação específica na área da VD, podendo considerar isso um problema, uma vez que, os PPP's relativamente a esta problemática têm um peso muito significativo no total de PPP's ativos. Para além disso, estes profissionais demonstraram ter algumas dificuldades em reconhecer e identificar os sinais de alerta e os fatores de risco. Por fim, têm dificuldade em reconhecer os impactos da VD nas crianças e jovens, mediante as suas faixas etárias. Das 7 respostas, nenhuma foi totalmente correta, apenas no máximo, um dos elementos conseguiu identificar 4 potenciais impactos, e dois elementos não conseguiram identificar nem um potencial impacto.

Outro aspeto a ter em conta, neste caso, relativamente à CPCJ de Santa Maria da Feira, das 7 respostas, dois gestores não responderam à pergunta e dois responderam a opção “não” relativamente ao facto, de a CPCJ ter um projeto/campanha, de prevenção da VD junto das crianças e jovens. Surge aqui uma questão, que não ficou muito explícita, não têm conhecimento do projeto/campanha, ou o mesmo na verdade não existe e há aqui uma lacuna?

Por fim, também importa indicar as principais necessidades que os gestores de caso, detetaram nas suas práticas junto das crianças e jovens, residentes no concelho de Santa Maria da Feira. Esta informação tem por base as respostas do inquérito, nomeadamente, quando respondem à questão associada à prevenção da VD (pergunta nº 21). Desta forma, os profissionais destacam a importância de educar para a cidadania; a importância de consciencializar as crianças e os jovens de que, numa relação não tem que existir violência e que há outras formas de resolver os conflitos; e a importância de envolver a escola na prevenção deste flagelo social.

4.2. Objetivo geral e objetivos específicos

“Os objetivos de um Projeto Social são os propósitos que pretendemos alcançar com a execução de uma ação planificada. Os objetivos de um projeto constituem o ponto central de referência, são eles que definem a sua natureza mais específica e dão coerência ao plano de ação. Uma vez que esclarecidas as necessidades às quais se pretendem dar resposta, importa fixar os objetivos da ação. Este processo consiste em perguntarmos a nós mesmos o que é que pretendemos alcançar para dar respostas concretas. (...) Com a definição de

objetivos tentamos responder às seguintes perguntas: o que queremos fazer? Que mudanças desejamos obter face à situação-problema sobre a qual vamos agir? Onde pretendemos chegar, que propósitos se deseja alcançar dentro de um determinado espaço de tempo? E qual é a situação-objetivo que se pretende alcançar?” (Serrano, 2008, pp. 44-45).

Pode-se classificar os objetivos como objetivos gerais e objetivos específicos. Os objetivos gerais segundo Espizona cit in Serrano (2008) “*«São aqueles propósitos mais amplos que definem o quadro de referência do projeto.» Pela sua formulação podem admitir várias interpretações e não fazem referência a uma conduta observável*” (p. 45). Neste caso, o objetivo geral deste projeto de intervenção é prevenir a VD junto das crianças e dos jovens, no concelho de Santa Maria da Feira. Por sua vez, os objetivos específicos “*são mais concretos e identificam de forma mais precisa o que se pretende atingir com a atividade/projeto*” (Serrano, 2008, p. 46). Assim, estas duas tipologias de objetivos apresentam-se na seguinte tabela.

Tabela 12. Objetivos (gerais e específicos)

Objetivo Geral	Objetivo Específico
Prevenir a VD junto das crianças e dos jovens residentes no concelho de Santa Maria da Feira.	Consciencializar os técnicos, comissários, bem como, os profissionais que trabalham junto das crianças e dos jovens, no concelho de Santa Maria da Feira, para o impacto da VD nesta faixa etária e para os sinais de alerta.
	Informar e advertir as crianças e os jovens que residem no concelho de Santa Maria da Feira, para os sinais de alerta e para os fatores de risco.
	Informar as crianças e os jovens residentes no concelho de Santa Maria da Feira, dos seus direitos e deveres.
	Consciencializar as crianças e os jovens que residem no concelho de Santa Maria da Feira, para a igualdade dos papéis de género.
	Promover uma articulação de informação entre os profissionais, as crianças e jovens e respetivas famílias, que residem no concelho de Santa Maria da Feira.

4.3. Programa de ação

Este projeto será dividido em dois grandes grupos. O primeiro grupo centrado nas crianças e nos jovens e, o segundo grupo será centrado nos profissionais que trabalham na área da infância e juventude. Ressalva-se desde já que, as faixas etárias aqui mencionadas serão divididas tendo por base o ciclo escolar. O primeiro grupo será composto por 12 ações e o segundo grupo será composto por 3 ações.

I Parte: Crianças e Jovens:

Ação 1: “Os nossos direitos e deveres”

- **Grupo-alvo:** Crianças que estão a frequentar o pré-escolar, no concelho de Santa Maria da Feira.
- **Objetivo da ação:** Informar às crianças, de forma sucinta e visual, os seus direitos e os seus deveres. Perceber a dinâmica familiar destas crianças.
- **Desenvolvimento da ação:** Apresentar um powerpoint com imagens sobre os direitos e sobre os deveres. Conforme as imagens vão passando, conversar com as crianças sobre as mesmas. A ideia é as crianças exteriorizarem momentos que tenham vivido. Desta forma, também se consegue perceber a dinâmica familiar.
- **Recursos materiais:** Computador e projetor.

Ação 2: “História da Ana e da Joana”

- **Grupo-alvo:** Crianças que estão a frequentar o pré-escolar, no concelho de Santa Maria da Feira.
- **Objetivo da ação:** Consciencializar as crianças para os sinais de alerta da VD.
- **Desenvolvimento da ação:** História sobre duas irmãs que vivem numa família complexa. Viviam numa situação de VD e ninguém as ajudou. Até que uma professora tentou perceber o que se passava, interveio e disponibilizou-se a arranjar soluções possíveis para a situação. Esta história é contada através de um teatro de marionetas, transformado num vídeo.
- **Recursos materiais:** Computador e projetor.

Ação 3: “Sou crescidinho: os nossos direitos e deveres!”

- Grupo-alvo: Crianças que estão a frequentar o 1º ciclo do ensino básico, no concelho de Santa Maria da Feira.
- Objetivo da ação: Informar e explicar às crianças, de forma sucinta e visual, os seus direitos e os seus deveres. Perceber a dinâmica familiar destas crianças.
- Desenvolvimento da ação: Através de uma apresentação enumerar os direitos e os deveres. Enquanto as imagens passam, falar sobre as mesmas, dando tempo e espaço para que as crianças possam partilhar momentos que viveram. No caso das crianças com 9 e 10 anos, seria feita uma sopa de letras, com palavras simples, onde teriam de encontrar alguns direitos e deveres. Para além disso, seria apresentado um vídeo sobre os direitos e deveres das crianças. Por fim, entregar um castelo em papel, onde num lado estavam os direitos e no outro os deveres.
- Recursos materiais: Computador, projetor, papel e lápis.

Ação 4: “Vamos desmistificar os papéis de género?”

- Grupo-alvo: Crianças que estão a frequentar o 1º ciclo do ensino básico, no concelho de Santa Maria da Feira.
- Objetivo da ação: Consciencializar as crianças para o facto de que tanto as mulheres como os homens são iguais, têm as mesmas funções e os mesmos direitos e deveres.
- Desenvolvimento da ação: Palestra sobre como os papéis de género foram evoluindo e o que podemos fazer para mudar essa situação. Seria apresentado um powerpoint e visualizado um vídeo.
- Recursos materiais: Computador e projetor.

Ação 5: “VD: Quais os sinais de alerta?”

- Grupo-alvo: Crianças que estão a frequentar o 1º ciclo do ensino básico, no concelho de Santa Maria da Feira.
- Objetivo da ação: Informar as crianças dos sinais de alerta da VD.
- Desenvolvimento da ação: Palestra sobre os sinais de alerta da VD. Após apresentar os sinais, realizar o jogo do telefone. O jogo do telefone tem por base ajudar as crianças, quando presenciarem ou vivenciarem uma situação de VD, conseguirem pedir ajuda. A intenção é capacitá-los para que, em momentos de pressão consigam ligar para o 112.

Em que consiste o jogo do telefone?

1º: Pedir a participação de 1 criança;

2º: A criança tem o telefone/telemóvel e tem que escrever o número de contacto;

3º: O adulto “atende” a chamada do outro lado da linha, e faz as questões que considera pertinentes para perceber a situação e em que local é que a criança se encontra.

4º: Depois da 1ª criança experimentar o jogo, podem as outras experimentar, e até podem ser “o adulto que está em linha”.

Nota: Sempre com a intervenção e retaguarda, tanto da pessoa que está a dinamizar, como da professora presente.

- **Recursos materiais:** Computador, projetor e telefone.

Ação 6: “Vamos aprender os nossos direitos e deveres!”

- **Grupo-alvo:** Crianças que estão a frequentar o 2º ciclo do ensino básico, no concelho de Santa Maria da Feira.
- **Objetivo da ação:** Informar e explicar às crianças, de forma sucinta e visual, os seus direitos e os seus deveres. Perceber como é a dinâmica familiar destas crianças.
- **Desenvolvimento da ação:** Enumerar os direitos e os deveres. Colocam-se-questões com intuito de que possam partilhar momentos que vivenciaram. Haverá um cubo – “o cubo mágico dos direitos” – com 6 direitos fundamentais. Cada direito terá um número e uma criança dá o cubo ao colega mais próximo e pede um número. Mediante o número que sair, a criança terá que dizer qual o direito e um exemplo do seu dia a dia. Aqui fica uma pequena explanação:

Criança: direito à habitação.

Assistente Social: tens algum espaço na tua casa que gostes mais? Criança: o quarto.

Assistente Social: Porquê?

(e assim sucessivamente com os restantes direitos fundamentais)

Seria elaborada também uma sopa de letras onde teriam de encontrar alguns dos direitos e deveres. Para além disso, visualizar um vídeo sobre os direitos e deveres das crianças. Por fim, entregar um castelo em papel, onde num lado estavam os direitos e no outro os deveres.

- **Recursos materiais:** Computador, projetor, cubo, papel e lápis.

Ação 7: “Somos todos iguais!”

- **Grupo-alvo:** Crianças que estão a frequentar o 2º ciclo do ensino básico, no concelho de Santa Maria da Feira.
- **Objetivo da ação:** Consciencializar as crianças para o facto de que, tanto as mulheres como os homens são iguais, têm as mesmas funções e os mesmos direitos e deveres.
- **Desenvolvimento da ação:** Palestra sobre como os papéis de género foram evoluindo e o que podemos fazer para mudar essa situação. Seria apresentado um powerpoint e visualizado um vídeo. Para além disso, seriam colocadas questões mais práticas em que as crianças teriam que responder.
- **Recursos materiais:** Computador e projetor.

Ação 8: “Vamos aprender os sinais de alerta da VD?”

- **Grupo-alvo:** Crianças que estão a frequentar o 2º ciclo do ensino básico, no concelho de Santa Maria da Feira.
- **Objetivo da ação:** Informar as crianças dos sinais de alerta da VD.
- **Desenvolvimento da ação:** Palestra sobre os sinais de alerta da VD. Na apresentação também seriam dados os contactos necessários para quando eventualmente precisassem. Os contactos são os seguintes:
 - APAV (Linha de Apoio à Vítima): 116006;
 - CPCJ Santa Maria da Feira: 256374141;
 - GNR Santa Maria da Feira: 256377260;
 - PSP Santa Maria da Feira: 256300030;
 - Linha SMS: 3060 (mensagem gratuita e confidencial).No fim, dar um castelo em papel, com os contactos e com os sinais de alerta.
- **Recursos materiais:** Computador, projetor e papel.

Ação 9: “Vamos falar de igualdade de género?”

- **Grupo-alvo:** Jovens que estão a frequentar o 3º ciclo do ensino básico, no concelho de Santa Maria da Feira.
- **Objetivo da ação:** Consciencializar os jovens para o facto de que, tanto as mulheres como os homens são iguais, têm as mesmas funções e os mesmos direitos e deveres.
- **Desenvolvimento da ação:** Palestra sobre como os papéis de género foram evoluindo e o que podemos fazer para mudar essa situação. Seria apresentado um powerpoint e

visualizado um vídeo. Para além disso, seriam colocadas questões mais práticas, às quais os jovens teriam que responder.

- Recursos materiais: Computador e projetor.

Ação 10: “VD: Sinais de alerta e o impacto no desenvolvimento”

- Grupo-alvo: Jovens que estão a frequentar o 3º ciclo do ensino básico, no concelho de Santa Maria da Feira.
- Objetivo da ação: Informar os jovens do que é a VD; quais os sinais de alerta; qual o impacto que tem no seu desenvolvimento. Informar também das linhas de apoio.
- Desenvolvimento da ação: Palestra sobre o conceito de VD, os sinais de alerta, e o impacto no desenvolvimento das crianças e dos jovens. Na apresentação também seriam dados os contactos necessários para quando eventualmente precisassem. Os contactos são os seguintes:
 - APAV (Linha de Apoio à Vítima): 116006;
 - CPCJ Santa Maria da Feira: 256374141;
 - GNR Santa Maria da Feira: 256377260;
 - PSP Santa Maria da Feira: 256300030;
 - Linha SMS: 3060 (mensagem gratuita e confidencial).

Para além disso, seria apresentado um caso prático para reflexão entre o grupo.

No fim, dar um castelo em papel, com os contactos, com os sinais de alerta e com os impactos.

- Recursos materiais: Computador, projetor, quadro, caneta e papel.

Ação 11: “(Des)igualdade de género”

- Grupo-alvo: Jovens que estão a frequentar o ensino secundário, no concelho de Santa Maria da Feira.
- Objetivo da ação: Consciencializar os jovens para o facto de que, tanto as mulheres como os homens são iguais, têm as mesmas funções e os mesmos direitos e deveres.
- Desenvolvimento da ação: Palestra sobre como os papéis de género foram evoluindo e o que podemos fazer para mudar essa situação. Seria apresentado um powerpoint e visualizado um vídeo. Para além disso, seria colocado um conjunto de questões mais práticas, em que os jovens teriam que responder.
- Recursos materiais: Computador e projetor.

Ação 12: “VD: Sinais de alerta e o impacto no desenvolvimento e no futuro”

- **Grupo-alvo:** Jovens que estão a frequentar o secundário, no concelho de Santa Maria da Feira.
- **Objetivo da ação:** Informar os jovens do que é a VD; quais os sinais de alerta; qual o impacto que tem no seu desenvolvimento. Informar também das linhas de apoio.
- **Desenvolvimento da ação:** Palestra sobre o conceito de VD, os sinais de alerta, e o impacto no desenvolvimento das crianças e dos jovens. Na apresentação também seriam dados os contactos necessários para quando eventualmente precisassem. Os contactos são os seguintes:
 - APAV (Linha de Apoio à Vítima): 116006
 - CPCJ Santa Maria da Feira: 256374141;
 - GNR Santa Maria da Feira: 256377260;
 - PSP Santa Maria da Feira: 256300030;
 - Linha SMS: 3060 (mensagem gratuita e confidencial).Abordar a violência no namoro e falar da importância do respeito e do amor-próprio. Para além disso, seria apresentado um caso prático para reflexão entre o grupo. No fim, dar um castelo em papel, com os contactos, com os sinais de alerta e com os impactos.
- **Recursos materiais:** Computador, projetor, quadro, caneta e papel.

II Parte: Profissionais que trabalham na área de infância e juventude

Ação 1: “A criança e o jovem têm direito a.....”

- **Grupo-alvo:** Profissionais que trabalham na área de infância e juventude, no concelho de Santa Maria da Feira.
- **Objetivo da ação:** Informar os profissionais da evolução dos direitos das crianças, bem como, identificar os respetivos direitos que têm que ser salvaguardados.
- **Desenvolvimento da ação:** Abordar através de uma apresentação, a evolução dos direitos das crianças, bem como, identificar os mesmos. Realizar um *flyer* através da partilha dos profissionais e enviar no fim da apresentação, para colocarem nas salas de aulas, nos seus locais de trabalho, entre outros. Por fim, entregar um castelo em papel, com os direitos e os deveres das crianças e dos jovens.
- **Recursos materiais:** Computador, projetor e papel.

Ação 2: “(Des)igualdade de género?”

- Grupo-alvo: Profissionais que trabalham na área de infância e juventude, no concelho de Santa Maria da Feira.
- Objetivo da ação: Abordar a evolução da sociedade e a evolução que a família tem sofrido ao longo dos anos. Alertar para o facto de que, tanto as mulheres como os homens são iguais, têm as mesmas funções e os mesmos direitos e deveres.
- Desenvolvimento da ação: Palestra sobre como os papéis de género foram evoluindo e o que podemos fazer para mudar essa situação. Seria apresentado um powerpoint e visualizado um vídeo. Haveria também um espaço para debate de ideias e de opiniões.
- Recursos materiais: Computador e projetor.

Ação 3: “A VD nas crianças e nos jovens!”

- Grupo-alvo: Profissionais que trabalham na área da infância e juventude, no concelho de Santa Maria da Feira.
- Objetivo da ação: Abordar junto dos profissionais a LPCJP. Informar os profissionais sobre o conceito de VD; sobre os sinais de alerta; sobre o impacto/marcas deixadas pela vivência de VD; dos contactos em caso de VD. Abordar a violência no namoro.
- Desenvolvimento da ação: Palestra sobre a LPCJP (a autora considera que todos os profissionais deveriam ter um conhecimento simples da lei), bem como, sobre a VD; os sinais de alerta; o impacto no desenvolvimento e na relação com o outro; o que é a violência no namoro e apresentação de dados sobre a mesma. Apresentar 2 casos práticos e fazer uma discussão/reflexão sobre os mesmos.

No fim, deixar um *flyer* informativo de como se devem dirigir a crianças que tenham experienciado a VD; com os sinais de alerta; com os impactos e com os contactos. Este flyer deverá ser colocado em locais estratégicos nomeadamente, nas salas de aulas; nas salas de espera de consultórios médicos; centros de saúde; gabinetes de forças policiais e na CPCJ.

- Recursos materiais: Computador, projetor e flyers.

4.4. Avaliação

Por fim, a última etapa do projeto é a avaliação. *“A avaliação é uma gestão científica, cujo objetivo é examinar a capacidade de um agente para assumir um problema social, para satisfazer as necessidades sentidas pela população, para transformar uma determinada situação nas melhores condições possíveis; o que equivale a descobrir a produtividade de uma organização. O estudo compara o estado da realidade social de partida com o estado da realidade social após a intervenção, com o propósito de descobrir o eventual desvio entre os objetivos traçados e os resultados obtidos”* (Serrano, 2008, p. 83).

A avaliação é um passo muito importante num projeto de intervenção, mas como já foi referido anteriormente, devido às especificidades do local de estágio, não foi possível colocar nenhuma ação em prática, o que significou que esta última etapa do projeto (a avaliação) não ficou concluída.

Contudo, apesar de não ter sido aplicado considerou-se pertinente criar critérios para avaliação do mesmo, tais como:

- O projeto decorrer durante o ano letivo (ou seja ter aproximadamente, uma duração de 9 meses);
- Avaliação do grau de satisfação/insatisfação face às ações propostas. Será elaborado um breve guião, antes e depois da ação, para saber o impacto que esta teve, tanto na criança, no jovem, como nos profissionais. Os inquéritos seriam adaptados à faixa etária e ao grupo-alvo. No caso do pré-escolar, em vez de inquérito, será dado uma folha, frente e verso, e a criança escolherá entre o smile sorridente e o smile triste, e pintava o referido smile com que mais se identificasse;
- Participação dos profissionais, em 50%, após 4 meses do início do projeto;
- Participação das crianças e dos jovens, em 50%, após 4 meses do início do projeto;
- Rever os dados da CPCJ de Santa Maria da Feira, para perceber se o número dos PPP's, sinalizados com esta temática aumentavam ou diminuía, durante os 9 meses da aplicação do projeto.

Por fim, ressalva-se que com a evolução do projeto, caso se verificasse a necessidade e interesse, seria criada uma terceira parte, destinado às famílias.

Capítulo 5 – Considerações finais

Para completar este trabalho teceremos uma breve reflexão crítica, com base, nos problemas e desafios encontrados, sobre a experiência vivenciada no estágio e dúvidas que surgiram ao longo do presente relatório.

Começamos por dizer que ansiávamos por esta experiência e acima de tudo existia uma enorme curiosidade em perceber como funcionava uma CPCJ. Foi com bastante agrado que, a autora do presente relatório aceitou a proposta e o desafio de estagiar na CPCJ de Santa Maria da Feira. Toda esta vivência foi sinónimo de crescimento e desenvolvimento tanto a nível pessoal, como a nível profissional.

Uma vez que indicamos o local de estágio, é importante identificar os aspetos-chave (se assim podemos denominar) que retiramos desta experiência e que levamos para a vida: persistência, resiliência, força de vontade, respeito e a importância do trabalho em equipa. Começamos por dizer que, a palavra “persistência” está associada à situação pandémica que vivemos, e que motivou a mudança constante dos dias de estágio, originando dificuldade em programar a recolha de informação necessária para o presente relatório. Para além disso, importa destacar que, o volume de trabalho também condicionou esta recolha. Contudo, foi necessário persistir para poder concretizar os objetivos propostos. Posteriormente, as palavras “resiliência” e “força de vontade” estão associadas a toda a experiência de estágio. Ou seja, em determinados momentos a autora do presente relatório ponderou desistir, uma vez que, os seus objetivos pessoais não estavam a ser atingidos. Contudo, esforçou-se e tentou contrariar esta vontade, tentando sempre dar o seu melhor. Salvaguarda-se que, teve mais autonomia, apenas nos últimos dias de estágio, tendo nessa altura assumido outras responsabilidades (como por exemplo, realizar assinaturas de APP’s). Para além disso, o aspeto chave relacionado com o “respeito”, está intrinsecamente ligado ao facto de que, na maioria dos atendimentos em que a autora deste relatório esteve presente, o gestor de caso não pediu permissão aos jovens, bem como aos seus pais ou outros familiares que possam ter comparecido aos atendimentos, para a referida presença. Deixamos assim um alerta, para que tenham em conta, no futuro, este aspeto, uma vez que, as pessoas quando chegam à CPCJ vão partilhar momentos íntimos (e muitas vezes menos bons) da sua vida, sendo já por si só, uma situação complexa. Por sua vez, o aspeto chave relacionado com o “trabalho em equipa” está ligado ao próprio funcionamento da CPCJ. Destacamos que, a equipa era multidisciplinar, sendo este um fator determinante e que contribui de forma considerável para a tomada de decisão da medida. Salvaguardamos mais uma vez que, o gestor de caso mediante a

informação que recolhia, redigia um parecer e expressava a sua opinião, quanto ao tipo de medida a ser aplicada (caso se verificasse necessidade para tal), no entanto, tal medida tinha que ser analisada em reunião, e em conjunto, os profissionais debatiam a mesma, no intuito de perceber se era o ideal para aquela criança ou jovem, e para a sua família. Também é de salientar toda a aprendizagem adquirida para trabalhar num PPP. Importa ainda referenciar o acolhimento feito pelos profissionais da CPCJ de Santa Maria da Feira. Assim sendo, a autora do presente relatório foi muito bem recebida e acolhida pela equipa. Sempre se mostraram muito prestáveis e dispostos a ajudarem quando existiam dúvidas, solicitavam a nossa opinião; davam-nos autonomia (mais para o fim do estágio) para fazermos alguns registos no processo; entre outros aspetos. Por fim foi sem dúvida uma experiência para a vida.

Após termos apresentados os aspetos-chave retirados da experiência de estágio, consideramos pertinente abordar outro aspeto, agora mais centrado no relatório em si, passa por analisar se os objetivos iniciais que nos propusemos foram ou não, atingidos.

Assim sendo, o primeiro objetivo consistia em *“perceber em que zonas do concelho de Santa Maria da Feira, os casos de VD têm uma maior incidência”*. Podemos responder que conseguimos atingir com sucesso este objetivo, e identificamos, que no ano de 2019, as freguesias com maior incidência de PPP’s de VD eram: U.F. de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo, seguindo-se da U.F. de Canedo, Vale e Vila Maior e por fim, a freguesia de Lourosa. Salvaguarda-se que, os dados que comprovam esta afirmação encontram-se presentes no ponto 3.1. do presente relatório de estágio.

Por sua vez, o segundo objetivo elencado consistia em *“perceber como os gestores de caso da CPCJ de Santa Maria da Feira, atuam nos PPP’s de VD e como abordam as crianças e os jovens, bem como, as respetivas famílias”*. Este objetivo também foi atingido, através da análise às respostas do inquérito aos gestores de caso, e foi apresentado e analisado, no ponto 3.2. do presente relatório.

O terceiro objetivo era *“compreender a perspetiva dos gestores de caso que trabalham na CPCJ de Santa Maria da Feira sobre esta temática”*. Tal como os restantes objetivos atrás mencionados, este também foi atingido, sobretudo através das respostas que os gestores de caso deram: confirmaram não ter formação específica na área em estudo, mas consideraram pertinente para a sua atividade profissional; referiram os sentimentos que sentiam quando trabalhavam em processos desta génese; e identificaram algumas pistas/sugestões de forma a podermos prevenir a VD junto das crianças e dos jovens.

Contudo, os últimos três objetivos: *“consciencializar os técnicos/comissários desta CPCJ, bem como, os profissionais que trabalham junto de crianças e jovens, no concelho de*

Santa Maria da Feira, para o impacto da VD nesta faixa etária”; “*informar e consciencializar as crianças e os jovens para os sinais de alerta e para os fatores de risco*” e “*promover uma articulação de informação entre os diversos intervenientes (desde profissionais, às crianças e jovens, bem como, às suas famílias)*”, não foram atingidos, uma vez que, devido às especificidades do local de estágio, nomeadamente, o facto das crianças e os jovens só se deslocarem à CPCJ para atendimentos e assinatura de APP’s, e na impossibilidade de manter uma relação de proximidade com as mesmas, não foi possível aplicar o projeto de intervenção, que consistia em colmatar os objetivos aqui referidos.

Após termos apresentado os aspetos positivos e negativos do estágio, abordamos agora, as dificuldades que a autora sentiu quando desenvolveu a investigação teórica para o presente relatório. Encontrou diversos documentos (entre livros, teses e artigos científicos) na área do direito e da psicologia, relativamente à VD e qual o impacto que esta tinha nas crianças e nos jovens. Contudo, coloca-se uma questão: Qual é o papel de um assistente social neste tipo de casos? Conseguimos perceber que o direito é essencial, para legislar e para salvaguardar o superior interesse da criança, por sua vez, a psicologia é importante para lidar com o “pós” violência e tudo o que isso engloba. Mas os assistentes sociais não deveriam ser parte ativa também? A sugestão da autora, e indo ao encontro do que é o serviço social, o seu papel nesta área passaria na prevenção e na capacitação dos profissionais e das crianças e dos jovens. Acrescenta-se ainda que existe um vasto conjunto de guiões sobre a VD na área da saúde; do direito e do ensino (com questões, indicadores, para que os profissionais destas área tenham em atenção e saibam como se dirigir a uma criança ou jovem que vivencie este tipo de episódios) e mais uma vez, questionamos se não seria importante existir um para assistentes sociais? Não nos esqueçamos que os assistentes sociais na área da infância e juventude, podem trabalhar nas escolas, em centros sociais, em casas de acolhimento, nas CPCJ’s, etc. Não seria fundamental existir/criar um guião de orientação das práticas para este grupo de profissionais?

Após tudo o que foi referenciado, e indo também ao encontro dos três objetivos que não conseguimos atingir, consideramos que a prevenção é chave para a mudança. Por isso deixamos aqui um voto de que é fundamental a consciencialização desta problemática na comunidade, quer seja junto de adultos, quer seja junto de crianças e jovens. Devemos prevenir a violência o mais cedo ou em mais tenra idade possível. Assim, temos de ter mecanismos mais precoces, ou seja, modelos de socialização nas creches e nas escolas primárias.

Como foi referido anteriormente, é importante trabalhar a questão da VD o mais cedo possível, para que no futuro a mesma não afete a vida destas crianças e jovens, e que, consigam antecipadamente identificá-la e arranjar mecanismos para a sua resolução. Ainda há um longo caminho pela frente para a consciencialização da sociedade sobre esta problemática, contudo não é impossível.

No caso da autora do presente relatório, não tem ideia de mudar o mundo, mas quer trabalhar com as pessoas e fazer o melhor por elas e com elas. Quer sobretudo mudar mentalidades, paradigmas e promover uma infância saudável às nossas crianças. Quer lutar pelos indivíduos mais desfavorecidos proporcionando-lhes ferramentas para conseguirem ultrapassar os problemas/situações existentes, abrir as “grades” e mostrar-lhes o outro lado, o resto do mundo onde podem viver sem estarem confinadas às suas “gaiolas”. Quer ainda alertar os profissionais que trabalham na área da infância e juventude para o impacto que a VD tem nas crianças e nos jovens. Esperamos também conseguir trabalhar num sentido mais comunitário, trabalhar para as pessoas e com as pessoas, resolver em conjunto os problemas e arranjar as soluções mais adequadas e eficazes. Foco, perseverança, resiliência, cooperação, sinceridade, espírito de equipa, são palavras que levamos para a vida, ainda faz mais sentido agora, devido à situação que todos estamos a vivenciar. O carácter da pessoa está no seu coração e nas suas atitudes. Enquanto assistente social tentaremos dar o nosso melhor e fazer a diferença.

Findamos este relatório levantando as seguintes questões: Qual o papel do assistente social em casos de exposição à VD? Quais os aspetos a ter em conta para prevenirmos a VD? O que é que podemos fazer para mudar esta situação? Como é que mudamos paradigmas e mentalidades? Como podemos consciencializar as crianças e os jovens para o flagelo social que é a VD?

Bibliografia

- Almeida, S., Santos, M., & Rossi, T. (setembro-dezembro de 2006). Representações Sociais de Professores do Ensino Fundamental sobre Violência Intrafamiliar. 22 n°3, pp. 277-286.
- Amaro, R., Ferreira, C., Rosa, A., & Coelho, M. (2018). *Plano de Desenvolvimento Social de Santa Maria da Feira 2018-2021*. Santa Maria da Feira: Rede Social Santa Maria da Feira.
- APAV. (2011). *Manual Crianças e Jovens Vítimas de Violência Doméstica: Compreender, Intervir e Prevenir*. Lisboa: APAV. Obtido em Maio de 2020, de http://www.apav.pt/publiproj/images/yootheme/PDF/Manual_Crianças_Jovens_PT.pdf
- APAV. (2015). Folha informativa: violência contra crianças. Lisboa: APAV.
- APAV. (2020). *Estatísticas APAV: Relatório Anual 2019*. Lisboa: APAV.
- APAV. (maio de 2021). *Estatísticas APAV - Crianças e Jovens Vítimas de Crime e de Violência 2013-2018*. Lisboa: APAV. Obtido em maio de 2020, de APAV: https://apav.pt/apav_v3/images/pdf/Estatisticas_APAV_Crianças_Jovens_2013-2018.pdf
- APAV. (17 de maio de 2021). *Violência doméstica*. Obtido de APAV: <https://www.apav.pt/vd/index.php/apoio>
- APSS. (2019). *Código Deontológico dos Assistentes Sociais em Portugal*. Lisboa: Associação dos Profissionais de Serviço Social.
- Bardin, L. (1977). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Bellany, C. (2005). *Infância ameaçada*. New York: Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF).
- Berger, P. L., & Luckman, T. (2004). *A Construção Social da Realidade*. E.U.A.: Dinalivros.
- Bryman, A. (2012). *Social Research Methods* (4th ed.). Nova Iorque: Oxford University Press.
- Caparrós, M. (1992). *Manual de trabajo social (Modelos de prática profesional)*. Aguacalera.
- Cardoso, A., Marín, H., & Silva, A. (10 de outubro de 2014). Competências parentais: construção de um instrumento de avaliação. pp. 11-20.
- Carta Social*. (2016). Obtido em 01 de junho de 2021, de GEP - Gabinete de Estratégia e Planeamento: http://www.cartasocial.pt/index2.php?filtrar=hidden&foco=cb_area&cod_distrito=01&cod_concelho=09&cod_freguesia=0&cod_area=1&cod_valencia=0&dcf=0109
- Cercifeira. (2018). *Cercifeira*. Obtido em 01 de junho de 2021, de <http://www.cercifeira.pt/portal/>
- CIG, & DGE. (março de 2007). *Manual para a educação da infância - crianças expostas à violência doméstica: conhecer e qualificar as respostas na comunidade*. Obtido em maio de 2020, de Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género: https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2017/09/Manual-para-a-educa%C3%A7%C3%A3o-de-infancia_crian%C3%A7as-expostas-a-violencia-domestica.pdf
- CNPDP CJ. (2017). *Relatório de Avaliação da Atividade das CPCJ - 2016*. Lisboa: CNPDPCJ.
- CNPDP CJ. (2018). *Relatório de Avaliação da Atividade das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens - 2017*. Lisboa: CNPDPCJ.
- CNPDP CJ. (2019). *Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ - 2018*. Lisboa: CNPDPCJ. Obtido em Maio de 2020

- CNPDP CJ. (2020). *Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ - 2019*. Lisboa: CNPDP CJ.
- Constituição da República Portuguesa. (2015). 2ª. Coimbra: Almedina.
- Coutinho, C. (2013). *Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humanas: teoria e prática* (2ª ed.). Coimbra: Almedina.
- CPCJ Santa Maria da Feira. (2020). *Dados Estatísticos da CPCJ de Santa Maria da Feira 2019*. Santa Maria da Feira.
- Decreto-Lei nº253/2013. (dezembro de 2013). *V Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género (2014-2017)*. Diário da República.
- Decreto-Lei nº57/2021. (16 de agosto de 2021). *Código Penal*. Diário da República.
- Decreto-Lei nº 48/95. (15 de março de 1995). *Código Penal*. Diário da República. Obtido em 6 de maio de 2021, de Diário da República Eletrónico: https://dre.pt/web/guest/legislacao-consolidada/-/lc/107981223/201708230200/73474054/exportPdf/normal/1/cacheLevelPage?_LegislacaoConsolidada_WAR_drefrontofficeportlet_rp=diploma
- Decreto-Lei nº14/2013. (21 de janeiro de 2013). *Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção e o Combate à Violência Contra Mulheres e Violência Doméstica*. Diário da República. Obtido de Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção e o Combate à Violência Contra as Mulheres e a Violência Doméstica: <https://dre.pt/application/file/a/257077>
- Delgado, P. (2006). *Os Direitos das Crianças da Participação à Responsabilidade - o Sistema de Protecção e Educação das Crianças e Jovens* (1ª ed.). Porto: Profedições.
- Giddens, A. (2002). *Sociedade, cultura e o indivíduo*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- GNR. (17 de maio de 2021). *Violência Doméstica*. Obtido de Guarda Nacional Republicana: https://www.gnr.pt/Cons_ViolenciaDomestica.aspx
- Greenwood, E. (1965). *Métodos de Investigação Empírica em Sociologia, vol.3, nº11*. Análise Social.
- Guerra, P. (2021). *Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo (Anotada)*. Coimbra: Almedina.
- Krause, L. (2006). *Culture and system in family therapy (systemic thinking and practice series)*. London: Karnac Books.
- Lima, M. (2000). *Inquérito Sociológico - Problemas de Metodologia*. Lisboa: Editorial Presença.
- Loulé, F. (2010). *Crianças em perigo: A prática profissional dos assistentes sociais - As CPCJ's da Sub-Região do Baixo Mondego*. Coimbra: Instituto Superior Miguel Torga.
- Macedo, D., Martinho, F., Simões, H., & Oliveira, V. (2018). *CASA 2017 - Relatório de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens*. Lisboa: Instituto da Segurança Social.
- Macedo, D., Silva, P., & Banhudo, S. (2020). *CASA 2019 - Relatório de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens*. Lisboa: Instituto da Segurança Social.
- Macedo, D., Simões, H., & Oliveira, V. (2017). *CASA 2016 - Relatório de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens*. Lisboa: Instituto da Segurança Social.
- Macedo, D., Simões, H., & Oliveira, V. (2019). *CASA 2018 - Relatório de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens*. Lisboa: Instituto da Segurança Social.
- Magalhães, T. (2005). *Maus tratos em crianças e jovens*. Coimbra: Quarteto Editora.
- Maia, L. (2012). *Violência Doméstica e Crimes Sexuais - Um guia para as vítimas, familiares e amigos*. Lisboa: PACTOR.

- Manita, C., Ribeiro, C., & Peixoto, C. (2009). *Violência Doméstica: Compreender para Intervir, Guia de Boas Práticas para Profissionais de Instituições de Apoio a Vítimas*. Obtido de Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género: https://www.cig.gov.pt/siic/pdf/2014/siic-VD2_GBP_Profissionais_apoio_vitimas.pdf
- Merton, R. (1970). *Sociologia*. São Paulo: Editora Mestre Jou.
- Molina, M. (1993). *Análisis Documental: Fundamentos y Procedimientos*. Madrid: Eudema Universidad.
- Morais, A., & Neves, I. (2007). Fazer investigação usando uma abordagem metodológica mista. *20* (2).
- Prates, J., & Prates, F. (julho-dezembro de 2009). Problematizando o uso da técnica de Análise Documental. *15* (2), pp. 111-125.
- PSP. (17 de maio de 2021). *Violência Doméstica*. Obtido de Polícia de Segurança Pública: <https://www.psp.pt/Pages/atividades/programa-violencia-domestica.aspx>
- Samagaio, F. (2004). *A representação da criança nas políticas sociais: alguns contributos*. Porto: Escola Superior de Educação Paula Frassinetti.
- Sani, A. (2011). *Crianças Vítimas de Violência: Representações e Impacto do Fenómeno*. Porto: Universidade Fernando Pessoa.
- Segurança Social. (17 de maio de 2021). *Vítimas de violência doméstica*. Obtido de Segurança Social: <https://www.seg-social.pt/vitimas-de-violencia-domestica>
- Segurança Social. (s.d.). *Crianças e jovens em situação de perigo*. Obtido em 17 de maio de 2021, de Segurança Social: <https://www.seg-social.pt/criancas-e-jovens-em-situacao-de-perigo>
- Serrano, G. (2008). *Elaboração de Projetos Sociais*. Porto: Porto Editora.
- Sousa, T. (2013). *Os filhos do silêncio: Crianças e jovens expostos à violência conjugal - Um estudo de casos*. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.
- Sousa, T., & Carvalho, M. I. (2015). *Serviço Social com Famílias - Capítulo 8: Impacto da Violência Doméstica em Crianças e Jovens*. Lisboa: PACTOR.
- Tomás, C., Fernandes, N., Sani, A., & Martins, P. (julho a dezembro de 2018). A (in)visibilidade das crianças na violência doméstica em Portugal. *20* n°43, pp. 387-410.
- Unicef. (2019). *Unicef*. Obtido em 14 de janeiro de 2020, de Conveção Sobre os Direitos das Crianças.
- XXII Governo Constitucional. (2020). *Guia de Intervenção Integrada Junto de Crianças ou Jovens Vítimas de Violência Doméstica*. Lisboa: Editorial do Ministério da Educação e Ciência.

Anexos

Anexo 1. Respostas sociais na área da infância e juventude no concelho de Santa Maria da Feira

Localidade	Instituição	Resposta Social
U.F. de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo	Cercifeira	Atividades Ocupacionais ⁵⁵
	Centro Social Santa Cruz	CAT
	Centro Social e Paroquial de Sanfins	Pré-escolar, creche e CATL
	Ginásius Kids (Centro Lúdico da Feira)	CATL
	João Pé de Feijão	Pré-escolar, creche e CATL
	Associação da Academia de Música de Santa Maria da Feira	Pré-escolar e CATL
	Creche Avó Aninhas	Creche
	Centro Infantil de Santa Maria da Feira	Pré-escolar e creche
	Centro Social e Paroquial de Santa Maria da Feira	Pré-escolar e creche
	Jardim de Infância de Macieira	Pré-escolar
	Externato Infantil e Primário “Paraíso dos Pequeninós”	Pré-escolar
	Jardim de Infância de Gândara	Pré-escolar
	Jardim de Infância/EB1 de Espargo	Pré-escolar
	EB N°2 Santa Maria da Feira	Pré-escolar
	EB1 Aldeia	Pré-escolar
	Jardim de Infância/EB1 de Mieiro	Pré-escolar
	Jardim de Infância de Outeiro	Pré-escolar
	Jardim de Infância/EB1 de Milheirós	Pré-escolar
	Jardim de Infância da Cruz	Pré-escolar
U.F. de Caldas de São Jorge e Pigeiros	Centro Social e Paroquial de São Jorge	Creche e CATL
	Jardim de Infância de Bajouca	Pré-escolar

⁵⁵A Cercifeira tem como público-alvo pessoas com 16 anos e/ou mais (Cercifeira, 2018).

U.F. de Canedo, Vale e Vila Maior	O Jardim – Centro de Solidariedade Social de Canedo	Pré-escolar, creche e CATL
	EB1 de Póvoa	Pré-escolar
	EB1 Canedo	Pré-escolar
	EB1 Cavaco	Pré-escolar
	Jardim de Infância de Igreja	Pré-escolar
U.F. de Lobão, Gião, Louredo e Guisande	Obra de Frei Gil	LIJ e CAFAP
	Centro Social de Gião	Creche
	Centro Social de São Tiago de Lobão	Pré-escolar e creche
	Jardim de Infância do Candal	Pré-escolar
	Centro Escolar de Lobão	Pré-escolar
	Jardim de Infância de Fornos	Pré-escolar
	Centro Escolar de Louredo	Pré-escolar
	Jardim de Infância de Gião	Pré-escolar
U.F. de São Miguel do Souto e Mosteirô	Centro Social de Souto	Creche e CATL
	Centro Paroquial de Santo André de Mosteirô	Creche e CATL
	Sonho da Criança (Cercifeira)	Creche e CATL
	Jardim de Infância de Tarei	Pré-escolar
	Jardim de Infância/EB1 de Mosteirô	Pré-escolar
	Jardim de Infância N°1 do Padrão	Pré-escolar
	Jardim de Infância/EB1 de Valrico	Pré-escolar
Argoncilhe	Centro Social e Paroquial de Argoncilhe	Pré-escolar e creche
	Jardim de Infância de Ordonhe	Pré-escolar
	Jardim de Infância de São Domingos	Pré-escolar
	Jardim de Infância de Aldriz	Pré-escolar
	Jardim de Infância/EB1 do Carvalhal	Pré-escolar
Arrifana	Centro Social e Paroquial de Arrifana	Pré-escolar e creche
	Jardim de Infância/EB1 do Bairro	Pré-escolar
	Jardim de Infância de Fontainhas	Pré-escolar
	Jardim de Infância de Manhouce	Pré-escolar

Escapães	Associação do Centro Social de Escapães	Pré-escolar, creche e CATL
	Jardim de Infância/EB1 de Santo António	Pré-escolar
Fiães	Centro Social de Santa Maria de Fiães	Pré-escolar, creche e CATL
	Centro Social Padre José Coelho	Creche
	Jardim de Infância de Chão do Rio	Pré-escolar
	Jardim de Infância de Arcozelo	Pré-escolar
	EB1 N°2 Vendas Novas	Pré-escolar
	Jardim de Infância/EB1 de Avenida	Pré-escolar
	Jardim de Infância de Igreja	Pré-escolar
Fornos	Jardim de Infância/EB1 de Fornos	Pré-escolar
Lourosa	Centro Social de Lourosa	Creche
	Centro Infantil de Lourosa	Pré-escolar e creche
	Jardim de Infância/EB1 Dr. Sérgio Ribeiro	Pré-escolar
	Jardim de Infância/ EB1 de Casalmeão	Pré-escolar
	Jardim de Infância/EB1 de Aldeia Nova	Pré-escolar
Milheirós de Poiares	Centro Social Dr. Crispim Teixeira Borges Castro	Pré-escolar, creche e CATL
	Jardim de Infância de Pereiro	Pré-escolar
Mozelos	Centro Comunitário Espaço Aberto	CATL
	Centro de Apoio Social de Mozelos	Pré-escolar, creche e CATL
	Jardim de Infância/EB1 de Sobral	Pré-escolar
	Jardim de Infância/EB1 de Prime	Pré-escolar
Nogueira da Regedoura	Centro Social São Cristóvão	Pré-escolar e creche
	Jardim de Infância/EB1 do Souto	Pré-escolar
	Jardim de Infância/EB1 de Pousadela	Pré-escolar
Paços de Brandão	Centro Social de Paços de Brandão	Pré-escolar, creche e 2 CATL's
	Jardim de Infância da Portela	Pré-escolar
	EB1 da Igreja	Pré-escolar

Rio Meão	MACUR - Movimento de Assistência à Cultura, Urbanismo e Recreio	Pré-escolar, creche e CATL
	EB1 de Outeiro	Pré-escolar
	EB1 de Santo António	Pré-escolar
Romariz	Centro Social e Paroquial de Romariz	Pré-escolar, creche, CATL e Atividades Socioeducativas
	Jardim de Infância de Goim	Pré-escolar
Sanguedo	Centro de Assistência Social à 3ª Idade e Infância	Pré-escolar, creche e CATL
	Creche “Arco Íris”	Creche
	Jardim de Infância N°1 de Igreja	Pré-escolar
Santa Maria de Lamas	Associação de Bem-Estar de Santa Maria de Lamas	Pré-escolar, creche e CATL
	EB1 N°3 de Santa Maria de Lamas	Pré-escolar
São João de Ver	O Abrigo – Centro de Solidariedade Social de S. João de Ver	Creche
	Patronato Amor de Deus	Pré-escolar e creche
	Jardim de Infância/EB1 de Fonte Seca	Pré-escolar
	EB1 de São João de Ver	Pré-escolar
	EB1 de Souto Redondo	Pré-escolar
São Paio de Oleiros	Movimento de Apoio Social a São Paio de Oleiros	Pré-escolar, creche e CATL
	Casa Nossa Senhora do Sameiro	Pré-escolar, creche e CATL
	Jardim de Infância da Lapa	Pré-escolar
	Jardim de Infância da Quebrada	Pré-escolar

Fonte: (Carta Social, 2016)

Anexo 3. Declaração de não oposição



Artigo 4.º

Princípios orientadores da intervenção

A intervenção para a promoção dos direitos e protecção da criança e do jovem em perigo obedece aos seguintes princípios:

- Interesse superior da criança e do jovem** - a intervenção deve atender prioritariamente aos interesses e direitos da criança e do jovem, nomeadamente a continuidade de relações de afecto de qualidade e significativas, sem prejuízo da consideração que for devida a outros interesses legítimos no âmbito da pluralidade dos interesses presentes no caso concreto;
- Privacidade** - a promoção dos direitos e protecção da criança e do jovem deve ser efetuada no respeito pela intimidade, direito à imagem e reserva da sua vida privada;
- Intervenção precoce** - a intervenção deve ser efetuada logo que a situação de perigo seja conhecida;
- Intervenção mínima** - a intervenção deve ser exercida exclusivamente pelas entidades e instituições cuja ação seja indispensável à efetiva promoção dos direitos e à protecção da criança e do jovem em perigo;
- Proporcionalidade e atualidade** - a intervenção deve ser a necessária e a adequada à situação de perigo em que a criança ou o jovem se encontram no momento em que a decisão é tomada e só pode intervir na sua vida e na da sua família na medida do que for estritamente necessário a essa finalidade;
- Responsabilidade parental** - a intervenção deve ser efetuada de modo que os pais assumam os seus deveres para com a criança e o jovem;
- Primado da continuidade das relações psicológicas profundas** - a intervenção deve respeitar o direito da criança à preservação das relações afetivas estruturantes de grande significado e de referência para o seu saudável e harmónico desenvolvimento, devendo prevalecer as medidas que garantam a continuidade de uma vinculação **securitativa**;
- Prevalência da família** - na promoção dos direitos e na protecção da criança e do jovem deve ser dada prevalência às medidas que os integrem em família, quer na sua família biológica, quer promovendo a sua adoção ou outra forma de integração familiar estável;
- Obrigatoriedade da informação** - a criança e o jovem, os pais, o representante legal ou a pessoa que tenha a sua guarda de facto têm direito a ser informados dos seus direitos, dos motivos que determinaram a intervenção e da forma como esta se processa;
- Audição obrigatória e participação** - a criança e o jovem, em separado ou na companhia dos pais ou de pessoa por si escolhida, bem como os pais, representante legal ou pessoa que tenha a sua guarda de facto, têm direito a ser ouvidos e a participar nos atos e na definição da medida de promoção dos direitos e de protecção;
- Subsidiariedade** - a intervenção deve ser efetuada sucessivamente pelas entidades com competência em matéria de infância e juventude, pelas comissões de protecção de crianças e jovens e, em última instância, pelos tribunais.



Declaração de não oposição

«Nome da criança»....., portadora do CC/E Autorização de residência/Passaporte n.º....., emitido pelo arquivo de..... a favor de quem foi instaurado o processo de promoção e protecção n.º....., que como termos na Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Santa Maria da Feira, toma conhecimento de que:

- A Comissão de Protecção de Crianças e Jovens (CPCJ) é uma instituição oficial não judiciária com autonomia funcional que visa promover os direitos e proteger as crianças e jovens, sempre no respeito pelos princípios orientadores da intervenção constantes no artigo 4.º da Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo (LPCJP) (ver vício da presente RNH);
- A CPCJ tem legitimidade para intervir com o consentimento expresso e prestado por escrito dos pais, ou do representante legal ou da pessoa que tenha a guarda de facto e com a não oposição da criança com idade superior a 12 anos ou com idade inferior, desde que esta tenha capacidade suficiente para compreender o sentido da intervenção;
- A intervenção da CPCJ implica uma avaliação da situação da criança e da sua família que compreenderá, designadamente, entrevistas efetuadas à criança ou jovem, pais, outros familiares, bem como visitas domiciliárias e/ou reuniões com serviços e entidades da comunidade (escola, centro de saúde, entre outros);
- Da avaliação referida no ponto anterior poderá resultar a necessidade de aplicação de uma medida de promoção e protecção, prevista no artigo 35.º da LPCJP (apelo junto dos pais, apoio junto de outro familiar, colocação a pessoa idónea, apoio para autonomia de vida, acolhimento familiar ou acolhimento residencial), cuja concretização implica a assinatura de um acordo de promoção e protecção;
- Não sendo prestado ou sendo retirado o consentimento, ou quando o acordo de promoção e protecção seja reiteradamente não cumprido, ou ocorra incumprimento, de que resulte situação de grave perigo para a criança ou jovem, ou mesmo quando não seja obtido acordo, haverá lugar a intervenção judicial, remetendo a CPCJ o processo ao Ministério Público;
- Os pais, representante legal ou pessoa que tenha a guarda de facto, têm o direito de se fazer acompanhar por advogado, assim como, solicitar a intervenção judicial, caso a CPCJ não tome uma decisão decorridos 6 meses a contar da data da abertura do processo;
- O processo de promoção e protecção tem carácter reservado, podendo ser consultado, pessoalmente ou através de advogado, pelos pais, o representante legal e as pessoas que detenham a guarda de facto;
- Todos os dados pessoais constantes no processo serão tratados no respeito pela legislação aplicável. No caso de verificação de alguma desconformidade nesse tratamento poderá ser contactado o encarregado de protecção de dados através do endereço eletrónico apo.cpcj@cnpdpcj.pt ou participar à Comissão Nacional de Protecção de Dados através dos formulários disponíveis no site www.cnpdpcj.gov.pt;
- Qualquer dúvida referente ao processo e à intervenção protetiva deverá ser esclarecida junto do(a) gestor(a) do processo ou do(a) presidente da CPCJ.

Faço ao exposto, e nos termos do artigo 10.º da Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo, aprovada pela Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, na redação atualmente em vigor, declarar não me opor à intervenção da CPCJ de Santa Maria da Feira.

Santa Maria da Feira, 6 de novembro de 2020

Anexo 4. Relatório social

Relatório Social

Técnicos:

Data:

Identificação da Criança

Nome:

CPCJ de Santa Maria da Feira

Fontes e Metodologia

Informações recolhidas através de:

- ✓ Clique aqui para introduzir texto.

Estavam presentes:

- ✓ Clique aqui para introduzir texto.
- ✓ Clique aqui para introduzir texto.
- ✓ Clique aqui para introduzir texto.

1. Dados pessoais da criança

Nome:

Sexo: Escolha um item.

Data Nascimento: Clique aqui para introduzir uma data.

2. Situação Sócio Familiar

Composição do agregado familiar:

Nome	Idade	Estado Civil	Parentesco	Profissão

Morada: Clique aqui para introduzir texto.

Código Postal: Clique aqui para introduzir texto.

Localidade: Clique aqui para introduzir texto.

Contacto:

✓ **Situação Socioeconómica do agregado familiar**

✎ **Situação Habitacional**

Clique aqui para introduzir texto.

✎ **Situação Económica**

Clique aqui para introduzir texto.

✓ **Situação de Saúde do agregado familiar**

Clique aqui para introduzir texto.

✓ **Situação Familiar / Dinâmica familiar**

Clique aqui para introduzir texto.

4. Síntese / Parecer

Clique aqui para introduzir texto.

Santa Maria da Feira, Clique aqui para introduzir uma data.

O/A Técnico/a da CPCJ

Anexo 5. Acordo de promoção e proteção



Acordo de Promoção e Proteção (cf. Art.º 55º-57º da lei 147/99 de 1 de setembro)

Proc. nº _____

Data: _____

PRESENTES: (é obrigatório a presença dos pais, titulares do poder paternal dos menores)

Mãe:

Pai:

Jovem:

Gestor de caso:

CONSENTIMENTO(S):

NÃO OPOSIÇÃO:

Em reunião da comissão restrita de, foi deliberado por unanimidade, aplicar a medida de promoção e proteção de:

Escolha um item.

Membro da CPCJ responsável pelo acompanhamento:

Duração da medida: meses

Data de revisão:

DESCRIÇÃO DO ACORDO DE PROMOÇÃO E PROTEÇÃO:

Ações a Desenvolver	Por Quem	Prazo
1. Assegurar os cuidados necessários aos níveis da saúde, educação, higiene, alimentação e vestuário, zelando pela segurança e conforto da criança/jovem.	Pais	meses
2. Escolher ação a desenvolver.	Pais	
3. Escolher ação a desenvolver.	Pais	
4. Escolher ação a desenvolver.	Pais	
5. Escolher ação a desenvolver.	Pais	
6. Escolher ação a desenvolver.	Pais	
7. Escolher ação a desenvolver.	Pais	
8.	Pais	
9. Informar esta CPCJ da evolução da situação familiar ou de eventuais alterações de residência, telefone, documentais ou outras relevantes para a sua identificação ou contacto.	Pais Jovem CPCJ	
10. Compromete-se a acompanhar o percurso da criança/jovem e de todos os intervenientes no acordo de promoção e proteção, proporcionando apoio e orientação sempre que necessário.	CPCJ	
11. O incumprimento do presente APP implica o envio do processo de promoção e proteção ao Ministério Público para intervenção judicial.	Pais Jovem	

A mãe:

O pai:

O Jovem:

Coordenador(a) de caso:

Presidente da CPCJ:

Santa Maria da Feira,

Anexo 6. Autodiagnóstico da CPCJ de Santa Maria da Feira



CPCJ
SANTA MARIA DA FEIRA
COMISSÃO DE PROTECÇÃO
DE CRIANÇAS E JOVENS



Autodiagnóstico – CPCJ de Santa Maria da Feira

Dezembro de 2020

Índice:

Índice de Tabelas	4
Introdução	6
Dados da Presidência	8
Dados da Modalidade Restrita	9
Princípios orientadores da intervenção (artigo 4º da Lei 147/99)	9
Outros princípios fundamentais de direitos da criança	10
Sobre a liderança	10
Planeamento e avaliação	11
Eficácia das intervenções junto das crianças e jovens em risco/perigo	12
Desenvolvimento e capacitação dos membros	13
Recursos humanos e logísticos	14
Dados da Modalidade Alargada	15
Clareza da missão, visão e princípios orientadores para a intervenção da CPCJ	15
Composição e estrutura da CPCJ	16
Funcionamento da CPCJ	16
Sobre a liderança	17
Dados Complementares	18
Clareza da missão, visão e princípios orientadores para a intervenção da CPCJ	18
Princípios orientadores da intervenção (artigo 4º da Lei 147/99)	19
Outros princípios fundamentais de direitos da criança	19
Funcionamento da CPCJ	20
Planeamento e avaliação	21
Eficácia das intervenções junto das crianças e jovens em risco/perigo	22
Divulgação e participação de intervenientes-chave na promoção e proteção dos direitos das crianças e jovens	23
Desenvolvimento e capacitação dos membros	24
Identificação, valorização e concertação em rede	24
Recursos humanos e logísticos	25
Análise SWOT	27
Análise e discussão dos resultados	29
Anexos	31
Anexo 1: Dados da Presidência	31
Anexo 2: Dados da Modalidade Restrita	32
Anexo 3: Dados da Modalidade Alargada	35
Anexo 4: Dados Complementares do Autodiagnóstico	37

Índice de Tabelas:

Tabela 1: Resultados globais do inquérito da presidência.....	8
Tabela 2: Dados da Modalidade Restrita (Princípios orientadores da intervenção (artigo 4º da Lei 147/99)).....	9
Tabela 3: Dados da Modalidade Restrita (Outros princípios fundamentais de direitos da criança).....	10
Tabela 4: Dados da Modalidade Restrita (Sobre a liderança).....	11
Tabela 5: Dados da Modalidade Restrita (Planeamento e avaliação).....	12
Tabela 6: Dados da Modalidade Restrita (Eficácia das intervenções junto das crianças e jovens em risco/perigo).....	13
Tabela 7: Dados da Modalidade Restrita (Desenvolvimento e capacitação dos membros).....	14
Tabela 8: Dados da Modalidade Restrita (Recursos humanos e logísticos)	14
Tabela 9: Dados da Modalidade Alargada (Clareza da missão, visão e princípios orientadores para a intervenção da CPCJ).....	15
Tabela 10: Dados da Modalidade Alargada (Composição e estrutura da CPCJ).....	16
Tabela 11: Dados da Modalidade Alargada (Funcionamento da CPCJ).....	17
Tabela 12: Dados da Modalidade Alargada (Sobre a liderança).....	18
Tabela 13: Dados Complementares do Autodiagnóstico (Outros princípios fundamentais dos direitos da criança).....	20
Tabela 14: Dados Complementares (Funcionamento da CPCJ)	21
Tabela 15: Dados Complementares (Planeamento e avaliação).....	22
Tabela 16: Dados Complementares (Eficácia das intervenções junto das crianças e jovens em risco/perigo)	23
Tabela 17: Dados Complementares (Divulgação e participação de interveniente-chave na promoção e proteção dos direitos das crianças e jovens).....	23
Tabela 18: Dados Complementares (Desenvolvimento e capacitação dos membros).....	24
Tabela 19: Dados Complementares (Identificação, valorização e concertação em rede).....	25
Tabela 20: Dados Complementares (Recursos humanos e logísticos)	26
Tabela 21: Análise SWOT.....	27

Introdução

O autodiagnóstico pretende auxiliar a intervenção da CPCJ contribuindo para a melhoria da sua ação, através de um processo de recolha, sistematização, análise e reflexão do seu funcionamento.

Este documento ambiciona proporcionar uma mais-valia, partindo de setores/áreas onde se manifestam necessidades que carecem de soluções, bem como, identificar e potenciar o papel da CPCJ na comunidade em que se insere. Assim, o autodiagnóstico assume-se como um instrumento crítico proporcionando uma visão holística do funcionamento da CPCJ de Santa Maria da Feira, identificando as potencialidades e forças que devem ser mantidas, assim como, os aspetos negativos que devem ser melhorados.

Relativamente à metodologia, utilizou-se uma abordagem quantitativa (inquéritos) e uma abordagem qualitativa (análise SWOT).

No que concerne aos inquéritos, estes foram aplicados à Presidência, à Modalidade Restrita e à Modalidade Alargada. O inquérito da Presidência é composto por 3 grandes dimensões: Clareza da missão, visão e princípios orientadores para a intervenção da CPCJ; Princípios orientadores da intervenção (artigo 4º da Lei 147/99); e Sobre a liderança, num total de 22 questões e numa escala de 6 itens: 1) *Discordo completamente ou afirmação completamente falsa*; 2) *Discordo*; 3) *Concordo* e 4) *Concordo inteiramente ou afirmação totalmente correta*; incluindo ainda as opções de *Não sei* e *Não se aplica*.

O inquérito da Modalidade Restrita é composto por 7 dimensões: Princípios orientadores da intervenção (artigo 4º da Lei 147/99); Outros princípios fundamentais de direitos da criança; Sobre a liderança; Planeamento e avaliação; Eficácia das intervenções junto das crianças e jovens em risco/perigo; Desenvolvimento e capacitação dos membros; Recursos humanos e logísticos, num total de 89 questões e com a mesma escala apresentada no parágrafo anterior.

Por sua vez, o inquérito da Modalidade Alargada é composto por 4 dimensões: Clareza da missão, visão e princípios orientadores para a intervenção da CPCJ; Composição e estrutura da CPCJ; Funcionamento da CPCJ; e Sobre a liderança, num total de 34 itens com a mesma escala.

O inquérito intitulado de autodiagnóstico é composto por 10 itens: Clareza da missão, visão e princípios orientadores para a intervenção da CPCJ; Princípios orientadores da intervenção (artigo 4º da Lei 147/99); Outros princípios fundamentais de direitos da criança; Funcionamento da CPCJ; Planeamento e avaliação; Eficácia das intervenções junto das crianças e jovens em risco/perigo; Divulgação e participação de intervenientes-chave na promoção e proteção dos direitos das crianças e jovens; Desenvolvimento e capacitação dos membros; Identificação, valorização e concertação em rede e, por fim, Recursos humanos e logísticos. Num total de 94 questões com a mesma escala expressa no início deste texto.

Por último, a análise SWOT permitiu-nos identificar, a nível interno, as *forças* e as *fraquezas*, e no ambiente externo, reconhecer as *oportunidades* e as *ameaças*.

Dados da Presidência

Da análise dos dados do inquérito da Presidência⁵⁶, constata-se que a opinião é significativamente favorável em todos os itens, à exceção de três alíneas (mais concretamente, a 3.13) e 3.16), em que a resposta foi *Não se aplica* e a questão 3.14) em que a resposta é *Discordo*), como é possível verificar na tabela 1.

É de realçar que relativamente à primeira dimensão – clareza da missão, visão e princípios orientadores para a intervenção da CPCJ –, a presidente identifica-se totalmente com a missão e os valores e partilha-o com os restantes membros.

No que se refere à dimensão que aborda a liderança, verifica-se uma aprovação plena nos itens apresentados neste grande grupo, uma vez que, a presidente aplicou uma valoração de *Concordo inteiramente* das alíneas 3.1) até à 3.12) inclusivamente. Importa referir que nesta dimensão, relativamente à avaliação de desempenho dos técnicos, a resposta apurada foi *Não se aplica*, bem como, na alínea da avaliação da presidência pelos membros da CPCJ.

O único item do inquérito com discordância é relativo à delegação de tarefas/funções noutros elementos da CPCJ.

Tabela 1: Resultados globais do inquérito da presidência

Legenda: 1 – Discordo completamente ou afirmação completamente falsa; 2 – Discordo; 3 – Concordo; 4 – Concordo inteiramente ou afirmação totalmente correta; NA – Não se aplica; NS – Não sei

Dimensão Item	4	3	2	1	NA	NS
1) Clareza da missão, visão e princípios orientadores para a intervenção da CPCJ						
1.1) Identifico-me com a missão e a visão da CPCJ	100%	-	-	-	-	-
1.2) Dissemino a missão e visão da CPCJ por todos os novos membros a quando da sua entrada	100%	-	-	-	-	-
2) Princípios orientadores da intervenção (artigo 4º da Lei 147/99)						
3) Sobre a liderança						
3.13) Sou avaliada pelos membros da CPCJ	-	-	-	-	100%	-
3.14) Delego grande parte das minhas funções noutro elemento da CPCJ	-	-	100%	-	-	-
3.15) Supervisiono ativamente o trabalho dos profissionais apoiando-os onde sentem mais dificuldade e criando estratégias de trabalho efetivas para a equipa	-	100%	-	-	-	-
3.16) Discuto a avaliação individual com cada técnico	-	-	-	-	100%	-

⁵⁶ A tabela com os dados relativos ao inquérito da Presidência encontra-se presente no anexo 1.

Dados da Modalidade Restrita

Do inquérito aplicado aos 7 elementos que compõem a modalidade restrita⁵⁷, apura-se um resultado positivo, uma vez que, a maior parte das 89 questões mereceu respostas positivas (*Concordo e Concordo inteiramente*).

Este inquérito conta com sete grandes dimensões de análise, que irão ser abordadas com mais detalhe ao longo deste autodiagnóstico.

Princípios orientadores da intervenção (artigo 4º da Lei 147/99):

Na primeira dimensão apresentada – princípios orientadores da intervenção (artigo 4º da Lei 147/99) – os resultados são bastantes positivos, (como se pode verificar na tabela 2) variando entre a pontuação 3 e 4 em 14 alíneas.

As exceções correspondem a 2 respostas de pontuação 2 (alínea 1.8) e 1.9)) e a uma resposta *Não se aplica* na alínea 1.12). As respostas discordantes foram resultado da apreciação de um elemento, que assumiu que discorda da informação da tomada de decisão, a todas as crianças/jovens, quer oralmente, quer por via escrita. Registe-se também que, um elemento considera que *Não se aplica* uma participação ativa por parte das crianças/jovens, no processo de tomada de decisão. Por outro lado, é de salientar que os gestores de casos têm conhecimento dos direitos das crianças e os princípios orientadores da intervenção da LPCJP. Realça-se que todos os técnicos informam “os pais e representantes legais sobre os direitos e motivos que determinam a intervenção e a forma como esta se processa” (alínea 1.16)).

Tabela 2: Dados da Modalidade Restrita (Princípios orientadores da intervenção (artigo 4º da Lei 147/99))

Legenda: 1 – Discordo completamente ou afirmação completamente falsa; 2 – Discordo; 3 – Concordo; 4 – Concordo inteiramente ou afirmação totalmente correta; NA – Não se aplica; NS – Não sei

Dimensão Item	4	3	2	1	NA	NS
1) Princípios orientadores da intervenção (artigo 4º da Lei 147/99)						
1.1. Recebi informação escrita sobre os princípios orientadores da intervenção da CPCJ quando me juntei à equipa	100%	-	-	-	-	-
1.8) Informo todas as crianças/jovens oralmente sobre como decorrerá o processo de tomada de decisão	57,1%	28,6%	14,3%	-	-	-

⁵⁷ Os dados relativos ao inquérito da Modalidade Restrita encontram-se presentes no Anexo 2.

1.9) Dou informação por escrito a todas as crianças/jovens sobre como decorrerá o processo de tomada de decisão	71,4%	14,3%	14,3%	-	-	-
1.12) As crianças/jovens participam ativamente no processo de tomada de decisão. Quando a decisão final é contrária ao desejo da criança/jovem, explico-lhes o porquê da tomada de decisão e não aquela que a criança/jovem preferia	42,9%	42,9%	-	-	14,3%	-
1.16) Informo todos os pais/mães ou representantes legais oralmente sobre os seus direitos, os motivos que determinam a intervenção e a forma como esta se processa	100%	-	-	-	-	-

Outros princípios fundamentais de direitos da criança:

Relativamente ao segundo grande grupo – outros princípios fundamentais de direitos da criança – obtiveram-se resultados bastante positivos, já que no total de oito alíneas, sete obtiveram pontuação entre 3 e 4, e apenas uma alínea (mais concretamente a 2.3)) teve um elemento que discordou, atribuindo a pontuação 2. Esta exceção é referente à pergunta sobre a localização e horário de funcionamento desta CPCJ, e a sua adequação às necessidades das crianças/jovens em idades escolares. Estes dados aqui analisados encontram-se presentes na tabela 3.

Evidencia-se que, a totalidade dos técnicos têm em consideração e atenção o superior interesse da criança, nomeadamente, no que se refere à informação sobre os seus direitos e privacidade, assumindo uma atitude inclusiva e tendo sempre em conta a salvaguarda da promoção do bem-estar das crianças/jovens.

Tabela 3: Dados da Modalidade Restrita (Outros princípios fundamentais de direitos da criança)

Legenda: 1 – Discordo completamente ou afirmação completamente falsa; 2 – Discordo; 3 –Concordo; 4 – Concordo inteiramente ou afirmação totalmente correta; NA – Não se aplica; NS – Não sei

Dimensão Item	4	3	2	1	NA	NS
2) Outros princípios fundamentais de direitos da criança						
2.1) Todos os contactos e comunicações com crianças/jovens são feitos, no respeito pela sua privacidade e dignidade	71,4%	28,6%	-	-	-	-
2.3) Considero que a localização e horário de funcionamento da CPCJ são adequados às necessidades das crianças/jovens em idade escolar que necessitem de acesso aos seus serviços/atendimento	-	85,7%	14,3%	-	-	-
2.5) No relacionamento direto com as crianças/jovens, tenho uma atitude inclusiva, independentemente do contexto de proveniência da criança, nacionalidade, orientação e sexual ou outro estatuto	85,7%	14,3%	-	-	-	-

Sobre a liderança:

Na dimensão que aborda a liderança, as respostas foram excepcionalmente positivas, já que em 18 questões, 13 obtiveram a pontuação máxima (*Concordo inteiramente*) por parte da totalidade dos elementos que compõe a modalidade restrita. Destaca-se o comprometimento da presidente com a missão da CPCJ, bem como, “*apresenta formação adequada, conhecimentos sobre a temática e competências pessoais e de chefia*”.

Por outro lado, regista-se a resposta *Não se aplica* nas alíneas 3.13) e 3.16), referente à avaliação da presidente pelos membros da CPCJ e à discussão da avaliação individual com cada técnico. Acrescenta-se ainda que, a maioria dos técnicos (aproximadamente 85,7%) respondeu *Discorda* ou acha que *Não se aplica* a delegação das funções da presidente noutro elemento da CPCJ.

Tabela 4: Dados da Modalidade Restrita (Sobre a liderança)

Legenda: 1 – Discordo completamente ou afirmação completamente falsa; 2 – Discordo; 3 – Concordo; 4 – Concordo inteiramente ou afirmação totalmente correta; NA – Não se aplica; NS – Não sei

Dimensão Item	4	3	2	1	NA	NS
3) Sobre a liderança						
3.1) Reconheço a presidente como alguém comprometido com a missão da CPCJ	100%	-	-	-	-	-
3.8) Considero que a Presidente possui competências e negociação, resolução de conflitos e problemas, prestando atenção às preocupações, necessidades e contributos individuais dos diferentes membros	100%	-	-	-	-	-
3.9) Considero que a Presidente promove uma participação efetiva dos parceiros e das famílias/crianças/jovens, de forma que a mesma seja eficaz e eficiente	100%	-	-	-	-	-
3.13) Sei que a Presidente é avaliada pelos membros da CPCJ	42,9%	28,6%	14,3%	-	14,3%	-
3.14) Sei que a Presidente delega grande parte das suas funções noutro elemento da CPCJ	-	14,3%	28,6%	42,9%	14,3%	-
3.16) A Presidente discute a avaliação individual com cada técnico	57,1%	28,6%	-	-	14,3%	-

Planeamento e avaliação:

Relativamente à quarta dimensão – planeamento e avaliação – os resultados são díspares. Se por um lado, os elementos da modalidade restrita têm conhecimento do plano atual de atividades, incluindo os objetivos, indicadores de progresso e monitorização anual e semestral. Por outro lado, a maioria dos técnicos (aproximadamente 85,7%) consideram que o plano de ação local para a infância e

juventude *Não se aplica* no âmbito desta CPCJ. Não tendo assim conhecimento, dos objetivos, metas, indicadores de progresso e avaliação deste último plano.

Tabela 5: Dados da Modalidade Restrita (Planeamento e avaliação)

Legenda: 1 – Discordo completamente ou afirmação completamente falsa; 2 – Discordo; 3 – Concordo; 4 – Concordo inteiramente ou afirmação totalmente correta; NA – Não se aplica; NS – Não sei

Dimensão Item	4	3	2	1	NA	NS
4) Planeamento e avaliação						
4.1) Enquanto profissional que lido diretamente com crianças/jovens sou avaliado, tendo em conta as minhas competências e desempenho	28,6%	71,4%	-	-	-	-
4.2) Conheço os planos anuais de atividades da CPCJ	85,7%	14,3%	-	-	-	-
4.5) Sei que o plano anual de atividades é monitorizado semestralmente	100%	-	-	-	-	-
4.6) Sei que o plano anual de atividades é avaliado anualmente	100%	-	-	-	-	-
4.7) Sei que o plano anual de atividades inclui a recolha formal da perspectiva das entidades da comunidade	42,9%	42,9%	-	-	14,3%	-
4.8) Sei que a avaliação do plano anual de atividades inclui a recolha formal da perspectiva das famílias, bem como das crianças/jovens	28,6%	14,3%	42,9%	-	14,3%	-
4.11) Sei que a CPCJ tem um plano de ação local para a infância e juventude, visando a promoção, defesa e concretização dos direitos das crianças/jovens	-	14,3%	-	-	85,7%	-
4.12) Conheço as metas, objetivos e indicadores de progresso e avaliação que o plano de ação local para a infância e juventude inclui	-	14,3%	-	-	85,7%	-
4.13) Sei que o plano de ação local para a infância e juventude é avaliado	14,3%	-	-	-	85,7%	-
4.14) Sei que a avaliação do plano de ação local para a infância e juventude inclui a recolha formal da perspectiva das entidades da comunidade	-	14,3%	-	-	85,7%	-
4.15) Sei que a avaliação do plano de ação local para a infância e juventude inclui a recolha formal da perspectiva das famílias, bem como das crianças/jovens	-	14,3%	-	-	85,7%	-
4.16) Sei que o trabalho de planeamento e avaliação é liderado por membros especializados/formados para esse propósito,	14,3%	-	-	-	71,4%	14,3%

Eficácia das intervenções junto das crianças e jovens em risco/perigo:

Posteriormente, relativamente ao grande grupo cinco – eficácia das intervenções junto das crianças e jovens em risco/perigo – a pontuação é também bastante positiva. Com exceção da alínea 5.2), em que a maioria dos técnicos (aproximadamente 57,1%) respondeu *Discorda* que “*todos os processos em que trabalha é garantida a não-revitimação das crianças/jovens*”.

Para além disso, é também de assinalar que um dos elementos *Discorda* relativamente à existência de colaboração com a rede de apoio às crianças (alínea 5.10).

Acrescenta-se ainda, que apesar da maioria dos elementos (aproximadamente 71,4%) ter “*consciência de que os serviços locais têm a qualidade necessária para apoiar efetivamente cada criança/jovem com uma medida de promoção/proteção*”, um deles *Discorda* e outro não tem conhecimento.

Reforça-se que todas as crianças/jovens detêm um gestor de caso e que o mesmo é-lhes apresentado como tal, bem como, às suas famílias (alíneas 5.3) e 5.4)). Evidencia-se ainda que os gestores consideram que o tempo entre a sinalização e a avaliação da situação de cada criança/jovem é adequado às suas necessidades (alínea 5.1).

Tabela 6: Dados da Modalidade Restrita (Eficácia das intervenções junto das crianças e jovens em risco/perigo)

Legenda; 1 – Discordo completamente ou afirmação completamente falsa; 2 – Discordo; 3 –Concordo; 4 – Concordo inteiramente ou afirmação totalmente correta; NA – Não se aplica; NS – Não sei

Dimensão Item	4	3	2	1	NA	NS
5) Eficácia das intervenções junto das crianças e jovens em risco/perigo						
5.1) Considero que o tempo entre a sinalização e a avaliação da situação de cada criança/jovem em risco/perigo é sempre adequado às suas necessidades individuais	57,1%	42,9%	-	-	-	-
5.2) Considero que em todos os processos em que trabalho é garantida a não-revitimação das crianças/jovens	14,3%	14,3%	57,1%	-	-	14,3%
5.3) Considero que todas as crianças/jovens têm um gestor de caso	100%	-	-	-	-	-
5.4) Sei que cada gestor de caso é efetivamente apresentado como tal às crianças, jovens e suas famílias	100%	-	-	-	-	-
5.8) Em todas as medidas é deliberado e implementado apoio às famílias	42,9%	42,9%	14,3%	-	-	-
5.9) Integro uma equipa que tem um carácter verdadeiramente multidisciplinar	71,4%	14,3%	14,3%	-	-	-
5.10) Enquanto elemento da CPCJ colaboro com a rede de apoio às crianças (centro de saúde, escola, ATL's, clubes desportivos, etc)	85,7%	-	14,3%	-	-	-
5.13) Tenho consciência de que os serviços locais têm a qualidade necessária para apoiar efetivamente cada criança/jovem com uma medida de promoção/proteção, de modo holístico e no respeito pelos seus direitos	14,3%	57,1%	14,3%	-	-	14,3%
5.15) Sei que a CPCJ acompanha efetivamente todas as crianças/jovens com medidas de proteção/promoção	85,7%	14,3%	-	-	-	-

Desenvolvimento e capacitação dos membros:

No que concerne à dimensão – desenvolvimento e capacitação dos membros – regista-se que a maioria dos elementos (aproximadamente 85,7%) *Concorda* que “*todos os anos tem sido efetuado um diagnóstico de necessidades de formação e definido um plano de formação contínua*”. Por outro lado, assinala-se que um elemento não

frequentou formação inicial para o exercício das suas funções nesta CPCJ, e outro elemento respondeu que não sabia. Esta situação repete-se nas questões relacionadas com a formação contínua e com a formação especializada sobre os direitos das crianças (mais concretamente as alíneas 6.2); 6.3) e 6.4)).

Tabela 7: Dados da Modalidade Restrita (Desenvolvimento e capacitação dos membros)

Legenda: 1 – Discordo completamente ou afirmação completamente falsa; 2 – Discordo; 3 – Concordo; 4 – Concordo inteiramente ou afirmação totalmente correta; NA – Não se aplica; NS – Não sei

Dimensão Item	4	3	2	1	NA	NS
6) Desenvolvimento e capacitação dos membros						
6.1) Desde que iniciei a minha colaboração com a CPCJ, todos os anos tem sido efetuado um diagnóstico de necessidades de formação e definido um plano de formação continua para todos os membros	-	85,7%	-	-	-	14,3%
6.2) Frequentei formação inicial para o exercício das minhas funções	28,6%	42,9%	-	14,3%	-	14,3%
6.3) Frequentei ações de formação continua para o exercício das minhas funções	42,9%	28,6%	-	14,3%	-	14,3%
6.4) Tenho formação especializada sobre os direitos das crianças	42,9%	28,6%	-	14,3%	-	14,3%
6.5) Sei que a CPCJ faz uso de consultoria externa no âmbito das suas competências/atribuições/ações	28,6%	57,1%	-	-	-	14,3%
6.6) Sei que os membros mais experientes apoiam os mais recentes, no âmbito do desenvolvimento das tarefas inerentes à atividade da CPCJ	85,7%	14,3%	-	-	-	-
6.7) A minha prática profissional tem beneficiado da colaboração e partilha de boas práticas com outras CPCJ	28,6%	57,1%	-	14,3%	-	-

Recursos humanos e logísticos:

Por fim, a última área analisada reporta-se aos recursos humanos e logísticos. Neste campo, destaca-se que a maioria dos técnicos (aproximadamente 71,4%) considera não dispor do tempo necessário para desenvolver o seu trabalho, face ao volume e complexidade do mesmo (alínea 7.1)).

Para além disso, sublinha-se que a totalidade dos elementos da modalidade restrita, considera apresentar o perfil humano e técnico, adequado ao trabalho desenvolvido nesta Comissão.

Relativamente ao espaço físico, um elemento não considera o mesmo adequado, quer para as famílias, quer para os profissionais que aqui desempenham funções. Destaque ainda para a concordância, de uma forma geral, para a realização de iniciativas, por parte dos elementos desta CPCJ, com o objetivo da prevenção do burnout.

Tabela 8: Dados da Modalidade Restrita (Recursos humanos e logísticos)

Legenda: 1 – Discordo completamente ou afirmação completamente falsa; 2 – Discordo; 3 – Concordo; 4 – Concordo inteiramente ou afirmação totalmente correta; NA – Não se aplica; NS – Não sei

Dimensão Item	4	3	2	1	NA	NS
7) Recursos humanos e logísticos						
7.1) Face ao volume e complexidade do meu trabalho da CPCJ disponho do tempo necessário para o seu desenvolvimento	-	28,6%	71,4%	-	-	-
7.2) Considero que tenho o perfil humano (temperamento, motivação, etc.) e técnico (formação, experiência, etc.) adequado ao tipo de trabalho desenvolvido na CPCJ	71,4%	28,6%	-	-	-	-
7.3) Acho que existe espaço físico adequado e confortável para os profissionais	57,1%	28,6%	-	14,3%	-	-
7.4) Acho que os espaços físicos disponíveis são adequados para o atendimento das famílias	57,1%	28,6%	14,3%	-	-	-

Dados da Modalidade Alargada

O inquérito foi aplicado aos 11 elementos que compõem a modalidade alargada⁵⁸, e mais uma vez, apurou-se um resultado positivo, uma vez que, a maior parte das 34 questões, mereceu respostas positivas (mais concretamente, *Concordo* e *Concordo inteiramente*).

Este inquérito, como foi referido no início do autodiagnóstico, conta com 4 grandes dimensões de análise: Clareza da missão, visão e princípios orientadores para a intervenção da CPCJ; Composição e estruturas da CPCJ; Funcionamento da CPCJ e Sobre a liderança.

Clareza da missão, visão e princípios orientadores para a intervenção da CPCJ:

Na primeira dimensão apresentada, os resultados são bastantes positivos, (como se pode verificar na tabela 9, variando entre a pontuação 3 e 4.

Contudo, é importante destacar que existe alguns técnicos que discordam das questões. Destaque, para a questão 1.3) e para a questão 1.6). Na primeira questão quatro dos técnicos *discordam* (aproximadamente 27,3%) ou *não sabem* (aproximadamente 9,1%) se a missão e a visão da CPCJ estão compreendidas e assimiladas por todos os membros. Por sua vez, na segunda questão, dois técnicos discordam ter conhecimento da política interna sobre a proteção das crianças.

⁵⁸ Os dados relativos ao inquérito da Modalidade Alargada encontram-se presentes no Anexo 3.

Tabela 9: Dados da Modalidade Alargada (Clareza da missão, visão e princípios orientadores para a intervenção da CPCJ)

Legenda: 1 – Discordo completamente ou afirmação completamente falsa; 2 – Discordo; 3 – Concordo; 4 – Concordo inteiramente ou afirmação totalmente correta; NA – Não se aplica; NS – Não sei

Dimensão Item	4	3	2	1	NA	NS
1) Clareza da missão, visão e princípios orientadores para a intervenção da CPCJ						
1.1) Identifico-me com a missão e a visão da CPCJ	45,5%	54,5%	-	-	-	-
1.3) A missão e a visão da CPCJ estão compreendidas e assimiladas por todos os membros	27,3%	36,4%	27,3%	-	-	9,1%
1.6) Tenho conhecimento da política interna sobre a proteção das crianças	9,1%	72,7%	18,2%	-	-	-

Composição e estrutura da CPCJ:

Este segundo grupo é composto por 6 questões. Tal como aconteceu no grupo anterior, a maior parte dos técnicos responderam positivamente (as percentagens variam entre 45,5% e 90,9%), tal como se pode verificar na tabela 10.

Destaque para a questão 2.4) que foi a única resposta totalmente positiva, onde aborda o conhecimento das competências/funções que têm que desempenhar enquanto comissários.

Destaque também para a questão 2.2), que apresenta a opção *Discordo* e *Discordo completamente*. Esta alínea é referente ao tempo de trabalho que estes comissários têm na CPCJ.

Importa ainda mencionar os dados da alínea 2.3), uma vez que, é a única alínea em que os valores referentes às opções, *Discordo* e *Não sei* são superiores aos valores positivos. Esta alínea aborda o conhecimento dos membros da afetação mínima de 8h mensais, realizadas em período normal de trabalho, pelos membros da modalidade alargada.

Tabela 10: Dados da Modalidade Alargada (Composição e estrutura da CPCJ)

Legenda: 1 – Discordo completamente ou afirmação completamente falsa; 2 – Discordo; 3 – Concordo; 4 – Concordo inteiramente ou afirmação totalmente correta; NA – Não se aplica; NS – Não sei

Dimensão Item	4	3	2	1	NA	NS
2) Composição e estrutura da CPCJ						
2.2) Enquanto membro da modalidade alargada cumprio com a afetação mínima de 8h mensais, realizadas em período normal de trabalho	-	63,6%	27,3%	9,1%	-	-
2.3) Sei que os membros da modalidade alargada cumprem com a afetação mínima de 8h mensais, realizadas em período normal de trabalho	9,1%	36,4%	27,3%	-	-	27,3%
2.4) Enquanto membro da modalidade alargada tenho conhecimento das minhas competências/funções na CPCJ	36,4%	63,6%	-	-	-	-

Funcionamento da CPCJ:

Na terceira dimensão, os resultados apresentados, no geral, são bastantes positivos, (como se pode verificar na tabela 11), variando entre a pontuação 3 e 4.

Destaque para as questões 3.1) e 3.3), que abordam o conhecimento que os comissários têm da calendarização das reuniões e o sentimento de liberdade de expressão e em participar nas reuniões. Nestas duas questões os valores são totalmente positivos.

Por outro lado, as questões 3.4) e 3.6) deixam-nos a pensar o que poderemos fazer para melhorar. No sentido em que, na primeira questão, apesar de a maior parte dos elementos responder de forma positiva, dois responderam que não participam na concretização de ações de prevenção. Por sua vez, na segunda questão enunciada acima, dois técnicos respondem que *Não se aplica* a participação em grupos de trabalho para assuntos específicos. Assim, teremos que incentivar os comissários a participar nas ações e a envolverem-se em assuntos mais específicos ligados à Comissão.

Tabela 11: Dados da Modalidade Alargada (Funcionamento da CPCJ)

Legenda: 1 – Discordo completamente ou afirmação completamente falsa; 2 – Discordo; 3 – Concordo; 4 – Concordo inteiramente ou afirmação totalmente correta; NA – Não se aplica; NS – Não sei

Dimensão Item	4	3	2	1	NA	NS
3) Funcionamento da CPCJ						
3.1) Tenho conhecimento atempado da calendarização e agenda das reuniões	81,8%	18,2%	-	-	-	-
3.3) Sinto-me livre para participar e expressar o meu parecer	81,8%	18,2%	-	-	-	-
3.4) Participo na concretização de ações de prevenção	27,3%	54,5%	18,2%	-	-	-
3.6) Participo em grupos de trabalho para assuntos específicos	9,1%	72,7%	-	-	18,2%	-

Sobre a liderança:

O grande grupo intitulado de “Sobre a liderança” é o último grupo do questionário aplicado à Modalidade Alargada. Este grupo é composto por 14 questões, e tal como tem-se vindo a verificar ao longo desta análise, os valores são na sua maioria positivos, variando as respostas entre *Concordo* e *Concordo inteiramente*.

Destaque para as questões 4.1) e 4.12), em que se encontra presente o reconhecimento do presidente da Comissão, como alguém comprometido com a missão

da CPCJ e, com a consideração de que a presidente é empenhada em promover o sentimento de pertença em todos os membros. Nestas duas questões as respostas são totalmente positivas.

Destaque também para as questões 4.13) e 4.14), que contém valores mais elevados na opção *Não sei*. Assim, na questão 4.13), três técnicos responderam não saber se a presidente é avaliada pelos membros da CPCJ. E na questão 4.14), cinco dos técnicos (ou seja, 45,5%) responderam não saber se a presidente delega a maior parte das suas funções noutro elemento da CPCJ.

Tabela 12: Dados da Modalidade Alargada (Funcionamento da CPCJ)

Legenda: 1 – Discordo completamente ou afirmação completamente falsa; 2 – Discordo; 3 – Concordo; 4 – Concordo inteiramente ou afirmação totalmente correta; NA – Não se aplica; NS – Não sei

Dimensão Item	4	3	2	1	NA	NS
4) Sobre a liderança						
4.1) Reconheço o Presidente como alguém comprometido com a missão da CPCJ	72,7%	27,3%	-	-	-	-
4.12) Considero que a Presidente está empenhada em promover o sentimento de pertença de todos os membros e demais entidades da comunidade	54,5%	45,5%	-	-	-	-
4.13) Sei que a Presidente é avaliada pelos membros da CPCJ	45,5%	2,3%	-	-	-	27,3%
4.14) Sei que a Presidente delega grande parte das suas funções noutro elemento da CPCJ	18,2%	9,1%	9,1%	18,2%	-	45,5%

Dados Complementares do Autodiagnóstico⁵⁹

Importa ainda destacar que houve outro inquérito, aplicado a 14 técnicos/comissários e, é composto por 10 grandes dimensões: Clareza da missão, visão e princípios orientadores para a intervenção da CPCJ; Princípios orientadores da intervenção (artigo 4º da Lei 147/99); Outros princípios fundamentais de direitos da criança; Funcionamento da CPCJ; Planeamento e avaliação; Eficácia das intervenções junto das crianças e jovens em risco/perigo; Divulgação e participação da intervenientes-chave e proteção dos direitos das crianças e jovens; Desenvolvimento e capacitação dos membros; Identificação, valorização e concertação em rede; e por fim,

⁵⁹ Os dados relativos ao inquérito intitulado de Dados complementares encontram-se presente no Anexo 4.

Recursos humanos e logísticos. Este inquérito conta com 94 questões que serão analisadas, de forma sucinta, ao longo deste autodiagnóstico.

Clareza da missão, visão e princípios orientadores para a intervenção da CPCJ:

Relativamente ao primeiro grande grupo, este é composto por nove questões. Na sua grande maioria os valores são positivos, à exceção de um técnico ter respondido *Não sei* entre a questão 1.2) e a questão 1.8). E dois técnicos terem respondido *Não sei* à questão 1.9).

Importa referir que, o teor das questões deste grupo são: sobre legislação; missão e visão da CPCJ; a política interna de proteção de crianças/jovens; documentos orientadores, bem como, linhas orientadoras e papéis claros das funções da CPCJ e dos membros que a compõem.

Destaque para a primeira questão, a 1.1), uma vez que, é a única com respostas totalmente positivas (variando entre *Concordo* e *Concordo inteiramente*). Esta questão é referente ao facto de a CPCJ ter a sua missão descrita num documento.

Princípios orientadores da intervenção (artigo 4º da Lei 147/99):

Este grande grupo é composto por cinco questões e tal como se tem vindo a verificar, a maior parte das respostas são positivas. Contudo, importa referir que dois membros responderam *Não sei*, a todas as questões deste grupo.

Este grupo aborda questões como o superior interesse da criança é avaliado/determinado; se a CPCJ envolve e escuta das crianças, bem como, as integra na tomada de decisão; e por fim, se o ambiente é adequado às entrevistas realizadas com as crianças, ao nível da privacidade, proteção, entre outros aspetos.

Outros princípios fundamentais de direitos da criança:

Para além da missão, visão e dos princípios que devem orientar a intervenção da CPCJ, existem outros princípios que devem ser tidos em conta quando se trabalha no âmbito da promoção e proteção das crianças e jovens. Primeiro, é imperativo que os

membros tenham em consideração que as crianças/jovens têm o seu tempo, e devem ter também em consideração a intervenção precoce e mínima na vida destas.

Assim, este grupo aborda este tema e é composto por sete questões. A maior parte dos membros responderem de forma positiva (como se pode verificar na tabela 13). Contudo é importante destacar alguns aspetos, nomeadamente, segundo todos os membros, a Comissão informa junto das criança/jovens e das suas famílias, os seus direitos.

Para além disso, nas questões 3.2); 3.4) e 3.7), existiram técnicos que responderam *Discordo*. A primeira questão é referente ao facto de ser adequado a localização e o horário de funcionamento da CPCJ, às necessidades das crianças/jovens em idade escolar. Neste caso específico, dois membros (o que corresponde a 14,3%) responderam que discordavam. A segunda questão é sobre a postura e atitude inclusiva por parte dos técnicos à proveniência, nacionalidade, orientação sexual, ou outro estatuto da criança/jovem, que têm à frente. Neste caso, um dos elementos respondeu que discordava. Por fim, a terceira questão é referente ao carácter das medidas que são aplicadas em cada caso, no sentido, em que para além de protegerem devem promover o bem-estar holístico das crianças/jovens. Neste caso em particular, um membro respondeu que discordava e outro que não sabia.

Tabela 13: Dados Complementares (Outros princípios fundamentais de direitos da criança)

Legenda: 1 – Discordo completamente ou afirmação completamente falsa; 2 – Discordo; 3 – Concordo; 4 – Concordo inteiramente ou afirmação totalmente correta; NA – Não se aplica; NS – Não sei

Dimensão Item	4	3	2	1	NA	NS
3) Outros princípios fundamentais de direitos da criança						
3.1) A CPCJ dissemina informação sobre os seus serviços junto da população infantil/juvenil	50%	42,9%	-	-	-	7,1%
3.2.) A localização e horário de funcionamento da CPCJ são adequados às necessidades das crianças/jovens em idade escolar que necessitem de acesso aos seus serviços/atendimento	14,3%	71,4%	14,3%	-	-	-
3.3) A CPCJ dissemina informação sobre os direitos das crianças junto da população infantil/juvenil e famílias	57,1%	42,9%	-	-	-	-
3.4) Todos os técnicos que lidam diretamente com as crianças/jovens têm uma atitude inclusiva, independentemente do contexto de proveniência da criança, nacionalidade, orientação sexual, ou outro estatuto	50%	42,9%	7,1%	-	-	-
3.5) Em cada caso individual, é dada oportunidade à criança/jovem para expressar a sua satisfação em relação aos serviços providenciados, oralmente, ou por escrito, incluído satisfação a cerca da atitude dos profissionais, atendimento e outras questões	21,4%	64,3%	-	-	-	14,3%
3.6) A CPCJ procura identificar pró-ativamente quais os grupos mais vulneráveis ao nível do concelho	21,4%	64,3%	-	-	-	14,3%
3.7) As medidas identificadas para cada criança têm não apenas um carácter de proteção, mas também de promoção do seu bem-estar holístico e das suas oportunidades de desenvolvimento/vida	50%	35,7%	7,1%	-	-	7,1%

Funcionamento da CPCJ:

Este grupo é composto por nove questões e, tal como tem acontecido nas dimensões anteriores, os valores são bastante positivos, variando, maioritariamente, entre *Concordo* e *Concordo inteiramente*. Destaque para alínea 4.1) e 4.3), que abordam a calendarização das reuniões com conhecimento atempado dos membros, bem como, o sentido de liberdade por parte dos mesmos, em participar e expressar a sua opinião nas reuniões da Modalidade Alargada. Nestas duas questões, aproximadamente 71,4% concordaram inteiramente e aproximadamente 28,6% concordaram com a afirmação presente no inquérito.

Por outro lado, as questões 4.2); 4.6) e 4.9) têm como resposta a opção *Não sei* e *Discorda*. Nomeadamente, na primeira questão enunciada, um técnico respondeu que não sabia quais as suas competências/funções no âmbito desta comissão. Para além disso, nas outras duas alíneas enunciadas, um membro respondeu *Discordo*, relativamente à existência de grupo de trabalho para assuntos específicos e da comparência de todos os membros às reuniões da Modalidade Alargada.

Tabela 14:Dados Complementares (Funcionamento da CPCJ)

Legenda: 1 – Discordo completamente ou afirmação completamente falsa; 2 – Discordo; 3 – Concordo; 4 – Concordo inteiramente ou afirmação totalmente correta; NA – Não se aplica; NS – Não sei

Dimensão Item	4	3	2	1	NA	NS
4) Funcionamento da CPCJ						
4.1) Todos os membros da CPCJ têm conhecimento atempado da calendarização e agenda das reuniões	71,4%	28,6%	-	-	-	-
4.2) As competências/funções da modalidade alargada, previstas no artigo 18º da Lei 147/99 são regularmente investidas e asseguradas por todos os membros da CPCJ	71,4%	21,4%	-	-	-	7,1%
4.3) Todos os membros da CPCJ se sentem livres para participar e expressar o seu parecer, havendo possibilidade de voto secreto	71,4%	28,6%	-	-	-	-
4.6) Na CPCJ existem grupos de trabalho proativos, para assuntos específicos	42,9%	50%	7,1%	-	-	-
4.9) Todos os membros/entidades representadas na modalidade alargada da CPCJ, comparecem com regularidade às reuniões	14,3%	78,6%	7,1%	-	-	-

Planeamento e avaliação:

Este quinto grupo é composto por vinte questões e neste caso os resultados são díspares.

No que concerne há existência do plano anual de atividades, bem como, à sua avaliação/monitorização, as respostas são positivas, destacando-se as alíneas 5.2), 5.3) e 5.5), em que aproximadamente 78,6% das respostas são a opção *Concordo inteiramente* e aproximadamente 21,4% são a opção *Concordo*.

Por sua vez, relativamente à recolha formal da perspectiva das famílias, bem como, das crianças/jovens, para a avaliação do plano anual de atividades, metade discordou ou discordou inteiramente desta afirmação, e um membro considerou que tal não se aplicava.

Para além disso, relativamente ao plano de ação local para a infância e juventude, retratado em oito questões, ou seja, da alínea 5.9) até 5.16) inclusive, os valores são na sua maioria respeitante às respostas *Não se aplica* e *Não sei*.

Salienta-se que 50% dos membros desconhecem a existência do plano de ação evidenciado na alínea 5.9), bem como, das suas metas, objetivos, avaliação e monitorização. Destaque também para questão 5.10), uma vez que, aproximadamente 57,1% dos membros respondeu *Não se aplica*, ao facto de a CPCJ não ter um plano de ação local, mas, reconhecer na comunidade a existência de vontade para apoiar a sua elaboração. Na mesma alínea, cerca de 28,5% discordam ou discordam inteiramente do conteúdo referido anteriormente.

Tabela 15: Dados Complementares (Planeamento e Avaliação)

Legenda: 1 – Discordo completamente ou afirmação completamente falsa; 2 – Discordo; 3 – Concordo; 4 – Concordo inteiramente ou afirmação totalmente correta; NA – Não se aplica; NS – Não sei

Dimensão Item	4	3	2	1	NA	NS
5) Planeamento e avaliação						
5.2) A CPCJ tem um plano anual de atividades	78,6%	21,4%	-	-	-	-
5.3) O plano anual de atividades inclui metas, objetivos e indicadores de progresso e avaliação	78,6%	21,4%	-	-	-	-
5.5) O plano anual de atividade é avaliado anualmente	78,6%	21,4%	-	-	-	-
5.9) A CPCJ tem um plano de ação local para a infância e juventude, visando a promoção, defesa e concretização dos direitos da criança e do jovem	14,3%	21,4%	14,3%	-	50%	-
5.10) A CPCJ não tem um plano de ação local para a infância e juventude, mas reconhece na comunidade a existência de vontade para apoiar a sua elaboração	-	14,3%	21,4%	7,1%	57,1%	-
5.11) O plano de ação local para a infância e juventude inclui metas, objetivos e indicadores de progresso e avaliação	7,1%	28,6%	7,1%	-	50%	7,1%

Eficácia das intervenções junto das crianças e jovens em risco/perigo:

Este grande grupo é composto por treze questões e, na sua maioria, as respostas variam entre *Concordo* e *Concordo inteiramente*, destacando-se a alínea 6.2), que diz respeito à existência de um gestor de caso para todos os processos existentes, assim como a alínea 6.8), referente ao facto das crianças/jovens vítimas de crime serem imediatamente conduzidas, para serviços especializados.

Posteriormente, salienta-se a questão 6.6), uma vez que, obteve como resposta de dois elementos a opção *Discordo* ou *Discordo completamente*. Esta questão aborda o carácter multidisciplinar das equipas que trabalham diretamente com as crianças/jovens.

Importa ainda destacar a alínea 6.10), uma vez que, as respostas, tendencialmente negativas, foram idênticas à alínea 6.6.). Esta questão refere-se à existência de serviços locais de qualidade para apoiar as crianças e jovens com uma medida de promoção/proteção dos seus direitos.

Tabela 16: Dados Complementares (Eficácia das intervenções junto das crianças e jovens em risco/perigo)

Legenda: 1 – Discordo completamente ou afirmação completamente falsa; 2 – Discordo; 3 – Concordo; 4 – Concordo inteiramente ou afirmação totalmente correta; NA – Não se aplica; NS – Não sei

Dimensão Item	4	3	2	1	NA	NS
6) Eficácia das intervenções junto das crianças e jovens em risco/perigo						
6.2) Todas as crianças/jovens têm um gestor de caso	78,6%	14,3%	-	-	-	7,1%
6.6) As equipas que trabalham diretamente com as crianças e jovens têm um carácter verdadeiramente multidisciplinar	64,3%	21,4%	7,1%	7,1%	-	-
6.8) As crianças/jovens vítimas de crime são imediatamente conduzidas para serviços especializados	78,6%	7,1%	-	-	-	14,3%
6.10) Existem serviços locais com a qualidade necessária para apoiar efetivamente cada criança/jovem com uma medida de proteção/promoção, de modo holístico e no respeito pelos seus direitos	21,4%	64,3%	7,1%	7,1%	-	-

Divulgação e participação de intervenientes-chave na promoção e proteção dos direitos das crianças e jovens:

Este grupo é composto por apenas três questões referente à recolha estruturada e respetivo tratamento de informação, junto das crianças/jovens, das suas famílias e entidades da comunidade. Importa referir que a maioria dos membros (ou seja, 57,1%) responderam *Discordo* relativamente à existência desta mesma recolha em todas as questões apresentadas.

Tabela 17: Dados Complementares (Divulgação e participação de intervenientes-chave na promoção e proteção dos direitos das crianças e jovens)

Legenda: 1 – Discordo completamente ou afirmação completamente falsa; 2 – Discordo; 3 – Concordo; 4 – Concordo inteiramente ou afirmação totalmente correta; NA – Não se aplica; NS – Não sei

Dimensão Item	4	3	2	1	NA	NS
7) Divulgação e participação de intervenientes-chave na promoção e proteção dos direitos das crianças e jovens						
7.1) A CPCJ efetua recolha estruturada e respetivo tratamento de informação (exemplo, entrevistas, questionários ou outros), a fim de se conhecerem as necessidades, interesses e/ou preocupações em matéria de infância e juventude, junto das entidades da comunidade	7,1%	28,6%	57,1%	-	7,1%	-
7.2) A CPCJ efetua recolha estruturada e respetivo tratamento de informação (exemplo, entrevistas, questionários ou outros), a fim de se conhecerem as necessidades, interesses e/ou preocupações em matéria de infância e juventude, junto das famílias	7,1%	28,6%	57,1%	-	7,1%	-
7.3) A CPCJ efetua recolha estruturada e respetivo tratamento de informação (exemplo, entrevistas, questionários ou outros), a fim de se conhecerem as necessidades, interesses e/ou preocupações em matéria de infância e juventude, junto das crianças/jovens	7,1%	28,6%	57,1%	-	7,1%	-

Desenvolvimento e capacitação dos membros:

Este grande grupo conta com nove questões e aborda a dimensão da formação inicial e contínua, que cada membro deve ter para o exercício de funções, no âmbito desta CPCJ.

Começa-se por realçar que entre a questão 8.5) e 8.9), as respostas são essencialmente positivas. Contudo, nestas alíneas existem sempre respostas *Discordo*, *Discordo completamente* e *Não sei*.

Uma vez que existe uma multiplicidade de respostas, seria pertinente incentivar e proporcionar que os membros tenham formação contínua, nomeadamente, no âmbito dos direitos das crianças/jovens, bem como, em outras matérias essenciais para o trabalho que desenvolvem junto desta faixa etária.

Tabela 18: Dados Complementares (Desenvolvimento e capacitação dos membros)

Legenda: 1 – Discordo completamente ou afirmação completamente falsa; 2 – Discordo; 3 – Concordo; 4 – Concordo inteiramente ou afirmação totalmente correta; NA – Não se aplica; NS – Não sei

Dimensão Item	4	3	2	1	NA	NS
8) Desenvolvimento e capacitação dos membros						
8.2) Todos os membros da CPCJ frequentam formação inicial para o exercício das suas funções	7,1%	35,7%	28,6%	7,1%	-	21,4%
8.4) Todos os membros da CPCJ têm formação especializada sobre os direitos das crianças	7,1%	28,6%	35,7%	-	7,1%	21,4%
8.5) A CPCJ faz uso de consultoria externa no âmbito das suas competências/atribuições/ações	7,1%	50%	7,1%	7,1%	-	28,6%
8.6) Os membros mais experientes apoiam os mais recentes, no âmbito do desenvolvimento das tarefas inerentes à atividade da CPCJ	35,7%	50%	7,1%	-	-	7,1%
8.7) A CPCJ colabora com outras CPCJ's do seu distrito e/ou nacionalmente, de modo a melhorar as suas ações e capacitar os seus membros	21,4%	50%	21,4%	-	-	7,1%
8.8) Todos os profissionais que lidam diretamente com as crianças/jovens têm formação creditada/licença profissional, incluindo o pessoal administrativo	7,1%	50%	28,6%	14,3%	-	-
8.9) Há uma verificação do historial dos profissionais que lidam diretamente com as crianças/jovens, incluindo o pessoal administrativo	7,1%	50%	28,6%	7,1%	-	7,1%

Identificação, valorização e concertação em rede:

Esta dimensão é composta por sete questões, cujas respostas são positivas, ou seja, variam na sua maioria, entre *Concordo* e *Concordo inteiramente*. Como por exemplo, a questão 9.5), em que cerca de 92,9% dos elementos, responderam que concordavam que no âmbito do trabalho em parceria existe capacidade de negociação, respeito mútuo, compreensão e confiança.

Ainda nos aspetos positivos, focamo-nos na resposta à alínea 9.7), uma vez que, aproximadamente 92,9% dos membros disseram *concordar* e *concordar inteiramente* com a afirmação.

Por outro lado, destaque para a alínea 9.6), que aborda a concentração na(s) mesma(s) entidade(s)/elemento(s), da maior parte do trabalho de planeamento e execução, no âmbito da rede das parcerias. Aqui existem aproximadamente 42,9% dos elementos responderam que *discordavam* desta afirmação.

Tabela 19: Dados Complementares (Identificação, valorização e concertação em rede)

Legenda: 1 – Discordo completamente ou afirmação completamente falsa; 2 – Discordo; 3 – Concordo; 4 – Concordo inteiramente ou afirmação totalmente correta; NA – Não se aplica; NS – Não sei

Dimensão Item	4	3	2	1	NA	NS
9) Identificação, valorização e concertação em rede						
9.5) Existe, localmente, capacidade de negociação, respeito mútuo, compreensão e confiança na concertação e trabalho em parceria	7,1%	92,9%	-	-	-	-
9.6) Na concertação e trabalho em parceria, a nível local, o grosso do trabalho de planeamento e execução fica quase sempre concentrado na(s) mesma(s) entidade(s)/elemento(s)	14,3%	42,9%	42,9%	-	-	-
9.7) Existe conhecimento dos recursos e talentos existentes no território que são necessários para um trabalho de parceria em prol da promoção dos direitos da criança	21,4%	71,4%	-	-	-	7,1%

Recursos humanos e logísticos:

Esta última área de estudo é composta por doze alíneas, cujos resultados foram novamente bastante positivos.

Contudo, destaque para três alíneas, que se encontram presentes na tabela 19. Assim, começamos por evidenciar a 10.1) e a 10.4), uma vez que, todos elementos responderam *concordar* com a existência de apoio logístico e administrativo. Posteriormente, destaque para o facto de na alínea 10.5), metade dos técnicos responder que *concordava* com os diversos recursos (tais como, logístico, financeiro e administrativo) que a CPCJ dispõe serem suficientes, contudo, os restantes 50% *discordam* ou discordam completamente deste facto.

Tabela 20: Dados Complementares (Recursos humanos e logísticos)

Legenda: 1 – Discordo completamente ou afirmação completamente falsa; 2 – Discordo; 3 – Concordo; 4 – Concordo inteiramente ou afirmação totalmente correta; NA – Não se aplica; NS – Não sei

Dimensão Item	4	3	2	1	NA	NS
10) Recursos humanos e logísticos						
10.1) A CPCJ dispõe de apoio logístico (artigo 14º da Lei 147/99)	50%	50%	-	-	-	-
10.4) A CPCJ dispõe de apoio administrativo (nº4, artigo 14º da Lei 147/99)	57,1%	42,9%	-	-	-	-
10.5) Os recursos logísticos, financeiros e administrativos de que a CPCJ dispõe são suficientes	-	50%	35,7%	14,3%	-	-

Análise SWOT

Tabela 21: Análise SWOT

Nível Interno	
Forças	Fraquezas
<p>*Os elementos da equipa apresentam conhecimento sobre os princípios orientadores da intervenção (artigo 4º da Lei 147/99), nomeadamente no que se refere à política interna sobre a proteção dos direitos das crianças/jovens, bem como, na transmissão da informação relativamente ao processo de promoção e proteção;</p> <p>*Os gestores apresentam uma atitude inclusiva no relacionamento direto com as crianças/jovens e propõem medidas não só de proteção, mas também de promoção do seu bem-estar.</p> <p>*A equipa, nas suas duas modalidades (restrita e alargada) reconhecem a Presidente como um elemento comprometido com a missão da CPCJ. Para além disso, relevam que a mesma possui formação adequada e conhecimento específicos, bem como, competências de negociação e de resolução de conflitos e problemas;</p> <p>*Os gestores de caso demonstram conhecimento do plano anual de atividades desta CPCJ, bem como pela sua avaliação e monitorização semestral e anual;</p> <p>*Todos os processos de proteção e promoção têm um gestor de caso e este é apresentado como tal, às partes envolvidas (crianças/jovens, família e ECMIJ);</p> <p>*Os gestores de caso consideram que o tempo entre a sinalização e avaliação da situação de cada criança/jovem é adequado às suas necessidades;</p> <p>*Os membros da equipa apresentam conhecimento dos recursos locais que podem apoiar as medidas de proteção e promoção;</p> <p>*A maioria dos técnicos assume que esta CPCJ elabora anualmente um diagnóstico de necessidades de formação para os seus membros;</p> <p>*Os elementos mais experientes apoiam os mais recentes no enquadramento da atividade da CPCJ;</p> <p>*A equipa considera apresentar o perfil humano e técnico, adequados ao trabalho desenvolvido nesta CPCJ;</p> <p>*Os espaços físicos são avaliados como adequados e confortáveis tanto para os profissionais que aqui trabalham, bem como para as famílias e crianças/jovens que recorrem a esta entidade;</p> <p>*Os elementos da comissão alargada identificam-se com a missão e visão da CPCJ e apresentam conhecimento da LPCJ (Lei 147/99);</p> <p>*Todos os elementos da modalidade alargada têm conhecimento das suas funções e competências no âmbito desta CPCJ;</p> <p>*A maioria dos membros da comissão alargada conhecem o</p>	<p>*Escassa discussão com cada técnico sobre a sua avaliação do seu desempenho;</p> <p>*Nem todos os gestores divulgam às crianças/jovens, quer oralmente, quer por escrito, como o processo de tomada de decisão se irá desenvolver;</p> <p>*Nem todos os elementos da comissão restrita, consideram adequados quer a localização quer o horário de funcionamento da CPCJ, às necessidades das crianças/jovens em idade escolar que necessitem de acesso aos seus serviços/atendimentos;</p> <p>*Desconhecimento por parte dos elementos da comissão restrita, da recolha formal da perspetiva das famílias e das crianças/jovens na avaliação do plano anual de atividades;</p> <p>*Os elementos que compõem a comissão restrita demonstram desconhecimento da existência do plano de ação local para a infância e juventude;</p> <p>*A maioria dos gestores de caso admite que a não-revitimação das crianças/jovens não é assegurada;</p> <p>*A maioria dos gestores de caso consideram que, face ao volume e complexidade do seu trabalho, não dispõem do tempo necessário para o seu desenvolvimento;</p> <p>*Um número considerável de membros da comissão alargada assume não articular regularmente com os restantes colegas para a concretização de ações desta CPCJ;</p> <p>*Viatura descaracterizada afeta à comissão.</p>

<p>regulamento interno desta CPCJ e o regulamento-tipo da CNPDPCJ;</p> <p>*Celeridade na atuação da CPCJ face às sinalizações que evidenciam perigo;</p> <p>*A maioria dos elementos da comissão alargada promove e participam nas ações de prevenção.</p> <p>*Equipa multidisciplinar que partilha dúvidas e problemas e em grupo discute a sua resolução;</p> <p>*Elemento administrativo com perfil adequado às funções que desempenha;</p> <p>*Os técnicos manifestam conhecimento e domínio das respostas existentes nas ECMIJ, de acordo com as necessidades do PPP.</p>	
Nível Externo	
<p style="text-align: center;">Oportunidades</p> <p>*A CPCJ demonstra um conhecimento dos recursos locais de apoio às crianças/jovens (centros de saúde, IPSS's, escolas, clubes desportivos, etc...) existentes no concelho de Santa Maria da Feira e com estes tem uma relação de colaboração;</p> <p>*As instituições locais valorizam os projetos que promovem os direitos das crianças e dos jovens;</p> <p>*Existência de trabalho em parceria entre a CPCJ e as ECMIJ;</p> <p>*Conhecimento dos recursos e talentos existentes no território imprescindíveis ao desenvolvimento de trabalho em parcerias, no âmbito da promoção e proteção dos direitos da criança/jovem.</p> <p>*Disponibilidade e apoio do município nas ações propostas pela CPCJ;</p> <p>*A CPCJ dispõe de recursos (logísticos, financeiros, administrativos e de transporte) suficientes para a realização plena do seu trabalho;</p> <p>*Existência de interlocutores nos Agrupamentos de Escola, que articulam com a CPCJ, no sentido da proteção das crianças e jovens e da promoção dos seus direitos.</p>	<p style="text-align: center;">Ameaças</p> <p>*Elevado número processual;</p> <p>*Ausência de uma recolha estruturada com o respetivo tratamento da informação, com o propósito de conhecer as necessidades e potencialidades em matéria de infância e juventude, junto das entidades da comunidade;</p> <p>*Reduzido tempo de afetação das entidades obrigatórias que implica com o princípio da intervenção precoce;</p> <p>*Falta de segurança dos técnicos, que por inerência das suas funções, são expostos a situações de perigo, o que compromete a sua integridade física e psicológica.</p>

Análise e Discussão dos Resultados

Começamos por destacar a participação e o empenho de todos os elementos da Modalidade Restrita e da Modalidade Alargada, para a realização deste autodiagnóstico.

Da análise aos questionários da Presidência, Modalidade Restrita e Modalidade Alargada, bem como, da análise SWOT, destaca-se uma auto-avaliação geral positiva.

Assim, no ambiente interno, sobressai a supremacia dos pontos positivos em comparação com os aspetos negativos. Salienta-se o profissionalismo, o perfil humano e técnico e a atitude inclusiva dos gestores/técnicos, no relacionamento com as crianças/jovens e com as suas famílias. Destaque ainda, a celeridade da atuação em situações de perigo.

Acrescenta-se ainda, um perfil de liderança adequado e o conhecimento dos recursos locais existentes no âmbito das medidas de promoção e proteção. Importa ainda referir que ambas as modalidades reconhecem que a presidente, tem um perfil humano adequado para o papel que desempenha, bem como, é considerada como alguém comprometida com a missão, visão e objetivos da CPCJ. Para além disso, apresenta formação adequada e conhecimento específicos nas áreas de intervenção no âmbito da infância e juventude. É uma pessoa que demonstra competências de negociação, resolução de conflitos e problemas, prestando atenção às preocupações, necessidades e contributos individuais dos diferentes membros.

Como aspetos negativos, destacam-se os constrangimentos relacionados com o volume e complexidade do trabalho dos técnicos/gestores de caso, e o facto de a não revitimação das crianças/jovens não ser assegurada pela maioria dos gestores. Quanto aos membros da Modalidade Alargada, um número assinalável assume não participar ativamente na concretização de ações desta CPCJ. Ressalta ainda, o desconhecimento por parte dos técnicos/comissários do plano de ação local para a infância e juventude.

No que diz respeito ao ambiente externo, as oportunidades são em maior número do que as ameaças. Como oportunidades é de assinalar, a disponibilidade e a colaboração da Câmara Municipal de Santa Maria da Faria nas ações propostas pela CPCJ, bem como, no fornecimento de recursos (logísticos, financeiros, administrativos e de transporte).

Na comunidade local, existe também uma valorização de projetos de promoção dos direitos da criança, bem como, está patente um trabalho de parceria com as ECMIJ (agrupamentos de escola, centros de saúde, IPSS's, clubes desportivos, ...).

Como ameaças, identificou-se sobretudo, o elevado volume processual, relacionado com as vulnerabilidades presentes no concelho. Acrescenta-se a falta de recolha de informação, que visa conhecer as necessidades e potencialidades das ECMIJ presentes na comunidade. Salienta-se ainda, a falta de segurança sentida pelos técnicos, pela inerência das suas funções.

Em suma, na CPCJ de Santa Maria da Feira é visível um empenho e uma atitude conducentes com a ação desempenhada, bem como, uma acentuada coesão e solidariedade entre os membros da equipa. A multidisciplinaridade da própria equipa é considerada também como uma mais-valia, pois abrange uma dimensão holística da realidade.

ANEXOS

Anexos 1: Dados da Presidência

Legenda: 1 – Discordo completamente ou afirmação completamente falsa; 2 – Discordo; 3 – Concordo; 4 – Concordo inteiramente ou afirmação totalmente correta; NA – Não se aplica; NS – Não sei

Dimensão Item	4	3	2	1	NA	NS
1) Clareza da missão, visão e princípios orientadores para a intervenção da CPCJ						
1.1) Identifico-me com a missão e a visão da CPCJ	100%	-	-	-	-	-
1.2) Dissemino a missão e visão da CPCJ por todos os novos membros a quando da sua entrada	100%	-	-	-	-	-
2) Princípios orientadores da intervenção (Art.4º da Lei147/99)						
2.1) Sei que a CPCJ adotou critérios para avaliar/determinar o superior interesse da criança	-	100%	-	-	-	-
2.2) Sei que CPCJ adotou critérios para apoiar a audição e participação das crianças	-	100%	-	-	-	-
3) Sobre a liderança						
3.1) Enquanto elemento da presidência reconheço-me como alguém comprometido com a missão da CPCJ	100%	-	-	-	-	-
3.2) Enquanto elemento da presidência comunico orientações que considero claras	100%	-	-	-	-	-
3.3) Considero que o tempo que dedico à CPCJ é adequado conseguindo imprimir um ritmo apropriado para o desenvolvimento da ação da CPCJ	100%	-	-	-	-	-
3.4) Costumo planejar as reuniões e o trabalho de forma eficaz e eficiente	100%	-	-	-	-	-
3.5) Posso formação adequada e conhecimentos específicos, nas áreas de intervenção da CPCJ	100%	-	-	-	-	-
3.6) Comunico de forma frequente, adequada e transparente, demonstrando capacidade para aceitar os diferentes pontos de vista	100%	-	-	-	-	-
3.7) Consigo mobilizar para uma visão partilhada e um objetivo comum, promovendo distribuição de tarefas de forma equitativa de tarefas	100%	-	-	-	-	-
3.8) Posso competências e negociação, resolução de conflitos e problemas, prestando atenção às preocupações, necessidades e contributos individuais dos diferentes membros	100%	-	-	-	-	-
3.9) Promovo uma participação efetiva dos parceiros e das famílias/crianças/jovens, de forma que a mesma seja eficaz e eficiente	100%	-	-	-	-	-
3.10) Empenho-me na obtenção de recursos (humanos, logísticos, físicos, financeiros...), para a CPCJ	100%	-	-	-	-	-
3.11) Contribuo para que o papel da CPCJ seja clarificado e reconhecido na comunidade, como instituição de referência na promoção dos direitos e proteção de crianças/jovens	100%	-	-	-	-	-
3.12) Empenho-me em promover o sentimento de pertença de todos os membros e demais entidades da comunidade	100%	-	-	-	-	-
3.13) Sou avaliada pelos membros da CPCJ	-	-	-	-	100%	-
3.14) Delego grande parte das minhas funções noutra elemento da CPCJ	-	-	100%	-	-	-
3.15) Supervisiono ativamente o trabalho dos profissionais apoiando-os onde sentem mais dificuldade e criando estratégias de trabalho efetivas para a equipa	-	100%	-	-	-	-
3.16) Discuto a avaliação individual com cada técnico	-	-	-	-	100%	-
3.17) Revejo, com cada profissional, as estratégias de trabalho e defino os progressos a alcançar	-	100%	-	-	-	-
3.18) Incentivo os técnicos a partilhar as suas ideias e experiências	-	100%	-	-	-	-

Anexo 2: Dados da Modalidade Restrita

Legenda: 1 – Discordo completamente ou afirmação completamente falsa; 2 – Discordo; 3 – Concordo; 4 – Concordo inteiramente ou afirmação totalmente correta; NA – Não se aplica; NS – Não sei

Dimensão Item	4	3	2	1	NA	NS
1) Princípios orientadores da intervenção (artigo 4º da Lei 147/99)						
1.1) Recebi informação estrita sobre os princípios orientadores da intervenção da CPCJ quando me juntei à equipa	100%	-	-	-	-	-
1.2) Conheço a política interna sobre a proteção das crianças da CPCJ	71,4%	28,6%	-	-	-	-
1.3) Conheço os critérios da CPCJ para avaliar/determinar o superior interesse da criança	71,4%	28,6%	-	-	-	-
1.4) Não tenho dificuldade em aplicar os critérios da CPCJ para avaliar/determinar o superior interesse da criança, na minha intervenção direta, junto das crianças e jovens	42,9%	57,1%	-	-	-	-
1.5) Conheço os critérios da CPCJ para implementar a audição e participação das crianças e jovens	57,1%	42,9%	-	-	-	-
1.6) Não tenho dificuldade em aplicar os critérios da CPCJ para implementar a audição e participação das crianças e jovens, na minha intervenção direta, junto das crianças e jovens	42,9%	57,1%	-	-	-	-
1.7) Informo todas as crianças/jovens oralmente sobre a sua situação	57,1%	42,9%	-	-	-	-
1.8) Informo todas as crianças/jovens oralmente sobre como decorrerá o processo de tomada de decisão	57,1%	28,6%	14,3%	-	-	-
1.9) Dou informação por escrito a todas as crianças/jovens sobre como decorrerá o processo de tomada de decisão	71,4%	14,3%	14,3%	-	-	-
1.10) Informo todas as crianças/jovens sobre a possibilidade de colocar questões e providencio respostas às suas dúvidas, de modo a que a criança/jovem compreenda	57,1%	42,9%	-	-	-	-
1.11) As entrevistas/comunicações com as crianças são feitas em ambiente adequado (por ex. em respeito à sua privacidade, proteção, idade ou outras necessidades)	71,4%	28,6%	-	-	-	-
1.12) As crianças/jovens participam ativamente no processo de tomada de decisão. Quando a decisão final é contrária ao desejo da criança/jovem, explico-lhes o porquê da tomada de decisão e não aquela que a criança/jovem preferia	42,9%	42,9%	-	-	14,3%	-
1.13) A partir dos 12 anos de idade ou de acordo ou de acordo com a sua maturidade e capacidades, peço sempre a declaração de não oposição/oposição por escrito a todas as crianças/jovens	85,7%	14,3%	-	-	-	-
1.14) Informo todas as crianças/jovens oralmente sobre os seus direitos, dos motivos que determinam a intervenção e da forma como esta se processa	42,9%	57,1%	-	-	-	-
1.15) Informo todas as crianças/jovens por escrito sobre os direitos, dos motivos que determinam a intervenção e da forma como esta se processa	42,9%	57,1%	-	-	-	-
1.16) Informo todos os pais/mães ou representantes legais oralmente sobre os seus direitos, os motivos que determinam a intervenção e a forma como esta se processa	100%	-	-	-	-	-
1.17) Informo todos os pais/mães ou representantes legais por escrito sobre os seus direitos, os motivos que determinam a intervenção e a forma como esta se processa	85,7%	14,3%	-	-	-	-
2) Outros princípios fundamentais de direitos da criança						
2.1) Todos os contactos e comunicações com crianças/jovens são feitos, no respeito pela sua privacidade e dignidade	71,4%	28,6%	-	-	-	-
2.2) Acho que a CPCJ dissemina informação sobre os seus serviços juntos da população infantil/juvenil	14,3%	85,7%	-	-	-	-
2.3) Considero que a localização e horário de funcionamento da CPCJ são adequados às necessidades das crianças/jovens em idade escolar que necessitem de acesso aos seus serviços/atendimento	-	85,7%	14,3%	-	-	-
2.4) Sei que a CPCJ dissemina informação sobre os direitos das crianças junto da população infantil/juvenil e famílias	14,3%	85,7%	-	-	-	-
2.5) No relacionamento direto com as crianças/jovens, tenho uma atitude inclusiva, independentemente do contexto de proveniência da criança, nacionalidade, orientação e sexual ou outro estatuto	85,7%	14,3%	-	-	-	-
2.6) Em cada caso individual, procuro dar oportunidade à criança/jovem para expressar a sua satisfação em relação aos serviços providenciados, oralmente, ou por escrito, incluindo a sua satisfação acerca da atitude dos profissionais, atendimento e outras	28,6%	71,4%	-	-	-	-
2.7) Conheço os grupos que a CPCJ procura identificar como sendo os mais	42,9%	57,1%	-	-	-	-

vulneráveis ao nível do concelho						
2.8) Proponho medidas para cada criança que têm não apenas um caráter de proteção, mas também de promoção do seu bem-estar numa perspetiva holística	85,7%	14,3%	-	-	-	-
3) Sobre a liderança						
3.1) Reconheço a presidente como alguém comprometido com a missão da CPCJ	100%	-	-	-	-	-
3.2) Conheço as orientações comunicadas pela presidente e considero claras tais orientações	100%	-	-	-	-	-
3.3) Considero que o tempo que a presidente dedica à CPCJ é adequado conseguindo imprimir um ritmo apropriado para o desenvolvimento da ação da CPCJ	100%	-	-	-	-	-
3.4) Considero que a Presidente planeia as reuniões e o trabalho de forma eficaz e eficiente	100%	-	-	-	-	-
3.5) Considero que a Presidente possui formação adequada e conhecimentos específicos, nas áreas de intervenção da CPCJ	100%	-	-	-	-	-
3.6) Considero que a Presidente comunica de forma frequente, adequada e transparente, demonstrando capacidade para aceitar os diferentes pontos de vista	100%	-	-	-	-	-
3.7) Considero que a Presidente consegue mobilizar para uma visão partilhada e um objetivo comum, promovendo distribuição de tarefas de forma equitativa de tarefas	100%	-	-	-	-	-
3.8) Considero que a Presidente possui competências e negociação, resolução de conflitos e problemas, prestando atenção às preocupações, necessidades e contributos individuais dos diferentes membros	100%	-	-	-	-	-
3.9) Considero que a Presidente promove uma participação efetiva dos parceiros e das famílias/crianças/jovens, de forma que a mesma seja eficaz e eficiente	100%	-	-	-	-	-
3.10) Considero que a Presidente está empenhada na obtenção de recursos (humanos, logísticos, físicos, financeiros...), para a CPCJ	100%	-	-	-	-	-
3.11) Considero que a Presidente contribui para que o papel da CPCJ seja clarificado e reconhecido na comunidade, como instituição de referência na promoção dos direitos e proteção de crianças e jovens	100%	-	-	-	-	-
3.12) Considero que a Presidente está empenhada em promover o sentimento de pertença de todos os membros e demais entidades da comunidade	100%	-	-	-	-	-
3.13) Sei que a Presidente é avaliada pelos membros da CPCJ	42,9%	28,6%	14,3%	-	14,3%	-
3.14) Sei que a Presidente delega grande parte das suas funções noutro elemento da CPCJ	-	14,3%	28,6%	42,9%	14,3%	-
3.15) Considero que a Presidente supervisiona ativamente o trabalho dos profissionais apoiando-os onde sentem mais dificuldade e criando estratégias de trabalho efetivas para a equipa	57,1%	42,9%	-	-	-	-
3.16) A Presidente discute a avaliação individual com cada técnico	57,1%	28,6%	-	-	14,3%	-
3.17) Considero que a Presidente revê, com cada profissional, as estratégias de trabalho e define os progressos a alcançar	71,4%	28,6%	-	-	-	-
3.18) Considero que a Presidente incentiva os técnicos a partilhar as suas ideias e experiências	100%	-	-	-	-	-
4) Planeamento e avaliação						
4.1) Enquanto profissional que lido diretamente com crianças/jovens sou avaliado, tendo em conta as minhas competências e desempenho	28,6%	71,4%	-	-	-	-
4.2) Conheço os planos anuais de atividades da CPCJ	85,7%	14,3%	-	-	-	-
4.3) Conheço as metas, objetivos e indicadores de progresso e avaliação incluídos no plano	85,7%	14,3%	-	-	-	-
4.4) Participo na elaboração do plano anual	85,7%	14,3%	-	-	-	-
4.5) Sei que o plano anual de atividades é monitorizado semestralmente	100%	-	-	-	-	-
4.6) Sei que o plano anual de atividades é avaliado anualmente	100%	-	-	-	-	-
4.7) Sei que o plano anual de atividades inclui a recolha formal da perspetiva das entidades da comunidade	42,9%	42,9%	-	-	14,3%	-
4.8) Sei que a avaliação do plano anual de atividades inclui a recolha formal da perspetiva das famílias, bem como das crianças/jovens	28,6%	14,3%	42,9%	-	14,3%	-
4.9) Sei que os resultados da avaliação do plano são utilizados para definir novas metas e objetivos	85,7%	14,3%	-	-	-	-
4.10) Sei que a CPCJ efetua um diagnóstico em matéria de infância e juventude	57,1%	42,9%	-	-	-	-
4.11) Sei que a CPCJ tem um plano de ação local para a infância e juventude, visando a promoção, defesa e concretização dos direitos das crianças/jovens	-	14,3%	-	-	85,7%	-
4.12) Conheço as metas, objetivos e indicadores de progresso e avaliação que o plano de ação local para a infância e juventude inclui	-	14,3%	-	-	85,7%	-
4.13) Sei que o plano de ação local para a infância e juventude é avaliado	14,3%	-	-	-	85,7%	-
4.14) Sei que a avaliação do plano de ação local para a infância e juventude inclui a recolha formal da perspetiva das entidades da comunidade	-	14,3%	-	-	85,7%	-
4.15) Sei que a avaliação do plano de ação local para a infância e juventude inclui a	-	14,3%	-	-	85,7%	-

recolha formal da perspectiva das famílias, bem como das crianças/jovens						
4.16) Sei que o trabalho de planeamento e avaliação é liderado por membros especializados/formados para esse propósito,	14,3%	-	-	-	71,4%	14,3%
5) Eficácia das intervenções junto das crianças e jovens em risco/perigo						
5.1) Considero que o tempo entre a sinalização e a avaliação da situação de cada criança/jovem em risco/perigo é sempre adequado às suas necessidades individuais	57,1%	42,9%	-	-	-	-
5.2) Considero que em todos os processos em que trabalho é garantida a não-revitimação das crianças/jovens	14,3%	14,3%	57,1%	-	-	14,3%
5.3) Considero que todas as crianças/jovens têm um gestor de caso	100%	-	-	-	-	-
5.4) Sei que cada gestor de caso é efetivamente apresentado como tal às crianças, jovens e suas famílias	100%	-	-	-	-	-
5.5) Atuo no sentido de, independentemente da situação da criança/jovem, esta nunca ser entrevistada múltiplas vezes para o mesmo propósito e por profissionais diferentes	85,7%	14,3%	-	-	-	-
5.6) Todas as medidas de proteção/promoção que proponho incluem um plano individualizado, desenvolvido em consulta com a criança/jovem, de acordo com as suas capacidades e maturidade	28,6%	71,4%	-	-	-	-
5.7) Quando faço a avaliação da situação de cada criança/jovem contemplo os fatores de risco do ambiente social/familiar, bem como, os fatores de proteção e resiliência (individuais, na família e na comunidade)	57,1%	42,9%	-	-	-	-
5.8) Em todas as medidas é deliberado e implementado apoio às famílias	42,9%	42,9%	14,3%	-	-	-
5.9) Integro uma equipa que tem um caráter verdadeiramente multidisciplinar	71,4%	14,3%	14,3%	-	-	-
5.10) Enquanto elemento da CPCJ colaboro com a rede de apoio às crianças (centro de saúde, escola, ATL's, clubes desportivos, etc)	85,7%	-	14,3%	-	-	-
5.11) Nas situações que acompanho, as crianças/jovens vítimas de crime são imediatamente conduzidas para serviços especializados	57,1%	42,9%	-	-	-	-
5.12) Conheço os serviços locais que podem apoiar as crianças/jovens com medidas de proteção/promoção	57,1%	42,9%	-	-	-	-
5.13) Tenho consciência de que os serviços locais têm a qualidade necessária para apoiar efetivamente cada criança/jovem com uma medida de promoção/proteção, de modo holístico e no respeito pelos seus direitos	14,3%	57,1%	14,3%	-	-	14,3%
5.14) Conheço os recursos locais existentes que podem facilitar o acesso a alojamento de emergência para crianças/jovens que assim necessitem	42,9%	57,1%	-	-	-	-
5.15) Sei que a CPCJ acompanha efetivamente todas as crianças/jovens com medidas de proteção/promoção	85,7%	14,3%	-	-	-	-
5.16) De um modo geral, sinto que a CPCJ reúne todas as condições para garantir uma intervenção atempada, eficaz, de qualidade e no respeito pelos direitos de todas as crianças/jovens	71,4%	28,6%	-	-	-	-
6) Desenvolvimento e capacitação dos membros						
6.1) Desde que iniciei a minha colaboração com a CPCJ, todos os anos tem sido efetuado um diagnóstico de necessidades de formação e definido um plano de formação contínua para todos os membros	-	85,7%	-	-	-	14,3%
6.2) Frequentei formação inicial para o exercício das minhas funções	28,6%	42,9%	-	14,3%	-	14,3%
6.3) Frequentei ações de formação contínua para o exercício das minhas funções	42,9%	28,6%	-	14,3%	-	14,3%
6.4) Tenho formação especializada sobre os direitos das crianças	42,9%	28,6%	-	14,3%	-	14,3%
6.5) Sei que a CPCJ faz uso de consultoria externa no âmbito das suas competências/atribuições/ações	28,6%	57,1%	-	-	-	14,3%
6.6) Sei que os membros mais experientes apoiam os mais recentes, no âmbito do desenvolvimento das tarefas inerentes à atividade da CPCJ	85,7%	14,3%	-	-	-	-
6.7) A minha prática profissional tem beneficiado da colaboração e partilha de boas práticas com outras CPCJ	28,6%	57,1%	-	14,3%	-	-
7) Recursos humanos e logísticos						
7.1) Face ao volume e complexidade do meu trabalho da CPCJ disponho do tempo necessário para o meu desenvolvimento	-	28,6%	71,4%	-	-	-
7.2) Considero que tenho o perfil humano (temperamento, motivação, etc.) e técnico (formação, experiência, etc.) adequado ao tipo de trabalho desenvolvido na CPCJ	71,4%	28,6%	-	-	-	-
7.3) Acho que existe espaço físico adequado e confortável para os profissionais	57,1%	28,6%	-	14,3%	-	-
7.4) Acho que os espaços físicos disponíveis são adequados para o atendimento das famílias	57,1%	28,6%	14,3%	-	-	-
7.5) Acho que os espaços físicos disponíveis são adequados para o atendimento das crianças/jovens (amigo das crianças – “child friendly”)	14,3%	85,7%	-	-	-	-
7.6) Sinto que existem condições de garantia de segurança para o desenvolvimento do trabalho	14,3%	85,7%	-	-	-	-
7.7) Considero que a CPCJ promove iniciativas com vista à prevenção do burnout e outros psicossociais, e à de promoção do meu bem-estar	57,1%	42,9%	-	-	-	-

Anexo 3: Dados da Modalidade Alargada

Legenda: 1 – Discordo completamente ou afirmação completamente falsa; 2 – Discordo; 3 –Concordo; 4 – Concordo inteiramente ou afirmação totalmente correta; NA – Não se aplica; NS – Não sei

Dimensão Item	4	3	2	1	NA	NS
1) Clareza da missão, visão e princípios orientadores para a intervenção da CPCJ						
1.1) Identifico-me com a missão e a visão da CPCJ	45,5%	54,5%	-	-	-	-
1.2) Quando entrei para a CPCJ tive imediatamente conhecimento da sua missão e visão	45,5%	45,5%	9,1%	-	-	-
1.3) A missão e a visão da CPCJ estão compreendidas e assimiladas por todos os membros	27,3%	36,4%	27,3%	-	-	9,1%
1.4) Conheço a legislação que enquadra o funcionamento e competências da CPCJ	18,2%	72,7%	9,1%	-	-	-
1.5) Conheço os princípios orientadores da intervenção (artigo 4º da Lei 147/99)	18,2%	72,7%	9,1%	-	-	-
1.6) Tenho conhecimento da política interna sobre a proteção das crianças	9,1%	72,7%	18,2%	-	-	-
2) Composição e estrutura da CPCJ						
2.1) Sei que a composição da modalidade alargada da CPCJ obedece ao artigo 17º da Lei 147/99	27,3%	63,6%	-	-	-	9,1%
2.2) Enquanto membro da modalidade alargada cumprio com a afetação mínima de 8h mensais, realizadas em período normal de trabalho	-	63,6%	27,3%	9,1%	-	-
2.3) Sei que os membros da modalidade alargada cumprem com a afetação mínima de 8h mensais, realizadas em período normal de trabalho	9,1%	36,4%	27,3%	-	-	27,3%
2.4) Enquanto membro da modalidade alargada tenho conhecimento das minhas competências/funções na CPCJ	36,4%	63,6%	-	-	-	-
2.5) Tenho conhecimento do regulamento interno que foi aprovado pela Comissão / Modalidade Alargada	9,1%	72,7%	9,1%	-	-	9,1%
2.6) Sei que o Regulamento Interno da CPCJ foi elaborado a partir do regulamento-tipo da CNPDPCJ	9,1%	81,8%	-	-	-	9,1%
3) Funcionamento da CPCJ						
3.1) Tenho conhecimento atempado da calendarização e agenda das reuniões	81,8%	18,2%	-	-	-	-
3.2) Cumpro com as minhas funções na modalidade alargada, de acordo com o previsto no artigo 18º da Lei 147/99	45,5%	36,4%	9,1%	-	-	9,1%
3.3) Sinto-me livre para participar e expressar o meu parecer	81,8%	18,2%	-	-	-	-
3.4) Participo na concretização de ações de prevenção	27,3%	54,5%	18,2%	-	-	-
3.5) Participo com a periodicidade mínima mensal nas reuniões da Comissão Alargada	45,5%	45,5%	9,1%	-	-	-
3.6) Participo em grupos de trabalho para assuntos específicos	9,1%	72,7%	-	-	18,2%	-
3.7) Articulo regularmente com todos os membros para a concretização das ações da CPCJ	9,1%	45,5%	45,5%	-	-	-
3.8) Tenho um papel atribuído no âmbito da planificação da atividade da CPCJ	9,1%	63,6%	18,2%	-	9,1%	-
4) Sobre a liderança						
4.1) Reconheço o Presidente como alguém comprometido com a missão da CPCJ	72,7%	27,3%	-	-	-	-
4.2) Incentivo os técnicos a partilhar as suas ideias e experiências	63,6%	27,3%	9,1%	-	-	-
4.3) Considero que o tempo que a presidente dedica à CPCJ é adequado, conseguindo imprimir um ritmo apropriado para o desenvolvimento da ação da CPCJ	63,6%	9,1%	-	9,1%	-	18,2%
4.4) Considero que a Presidente planeia as reuniões e o trabalho, de forma eficaz e eficiente	72,7%	18,2%	-	-	-	9,1%
4.5) Considero que a Presidente possui formação adequada e conhecimentos específicos, nas áreas de intervenção da CPCJ	72,7%	-	18,2%	-	-	9,1%
4.6) Considero que a Presidente comunica de forma frequente, adequada e transparente, demonstrando capacidade para aceitar os diferentes pontos de vista	72,7%	-	18,2%	-	-	9,1%
4.7) Considero que a Presidente consegue mobilizar para uma visão partilhada e um objetivo comum, promovendo distribuição de tarefas de forma equitativa entre membros	63,6%	9,1%	9,1%	-	-	18,2%
4.8) Considero que a Presidente possui competências de negociação, resolução de conflitos e problemas, prestando atenção às preocupações, necessidades e contributos individuais dos diferentes membros	72,7%	9,1%	9,1%	-	-	9,1%
4.9) Considero que a Presidente promove uma participação efetiva dos parceiros e das famílias/crianças/jovens, de forma que a mesma seja eficiente e eficaz	72,7%	-	9,1%	-	-	18,2%
4.10) Considero que a Presidente está empenhada na obtenção de recursos (humanos, logísticos, físicos, financeiros...) para a CPCJ	72,7%	9,1%	-	-	-	18,2%
4.11) Considero que a Presidente contribui para que o papel da CPCJ seja clarificado e reconhecido na comunidade, como instituição de referência na promoção dos	72,7%	18,2%	-	-	-	9,1%

direitos e proteção de crianças e jovens.						
4.12) Considero que a Presidente está empenhada em promover o sentimento de pertença de todos os membros e demais entidades da comunidade	54,5%	45,5%	-	-	-	-
4.13) Sei que a Presidente é avaliada pelos membros da CPCJ	45,5%	2,3%	-	-	-	27,3%
4.14) Sei que a Presidente delega grande parte das suas funções noutra elemento da CPCJ	18,2%	9,1%	9,1%	18,2%	-	45,5%

Anexo 4: Dados Complementares

Legenda: 1 – Discordo completamente ou afirmação completamente falsa; 2 – Discordo; 3 – Concordo; 4

– Concordo inteiramente ou afirmação totalmente correta; NA – Não se aplica; NS – Não sei

Dimensão Item	4	3	2	1	NA	NS
1) Clareza da missão, visão e princípios orientadores para a intervenção da CPCJ						
1.1) A CPCJ tem a sua missão em documento escrito	50%	50%	-	-	-	-
1.2) A missão e a visão da CPCJ são disseminadas a todos os novos membros, aquando a sua entrada	64,3%	28,6%	-	-	-	7,1%
1.3) A missão e a visão da CPCJ estão compreendidas e assimiladas por todos os membros	21,4%	71,4%	-	-	-	7,1%
1.4) A legislação que enquadra o funcionamento e competências da CPCJ é conhecida por todos os membros	21,4%	71,4%	-	-	-	7,1%
1.5) Os princípios orientadores da intervenção (artigo 4º da Lei 147/99) são conhecidos por todos os membros da CPCJ	21,4%	71,4%	-	-	-	7,1%
1.6) Existem documentos com orientações para os membros da CPCJ implementarem os princípios orientados da intervenção na sua ação	25,7%	57,1%	-	-	-	7,1%
1.7) Os documentos orientadores são disseminados a todos os novos membros, aquando a sua entrada	28,6%	64,3%	-	-	-	7,1%
1.8) Existem linhas orientadoras e papéis claros da função da CPCJ e os respetivos membros	50%	42,9%	-	-	-	7,1%
1.9) A CPCJ tem uma política interna obre a proteção das crianças	21,4%	64,3%	-	-	-	14,3%
2) Princípios orientadores da intervenção (artigo 4º da Lei 147/99)						
2.1) A CPCJ adotou critérios para avaliar/determinar o superior interesse da criança	28,6%	57,1%	-	-	-	14,3%
2.2) A CPCJ adotou critérios para apoiar a audição e participação das crianças	28,6%	57,1%	-	-	-	14,3%
2.3) As crianças são informadas sobre a sua situação e como decorrerá o processo de tomada de decisão	21,4%	64,3%	-	-	-	14,3%
2.4) As entrevistas/comunicações com as crianças são feitas em ambiente adequado (por exemplo em respeito à privacidade, proteção, idade ou outras necessidades)	64,3%	21,4%	-	-	-	14,3%
2.5) As crianças participam ativamente no processo de tomada de decisão. Quando a decisão final é contrária ao desejo da criança, é-lhe explicado o porquê da tomada dessa decisão e não a que a criança preferia	64,3%	21,4%	-	-	-	14,3%
3) Outros princípios fundamentais de direitos da criança						
3.1) A CPCJ dissemina informação sobre os seus serviços junto da população infantil/juvenil	50%	42,9%	-	-	-	7,1%
3.2.) A localização e horário de funcionamento da CPCJ são adequados às necessidades das crianças/jovens em idade escolar que necessitem de acesso aos seus serviços/atendimento	14,3%	71,4%	14,3%	-	-	-
3.3) A CPCJ dissemina informação sobre os direitos das crianças junto da população infantil/juvenil e famílias	57,1%	42,9%	-	-	-	-
3.4) Todos os técnicos que lidam diretamente com as crianças/jovens têm uma atitude inclusiva, independentemente do contexto de proveniência da criança, nacionalidade, orientação sexual, ou outro estatuto	50%	42,9%	7,1%	-	-	-
3.5) Em cada caso individual, é dado oportunidade à criança/jovem para expressar a sua satisfação em relação aos serviços providenciados, oralmente, ou por escrito, incluído satisfação a cerca da atitude dos profissionais, atendimento e outras questões	21,4%	64,3%	-	-	-	14,3%
3.6) A CPCJ procura identificar pró-ativamente quais os grupos mais vulneráveis ao nível do concelho	21,4%	64,3%	-	-	-	14,3%
3.7) As medidas identificadas para cada criança têm não apenas um caráter de proteção, mas também de promoção do seu bem-estar holístico e das suas oportunidades de desenvolvimento/vida	50%	35,7%	7,1%	-	-	7,1%
4) Funcionamento da CPCJ						
4.1) Todos os membros da CPCJ têm conhecimento atempado da calendarização e agenda das reuniões	71,4%	28,6%	-	-	-	-
4.2) As competências/funções da modalidade alargada, previstas no artigo 18º da Lei 147/99 são regularmente investidas e asseguradas por todos os membros da CPCJ	71,4%	21,4%	-	-	-	7,1%
4.3) Todos os membros da CPCJ se sentem livres para participar e expressar o seu parecer, havendo possibilidade de voto secreto	71,4%	28,6%	-	-	-	-
4.4) A CPCJ concretiza ações de prevenção de forma sistemática, planeada e intencional, durante todo o ano	35,7%	64,3%	-	-	-	-
4.5) A CPCJ reúne com periodicidade mínima mensal, o que é do conhecimento de todos os membros	78,6%	21,4%	-	-	-	-

4.6) Na CPCJ existem grupos de trabalho proativos, para assuntos específicos	42,9%	50%	7,1%	-	-	-
4.7) Todos os membros articulam e coordenam entre si, na concretização das ações da CPCJ	42,9%	57,1%	-	-	-	-
4.8) São atribuídos e assumidos papéis/funções a todos os membros, no âmbito da planificação da atividade da CPCJ	42,9%	57,1%	-	-	-	-
4.9) Todos os membros/entidades representadas na modalidade alargada da CPCJ, comparecem com regularidade às reuniões	14,3%	78,6%	7,1%	-	-	-
5) Planeamento e avaliação						
5.1) A CPCJ efetua um diagnóstico em matéria de infância e juventude	14,4%	64,3%	7,1%	-	7,1%	7,1%
5.2) A CPCJ tem um plano anual de atividades	78,6%	21,4%	-	-	-	-
5.3) O plano anual de atividades inclui metas, objetivos e indicadores de progresso e avaliação	78,6%	21,4%	-	-	-	-
5.4) O plano anual de atividades é monitorizado semestralmente	71,4%	21,4%	7,1%	-	-	-
5.5) O plano anual de atividade é avaliado anualmente	78,6%	21,4%	-	-	-	-
5.6) A avaliação do plano anual de atividades inclui a recolha formal da perspetiva das entidades da comunidade	35,7%	50%	14,3%	-	-	-
5.7) A avaliação do plano anual de atividades inclui a recolha formal da perspetiva das famílias, bem como das crianças/jovens	21,4%	21,4%	42,9%	7,1%	7,1%	-
5.8) O resultado da avaliação do plano são utilizados para definir novas metas e objetivos	42,9%	42,9%	7,1%	-	-	7,1%
5.9) A CPCJ tem um plano de ação local para a infância e juventude, visando a promoção, defesa e concretização dos direitos da criança e do jovem	14,3%	21,4%	14,3%	-	50%	-
5.10) A CPCJ não tem um plano de ação local para a infância e juventude, mas reconhece na comunidade a existência de vontade para apoiar a sua elaboração	-	14,3%	21,4%	7,1%	57,1%	-
5.11) O plano de ação local para a infância e juventude inclui metas, objetivos e indicadores de progresso e avaliação	7,1%	28,6%	7,1%	-	50%	7,1%
5.12) O plano de ação local para a infância e juventude é monitorizado semestralmente	7,1%	28,6%	7,1%	-	50%	7,1%
5.13) O plano de ação local para a infância e juventude é avaliado	7,1%	28,6%	7,1%	-	50%	7,1%
5.14) A avaliação do plano de ação local para a infância e juventude inclui a recolha formal da perspetiva das entidades da comunidade	7,1%	28,6%	7,1%	-	50%	7,1%
5.15) A avaliação do plano de ação local para a infância e juventude inclui a recolha formal da perspetiva das famílias, bem como das crianças/jovens	7,1%	28,6%	7,1%	-	50%	7,1%
5.16) Os resultados da avaliação do plano são utilizados para definir novas metas e objetivos	7,1%	28,6%	7,1%	-	50%	7,1%
5.17) O(s) plano(s) são conhecidos e assimilados por todos os membros	21,4%	50%	7,1%	-	14,3%	7,1%
5.18) O trabalho de planeamento e avaliação é liderado por membros especializados/formados para esse propósito	-	71,4%	7,1%	7,1%	7,1%	-
5.19) Todos os profissionais que lidam diretamente com crianças/jovens são avaliados, tendo em conta as suas competências e atuações	21,4%	64,3%	7,1%	-	-	7,1%
5.20) A avaliação dos profissionais é discutida com os mesmos, para rever estratégias e definir progressos	14,3%	71,4%	7,1%	-	-	7,1%
6) Eficácia das intervenções junto das crianças e jovens em risco/perigo						
6.1) O tempo entre a sinalização da situação de cada criança/jovem em risco/perigo é sempre adequado às suas necessidades individuais	57,1%	21,4%	14,3%	-	-	7,1%
6.2) Todas as crianças/jovens têm um gestor de caso	78,6%	14,3%	-	-	-	7,1%
6.3) Todas as medidas de proteção/promoção incluem um plano individualizado, desenvolvido em consulta com a criança/jovem, de acordo com as suas capacidades e maturidade	64,3%	21,4%	7,1%	-	-	7,1%
6.4) A avaliação da situação de cada criança/jovem contempla os fatores de risco do ambiente social/familiar, bem como os fatores de proteção e resiliência (individuais, na família e na comunidade)	64,3%	21,4%	7,1%	-	-	7,1%
6.5) Em todas as medidas é deliberado e implementado apoio às famílias	28,6%	57,1%	7,1%	-	-	7,1%
6.6) As equipas que trabalham diretamente com as crianças e jovens têm um caráter verdadeiramente multidisciplinar	64,3%	21,4%	7,1%	7,1%	-	-
6.7) A CPCJ tem uma colaboração efetiva com a rede local de apoio às crianças (centros de saúde, escolas, ATL's, clubes desportivos, etc)	64,3%	21,4%	7,1%	-	-	7,1%
6.8) As crianças/jovens vítimas de crime são imediatamente conduzidas para serviços especializados	78,6%	7,1%	-	-	-	14,3%
6.9) A CPCJ conhece os serviços locais que podem apoiar as crianças/jovens como medida de proteção/promoção	64,3%	28,6%	7,1%	-	-	-
6.10) Existem serviços locais com a qualidade necessária para apoiar efetivamente cada criança/jovem com uma medida de proteção/promoção, de modo holístico e no respeito pelos seus direitos	21,4%	64,3%	7,1%	7,1%	-	-
6.11) A CPCJ conhece os recursos locais que existem e podem facilitar o acesso a alojamento de emergência para crianças/jovens que assim necessitem	21,4%	71,4%	-	-	-	7,1%

6.12) ACPCJ acompanha efetivamente todas as crianças/jovens com medida de proteção/promoção	64,3%	21,4%	7,1%	-	-	7,1%
6.13) A CPCJ reúne todas as condições para garantir uma intervenção atempada, eficaz, de qualidade e no respeito pelos direitos de todas as crianças/jovens	64,3%	21,4%	7,1%	-	-	7,1%
7) Divulgação e participação de intervenientes-chave na promoção e proteção dos direitos das crianças e jovens						
7.1) A CPCJ efetua recolha estruturada e respetivo tratamento de informação (exemplo, entrevistas, questionários ou outros), a fim de se conhecerem as necessidades, interesses e/ou preocupações em matéria de infância e juventude, junto das entidades da comunidade	7,1%	28,6%	57,1%	-	7,1%	-
7.2) A CPCJ efetua recolha estruturada e respetivo tratamento de informação (exemplo, entrevistas, questionários ou outros), a fim de se conhecerem as necessidades, interesses e/ou preocupações em matéria de infância e juventude, junto das famílias	7,1%	28,6%	57,1%	-	7,1%	-
7.3) A CPCJ efetua recolha estruturada e respetivo tratamento de informação (exemplo, entrevistas, questionários ou outros), a fim de se conhecerem as necessidades, interesses e/ou preocupações em matéria de infância e juventude, junto das crianças/jovens	7,1%	28,6%	57,1%	-	7,1%	-
8) Desenvolvimento e capacitação dos membros						
8.1) A CPCJ efetua um diagnóstico de necessidades de formação e define um plano de formação contínua para todos os membros	7,1%	42,9%	35,7%	7,1%	7,1%	-
8.2) Todos os membros da CPCJ frequentam formação inicial para o exercício das suas funções	7,1%	35,7%	28,6%	7,1%	-	21,4%
8.3) Todos os membros da CPCJ frequentam formação contínua para o exercício das suas funções	7,1%	57,1%	14,3%	-	-	21,4%
8.4) Todos os membros da CPCJ têm formação especializada sobre os direitos das crianças	7,1%	28,6%	35,7%	-	7,1%	21,4%
8.5) A CPCJ faz uso de consultoria externa no âmbito das suas competências/atribuições/ações	7,1%	50%	7,1%	7,1%	-	28,6%
8.6) Os membros mais experientes apoiam os mais recentes, no âmbito do desenvolvimento das tarefas inerentes à atividade da CPCJ	35,7%	50%	7,1%	-	-	7,1%
8.7) A CPCJ colabora com outras CPCJ's do seu distrito e/ou nacionalmente, de modo a melhorar as suas ações e capacitar os seus membros	21,4%	50%	21,4%	-	-	7,1%
8.8) Todos os profissionais que lidam diretamente com as crianças/jovens têm formação creditada/licença profissional, incluindo o pessoal administrativo	7,1%	50%	28,6%	14,3%	-	-
8.9) Há uma verificação do historial dos profissionais que lidam diretamente com as crianças/jovens, incluindo o pessoal administrativo	7,1%	50%	28,6%	7,1%	-	7,1%
9) Identificação, valorização e concertação em rede						
9.1) Todos os membros da CPCJ articulam de forma intencional e sistemática com entidades com competência em matéria de infância e juventude	50%	35,7%	7,1%	-	-	7,1%
9.2) Existem regularmente projetos, ações e iniciativas, planeadas e intencionais, concertadas entre diferentes entidades locais no âmbito da promoção dos direitos das crianças e das atribuições da CPCJ	35,7%	57,1%	-	-	-	7,1%
9.3) As entidades locais valorizam iniciativas/projetos que promovem os direitos das crianças e jovens	14,3%	78,6%	-	-	-	7,1%
9.4) A promoção dos direitos da criança é um objetivo de desenvolvimento local assumido pelas entidades locais	14,3%	78,6%	-	-	-	7,1%
9.5) Existe, localmente, capacidade de negociação, respeito mútuo, compreensão e confiança na concertação e trabalho em parceria	7,1%	92,9%	-	-	-	-
9.6) Na concertação e trabalho em parceria, a nível local, o grosso do trabalho de planeamento e execução fica quase sempre concentrado na(s) mesma(s) entidade(s)/elemento(s)	14,3%	42,9%	42,9%	-	-	-
9.7) Existe conhecimento dos recursos e talentos existentes no território que são necessários para um trabalho de parceria em prol da promoção dos direitos da criança	21,4%	71,4%	-	-	-	7,1%
10) Recursos humanos e logísticos						
10.1) A CPCJ dispõe de apoio logístico (artigo 14º da Lei 147/99)	50%	50%	-	-	-	-
10.2) A CPCJ dispõe de fundo de maneio (alínea a), nº3, artigo 14º da Lei 147/99)	50%	35,7%	7,1%	-	-	7,1%
10.3) A CPCJ dispõe de seguro para os membros (alínea b), nº3, artigo 14º da Lei 147/99)	50%	21,4%	-	-	-	28,6%
10.4) A CPCJ dispõe de apoio administrativo (nº4, artigo 14º da Lei 147/99)	57,1%	42,9%	-	-	-	-
10.5) Os recursos logísticos, financeiros e administrativos de que a CPCJ dispõe são suficientes	-	50%	35,7%	14,3%	-	-
10.6) Os recursos informáticos e material de desgaste são suficientes	-	57,1%	21,4%	7,1%	-	14,3%
10.7) A CPCJ dispõe de transporte sempre que necessário	-	50%	42,9%	-	-	7,1%
10.8) Face ao volume e complexidade do trabalho da CPCJ, os membros e técnicos dispõem do tempo necessário para o desenvolvimento do seu trabalho	-	14,3%	71,4%	14,3%	-	-

10.9) Face ao tipo de trabalho desenvolvido na CPCJ, os seus membros e técnicos têm o perfil humano (temperamento, motivação, etc) e técnico (formação, experiência, etc) adequados	28,6%	42,9%	28,6%	-	-	-
10.10) Existe espaço físico adequado e confortável para os profissionais técnicos	28,6%	64,3%	7,1%	-	-	-
10.11) Existem espaços físicos adequados para o atendimento das famílias	21,4%	71,4%	-	-	-	7,1%
10.12) Existem espaços físicos adequados para o atendimento das crianças/jovens (amigos das crianças)	7,1%	85,7%	7,1%	-	-	-

Anexo 7. Descrição das tarefas/atividades desempenhadas no estágio

Tarefa/Atividade	Descrição
Acompanhamento de PPP's	<p>Um dos objetivos da intervenção dos profissionais é acompanhar as crianças e os jovens, bem como, as suas famílias, de forma a resolver os problemas e as situações de perigo. É importante ressaltar que nesta intervenção, pode-se verificar apoio/colaboração de outras entidades (como por exemplo, de hospitais, escolas, entre outros).</p> <p>Todas as informações recolhidas ficam devidamente arquivadas, quer no PPP físico, quer na aplicação da CNPDPCJ. Nesta aplicação coloca-se a informação chave do PPP, como por exemplo: informação da criança e do jovem, das suas famílias, atas, consentimentos, não oposição, medidas aplicadas, diligências efetuadas, entre outros.</p>
Atendimentos	<p>Os atendimentos são realizados numa sala da CPCJ, na presença dos progenitores e/ou representante legal, e na presença do jovem com 12 e/ou mais anos. Em alguns casos as crianças com idade inferior à indicada também comparecem, com a autorização dos progenitores.</p> <p>Para que os gestores possam intervir é necessário que os progenitores e/ou representantes legais dêem o consentimento e os jovens não se opõem.</p> <p>Na primeira entrevista é elaborado um auto de declarações, preenchido quer pelo gestor de caso, quer pelo estagiário, tendo por base as informações que as crianças ou os jovens, bem como, os seus familiares vão dando.</p>
Redação de APP's	<p>O APP é um documento onde se encontra presente o conjunto de tarefas, que tanto a criança ou o jovem, bem como a sua família e a CPCJ, têm que cumprir. Estas medidas têm como finalidade colmatar necessidades e resolver as situações de perigo.</p> <p>O APP deve ser individual e adequado às necessidades e especificidades de cada criança e/ou jovem.</p> <p>Após a sua elaboração deve ser lido em conjunto com as famílias e com o jovem, e todos têm que se comprometer em como o cumprem.</p> <p>Ressalva: o incumprimento do APP pode levar com que o PPP acabe por ir para o Tribunal de Família e Menores.</p>

Visitas domiciliárias	<p>Uma das técnicas mais utilizadas na CPCJ é as visitas domiciliárias. Com esta técnica, os profissionais pretendem obter um conjunto de informações essenciais para o PPP (como por exemplo, se a habitação tem condições de habitabilidade, entre outros aspetos), bem como, confirmar as situações de perigo que geraram a abertura do PPP.</p> <p>Quando a família já é acompanhada por uma instituição da primeira linha, é pedido colaboração na recolha de informação.</p>
Atualização de dados dos PPP's na aplicação da CNPDPCJ	<p>A aplicação da CNPDPCJ é acessível, prática e contém dados de todos os PPP's a nível nacional. Através desta ferramenta, conseguimos perceber se aquela criança ou jovem já teve PPP em alguma CPCJ, se sim, qual foi o motivo e quando foi arquivado, entre outros aspetos.</p> <p>Desde a abertura até ao arquivamento, tem que se atualizar os dados conforme se vai recolhendo informação importante, como por exemplo: caracterização individual e familiar; registos de chamadas telefónicas; morada; contactos telefónicos; consentimentos; atas; registo de diligências; entre outros.</p>
Receção de sinalizações	<p>Durante o horário de funcionamento da CPCJ chegam diversas sinalizações, quer por parte de entidades, quer por parte de pessoas anónimas. Por norma, as sinalizações chegam através de carta, email, chamada telefónica e presencial.</p> <p>Através desta sinalização é possível abrir PPP's. É essencial que estas sinalizações tenham informações, tais como, o nome completo da criança ou do jovem; morada; nome dos progenitores; etc, de forma a se conseguir entrar em contacto com os mesmos.</p>
Realização de atendimentos e chamadas telefónicas	<p>As chamadas que a CPCJ recebe podem ser por parte de profissionais que trabalham na área da infância e juventude; podem ser os familiares a quererem confirmar os atendimentos e/ou a quererem comunicar aos gestores situações urgentes que ocorreram; pode ser a própria CPCJ a pedir colaboração a outras entidades, entre outros.</p>
Redação de convocatórias	<p>Após o PPP ter sido instaurado é realizado a convocatória, com o intuito de que os progenitores e/ou representantes legais, bem como, as crianças e os jovens, compareçam na comissão. Estas convocatórias podem ser via telefónica, via email ou por carta registada. Em último caso, quando nenhuma destas convocatórias funciona é pedido colaboração às entidades policiais.</p>

Elaboração de relatórios sociais	Na elaboração dos relatórios sociais é importante ter em conta a informação anotada. Esta deve ser o mais completa possível e deve ser escrita sem juízos de valor. Nestes relatórios deve constar informações, como por exemplo, situações socioeconómicas e habitacionais; situação escolar; situação profissional, etc.
Elaboração de pedidos de colaboração	Devido à complexidade de situações que a CPCJ recebe, é necessário articular com outras entidades, tanto a requisitar apoio na intervenção, como para solicitar informações, uma vez que, acompanham aquele agregado familiar no seu dia-a-dia. Para além disso, é importante requerer a colaboração das escolas, através do pedido de relatório/informação escolar e outra informação relevante, para que os profissionais possam atuar de forma mais adequada. Também acontece solicitarem colaboração a outras CPCJ's.
Participação em reuniões da comissão restrita e da comissão alargada	Relativamente à participação na reunião da comissão alargada, esta deveu-se à apresentação do autodiagnóstico da CPCJ de Santa Maria da Feira. Por sua vez, a participação na comissão restrita foi mais regular, e consistia na apresentação de alguns casos novos.
Redação de pareceres	Outro aspeto importante num PPP é o parecer. Este consiste num breve resumo de toda a informação recolhida. Inicialmente coloca-se o motivo/situação que levou à sua abertura e qual foi a entidade que sinalizou. Posteriormente, indica-se que os intervenientes deram consentimento para a intervenção. Faz-se um breve resumo da informação recolhida no auto-declarações; relatório escolar; relatório social; contactos telefónicos; e outras informações recolhidas em parceria com outras instituições (por exemplo, relatórios médicos). Por fim, é proposta pelo gestor de caso uma medida (caso se verifique/confirme uma situação de perigo) e a sua duração.
Autodiagnóstico da CPCJ de Santa Maria da Feira	O autodiagnóstico foi elaborado, devido ao facto de a CPCJ estar a aplicar o Projeto Adélia (projeto ligado à parentalidade positiva). Então de uma forma sucinta, os comissários preencheram inquéritos online e estivemos a analisar as suas respostas. Os temas abordados variam entre o conhecimento da lei e os direitos da criança; o próprio funcionamento interno da CPCJ (como por exemplo: horário de trabalho, localização, os espaços de atendimento se eram

	adequados às necessidades das crianças e dos jovens e das suas famílias); a liderança; se as crianças e os jovens, bem como, as suas famílias são parte integrante na tomada de decisões; a parte logística e de recursos humanos; entre outros aspetos. No final do trabalho fizemos uma análise SWOT. Apresentámos este autodiagnóstico, na reunião da comissão alargada, na última sexta-feira de novembro de 2020.
--	--

Anexo 8. Inquérito aplicado aos gestores de caso

Inquérito

Nota informativa: Frequento o 2º ano do Mestrado em Intervenção Social na Infância e Juventude em Risco de Exclusão Social, e, encontro-me a realizar o estágio na CPCJ de Santa Maria da Feira. O meu relatório final de estágio incide no estudo “da exposição e do impacto que a violência doméstica tem nas crianças e nos jovens”. Devido ao contexto pandémico em que vivemos, e na impossibilidade de estar com todos pessoalmente, criei este inquérito! Com este método pretendo analisar o trabalho desenvolvido pelos gestores de caso, nos processos cuja génese de referenciação é a violência doméstica, bem como, perceber a perspetiva dos mesmos sobre a referida temática. Estará disposto a responder a este conjunto de questões? Saliento que o inquérito será anónimo e os dados aqui recolhidos serão unicamente utilizados para fins académicos. Destaco ainda que, o preenchimento é voluntário e se a determinada altura não queira continuar o mesmo, é livre de o fazer. Obrigada por participar!

Formação académica

1) Qual a sua área de formação?

2) Tem uma formação específica na área da violência doméstica?

- ☐ Sim
☐ Não

2.1.) Se respondeu sim, qual?

2.2) Se respondeu não, considera pertinente uma formação específica para o desempenho da sua atividade profissional?

- ☐ Sim
☐ Não

Gestor de caso

3) Há quanto tempo trabalha nesta comissão?

4) Dos casos ativos em que, atualmente é gestor, quantos têm como problemática principal a violência doméstica?

- ☐ Nenhum
- ☐ Entre 1 e 4
- ☐ Entre 5 e 9
- ☐ Entre 10 e 14
- ☐ Entre 15 e 19
- ☐ Entre 20 e 24
- ☐ Entre 25 e 29
- ☐ Entre 30 e 34
- ☐ Entre 35 e 39
- ☐ 40 ou mais

5) Enquanto profissional, o que sente quando trabalha em processos de promoção e proteção relacionados com violência doméstica?

6) Nos processos de promoção e proteção, cuja problemática central é a violência doméstica, a realização dos episódios de agressão é praticada por:
(Indique as 3 opções com mais peso)

- ☐ Pai
- ☐ Mãe
- ☐ Pais
- ☐ Padrasto
- ☐ Madrasta
- ☐ Familiares
- ☐ Representante legal
- ☐ Outra: _____

7) Nos processos de promoção e proteção referentes à violência doméstica, costuma articular com que entidades em matéria de infância e juventude?

(Escolha 3 opções que mais se adequem à sua prática)

- ☐ Mediação Familiar
- ☐ CAFAP
- ☐ Centros Sociais
- ☐ Segurança Social (casas de abrigo e apoio económico em meio natural de vida)
- ☐ Lares de Infância e Juventude
- ☐ Centros de Acolhimento Temporários
- ☐ Hospital/Centros de Saúde
- ☐ Escolas
- ☐ Outra: _____

Sinais de alerta e fatores de risco

Nota: Os sinais de alerta e os fatores de risco foram transcritos do "Guia de intervenção integrada junto de crianças ou jovens vítimas de violência doméstica".

8) Identifique os sinais de alerta e os fatores de risco que conhece, relacionados com a problemática da violência doméstica:

(Selecione em cada alínea a opção que considera mais correta)

Sinais de alerta (1) e Fatores de risco (2)

- ☐ Alterações significativas do comportamento ou padrão alimentar
- ☐ Perturbações no desenvolvimento e nas aquisições sociais
- ☐ Relações familiares conflituosas
- ☐ Regressão no desenvolvimento ou perda de aptidões já adquiridas
- ☐ Apatia ou dificuldade na expressão de emoções sobre qualquer assunto
- ☐ Probabilidade de condições de saúde mais frágil
- ☐ Dificuldade de atenção, concentração e/ou memória, bem como na aquisição de novas aprendizagens
- ☐ Absentismo escolar

- ☐ História prévia de maus-tratos na infância e juventude (associado à progenitora)
- ☐ Atitude de hipervigilância e preocupação constante com a segurança dos membros da sua família
- ☐ Cansaço (sonolência ao longo do dia)
- ☐ Dificuldade na interação com a criança ou jovem (associado à progenitora)

Potenciais impactos da exposição à violência doméstica

Nota: A informação presente na questão 9 foi transcrita do "Manual para a Educação de Infância - Crianças expostas à violência doméstica: conhecer e qualificar as respostas na comunidade"

9) Potenciais impactos da exposição à violência doméstica em diferentes idades:

(Selecione em cada alínea, a opção que considera mais correta)

	Crianças dos 0 aos 3 anos de idade	Crianças em idade pré-escolar	Crianças em idade escolar (6-11 anos)
Os barulhos e imagens visuais fortes associados à violência podem ser perturbadores			
Manifestar formas pouco saudáveis de exprimir a raiva e agressão			
Maior suscetibilidade para adotar racionalizações ouvidas como forma de justificar a violência			
As interações observadas conduzem a aprendizagens sobre agressão			
Fazer uma aprendizagem dos			

papéis de género associados à violência e à vitimização			
Menor capacidade de aprendizagem devido ao impacto da violência (distração)			

Atendimentos

10) Num atendimento, com uma criança/jovem exposta a uma situação de violência doméstica, como aborda o assunto e como se dirige a ela?

11) No atendimento:

- ☐ Dá espaço e liberdade para a criança/jovem desabafar e contar a sua história
- ☐ Inicia o diálogo

12) Num atendimento, a uma criança/jovem vítima de violência doméstica, quais as principais questões que coloca?

13) Num atendimento, quais as questões que coloca aos progenitores que são vítimas de violência doméstica?

14) Num atendimento, quais as questões que coloca aos progenitores que são agressores?

15) Para si, o que é importante ter em conta num atendimento com crianças/jovens?
E com os progenitores?

16) Num atendimento, tem em atenção o histórico familiar?

- ☐ Sempre
☐ Às vezes
☐ Poucas vezes
☐ Nunca

16.1) Justifique:

(Se respondeu às opções: Às vezes; Poucas vezes ou Nunca)

- ☐ Falta de tempo
☐ Falta de informação

☐ Elevado número processual

☐ Outra: _____

17) Na sua prática, fala com os progenitores/ representante legal sobre o comportamento da criança/jovem, no seu dia-a-dia?

☐ Sim

☐ Não

Características do gestor de caso

18) Enquanto profissional que trabalha com crianças/jovens em risco/perigo, que características considera pertinentes para interagir com o público-alvo?

(Selecione 3 opções)

☐ Imparcial

☐ Empático

☐ Respeito

☐ Criativo

☐ Resiliente

☐ Paciente

☐ Ansioso

☐ Autoritário

☐ Compreensivo

☐ Outra: _____

19) Que aspetos pode melhorar na sua prática, quando trabalha em processos de promoção e proteção sobre violência doméstica?

Prevenção

20) A CPCJ de Santa Maria da Feira tem algum projeto/campanha de prevenção da violência doméstica junto das crianças/jovens?

- ☐ Sim
☐ Não

20.1) Se respondeu não, considera importante ter?

- ☐ Sim
☐ Não

21) Na sua opinião, como se pode prevenir a violência doméstica junto das crianças/jovens?

Anexo 9. Os casos de VD por freguesia

Freguesias	Género	Idade
U.F. de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo	Feminino	12 anos
	Masculino	5 anos
	Masculino	15 anos
	Masculino	12 anos
	Feminino	3 anos
	Masculino	6 anos
	Masculino	3 anos
	Feminino	2 anos
	Masculino	5 anos
	Feminino	<1 ano
	Feminino	2 anos
	Feminino	12 anos
	Feminino	9 anos
	Masculino	8 anos
	Feminino	2 anos
	Masculino	5 anos
U.F. de Caldas de São Jorge e Pigeiros	Feminino	15 anos
	Feminino	7 anos
	Feminino	13 anos
U.F. de Canedo, Vale e Vila Maior	Feminino	8 anos
	Feminino	3 anos
	Masculino	13 anos
	Masculino	4 anos
	Masculino	16 anos
	Masculino	13 anos
	Feminino	4 anos
	Feminino	4 anos
	Feminino	2 anos
	Feminino	9 anos
	Masculino	9 anos

	Masculino	8 anos
	Masculino	12 anos
	Feminino	14 anos
U.F. de Lobão, Gião, Louredo e Guisande	Feminino	16 anos
	Feminino	6 anos
U.F. de São Miguel do Souto e Mosteirô	Feminino	3 anos
	Feminino	16 anos
	Masculino	3 anos
	Masculino	10 anos
Argoncilhe	Feminino	5 anos
	Feminino	7 anos
	Feminino	10 anos
	Feminino	3 anos
	Feminino	1 ano
	Feminino	13 anos
Arrifana	Feminino	14 anos
	Masculino	12 anos
	Masculino	11 anos
	Feminino	9 anos
Escapães	Feminino	10 anos
	Masculino	10 anos
	Feminino	1 ano
	Masculino	16 anos
Fiães	Feminino	12 anos
	Feminino	16 anos
Fornos	Feminino	3 anos
	Feminino	11 anos
Lourosa	Masculino	16 anos
	Feminino	16 anos
	Masculino	8 anos
	Masculino	3 anos
	Masculino	8 anos
	Feminino	<1 ano

	Feminino	5 anos
	Feminino	1 ano
Milheirós de Poiares	Feminino	<1 ano
	Masculino	12 anos
Mozelos	Masculino	2 anos
	Feminino	7 anos
	Masculino	4 anos
Nogueira da Regedoura	Masculino	8 anos
Paços de Brandão	Masculino	1 ano
	Masculino	12 anos
	Masculino	9 anos
	Masculino	12 anos
	Masculino	Sem informação
Rio Meão	-	-
Romariz	-	-
Sanguedo	Masculino	8 anos
	Feminino	2 anos
Santa Maria de Lamas	Masculino	16 anos
São João de Ver	Masculino	<1 ano
	Masculino	6 anos
	Masculino	<1 ano
	Masculino	14 anos
	Feminino	3 anos
	Feminino	6 anos
São Paio de Oleiros	Masculino	12 anos
	Masculino	1 ano

Fonte: PPP's da CPCJ de Santa Maria da Feira (2019)

Anexo 10. PPP's de exposição à VD (irmãos)

Freguesias	Género	Idade	Grau de parentesco
U.F. de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo	Feminino	12 anos	
	Masculino	5 anos	
	Masculino	15 anos	
	Masculino	12 anos	Irmãos
	Feminino	3 anos	
	Masculino	6 anos	Irmãos
	Masculino	3 anos	
	Feminino	2 anos	
	Masculino	5 anos	Irmãos
	Feminino	<1 ano	
	Feminino	2 anos	
	Feminino	12 anos	
	Feminino	9 anos	
	Masculino	8 anos	Irmãos
	Feminino	2 anos	
	Masculino	5 anos	
U.F. de Caldas de São Jorge e Pigeiros	Feminino	15 anos	
	Feminino	7 anos	
	Feminino	13 anos	
U.F. de Canedo, Vale e Vila Maior	Feminino	8 anos	Irmãos
	Feminino	3 anos	
	Masculino	13 anos	
	Masculino	4 anos	
	Masculino	16 anos	
	Masculino	13 anos	
	Feminino	4 anos	
	Feminino	4 anos	
	Feminino	2 anos	
	Feminino	9 anos	

	Masculino	9 anos	
	Masculino	8 anos	
	Masculino	12 anos	
	Feminino	14 anos	
U.F. de Lobão, Gião, Louredo e Guisande	Feminino	16 anos	
	Feminino	6 anos	
U.F. de São Miguel do Souto e Mosteirô	Feminino	3 anos	
	Feminino	16 anos	
	Masculino	3 anos	
	Masculino	10 anos	
Argoncilhe	Feminino	5 anos	
	Feminino	7 anos	
	Feminino	10 anos	
	Feminino	3 anos	Irmãos
	Feminino	1 ano	
	Feminino	13 anos	
Arrifana	Feminino	14 anos	Irmãos
	Masculino	12 anos	
	Masculino	11 anos	
	Feminino	9 anos	
Escapães	Feminino	10 anos	Irmãos
	Masculino	10 anos	
	Feminino	1 ano	
	Masculino	16 anos	
Fiães	Feminino	12 anos	
	Feminino	16 anos	
Fornos	Feminino	3 anos	
	Feminino	11 anos	
Lourosa	Masculino	16 anos	
	Feminino	16 anos	Irmãos

	Masculino	8 anos	
	Masculino	3 anos	
	Masculino	8 anos	
	Feminino	<1 ano	
	Feminino	5 anos	
	Feminino	1 ano	
Milheirós de Poiares	Feminino	<1 ano	
	Masculino	12 anos	
Mozelos	Masculino	2 anos	
	Feminino	7 anos	Irmãos
	Masculino	4 anos	
Nogueira da Regedoura	Masculino	8 anos	
Paços de Brandão	Masculino	1 ano	
	Masculino	12 anos	Irmãos
	Masculino	9 anos	
	Masculino	12 anos	
	Masculino	Sem informação	
Rio Meão	-	-	
Romariz	-	-	
Sanguedo	Masculino	8 anos	
	Feminino	2 anos	
Santa Maria de Lamas	Masculino	16 anos	
São João de Ver	Masculino	<1 ano	
	Masculino	6 anos	
	Masculino	<1 ano	
	Masculino	14 anos	
	Feminino	3 anos	
	Feminino	6 anos	
São Paio de Oleiros	Masculino	12 anos	
	Masculino	1 ano	

Fonte: PPP's da CPCJ de Santa Maria da Feira (2019)